



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – Nº 211 – DOMINGO, 14 DE DEZEMBRO DE 2003 – BRASÍLIA - DF

MESA		
Presidente José Sarney – PMDB – AP 1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS 2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO 1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP 2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI	3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI 4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Silhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23 (PT-14, PTB-3, PSB-3, PL-3) LÍDER Tião Viana - PT Vice-Líderes Roberto Saturnino-PT Ana Júlia Carepa-PT Flávio Arns-PT Ideli Salvatti-PT LÍDER - PL Magno Malta VICE-LÍDER - PL Aelton Freitas LÍDER – PSB - 3 Antonio Carlos Valadares VICE-LÍDER – PSB Geraldo Mesquita Júnior Líder – PTB - 3 Fernando Bezerra LIDERANÇA DO PMDB - 22 LÍDER Renan Calheiros Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes	LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 28 PFL –17 / PSDB - 11 LÍDER Efraim Morais - PFL Vice-Líderes Tasso Jereissati-PSDB Césas Borges-PFL Eduardo Azeredo-PSDB Rodolpho Tourinho-PFL LÍDER – PFL José Agripino Vice-Líderes – PFL Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge João Ribeiro LIDER – PSDB Arthur Virgílio Vice-Líderes – PSDB Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias	LIDERANÇA DO PDT – 5 LÍDER Jefferson Péres Vice-Líder Almeida Lima LIDERANÇA DO PPS – 2 LÍDER Mozarildo Cavalcanti LIDERANÇA DO GOVERNO LÍDER Aloísio Mercadante – PT Vice-Líderes Fernando Bezerra-PTB Patrícia Saboya Gomes-PPS Hélio Costa-PMDB Marcelo Crivella-PL
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Sérgio Castro Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 185ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 13 DE DEZEMBRO DE 2003

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2003 (nº 7.053/2002, na Casa de origem), que denomina “Jadriel Matos” o Anel Rodoviário de Vitória da Conquista, no Estado da Bahia. 41183

Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2003 (nº 3.987/2000, na Casa de origem), que dispõe sobre o ensino da língua espanhola. 41187

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Adoção, pelo Presidente da República, em 11 de dezembro de 2003 e publicada na mesma data, a Medida Provisória nº 143, de 2003, que extingue o Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação – CFGE, altera dispositivos da Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. 41189

Adoção, pelo Presidente da República, em 11 de dezembro de 2003 e publicada na mesma data, a Medida Provisória nº 144, de 2003, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nºs 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. 41190

Adoção, pelo Presidente da República, em 11 de dezembro de 2003 e publicada na mesma data, a Medida Provisória nº 145, de 2003, que autoriza a criação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE e dá outras providências. De-

signação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. 41191

Adoção, pelo Presidente da República, em 11 de dezembro de 2003 e publicada na mesma data, a Medida Provisória nº 146, de 2003, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. 41192

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Considerações comparativas entre as Propostas de Emenda à Constituição nsº 67 e 77, de 2003. 41193

SENADOR REGINALDO DUARTE – Importância da energia eólica para o Estado do Ceará. . 41198

SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Instalação da CPMI da Terra. 41200

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Realização de encontro de trabalho para discutir questões ligadas à ciência e tecnologia no Estado do Tocantins. 41201

SENADORA IDELI SALVATTI – Satisfação com o acordo firmado para a votação da reforma tributária. 41202

SENADOR OSMAR DIAS – Considerações sobre a questão da DRU para a educação. 41203

1.2.4 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 519, de 2003, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, que altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre as características do capacete de uso obrigatório por motociclista. 41204

Projeto de Lei do Senado nº 520, de 2003, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que dispõe sobre a criação do Dia Nacional da Consciência Negra e dá outras providências. 41205

1.2.5 – Leitura de requerimento

Nº 1.694, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando voto de congratulações ao gaúcho José Moacyr Teixeira, Fundador da Empresa Planalto Transportes Ltda. 41206

1.2.6 – Mensagem do Presidente da República

Nº 268, de 2003 (nº 724/2003, na origem), comunicando que se ausentará do País nos dias 15 e 16 de dezembro de 2003, em visita à República do Uruguai, Montevideu, para participar da Cúpula de Chefes de Estado dos Países Membros do Mercosul, Bolívia e Chile. 41207

1.2.7 – Comunicação da Presidência

Prejudicialidade do Requerimento nº 1.524, de 2003, referente à Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003. 41207

1.3 – Ordem do Dia**Item 1**

Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003, que altera os arts. 40, 144, 149, 194, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências. Usou da palavra na terceira sessão de discussão, em primeiro turno, a Sra. Serys Slhessarenko. 41207

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR DEMÓSTENES TORRES, como Líder – Defesa de mudanças na Lei de Execução Penal e Código de Execução Penal. 41209

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Defesa dos direitos das minorias. Satisfação com as mudanças introduzidas no novo Código Civil, no tocante à nova concepção de família. 41211

SENADOR JOÃO RIBEIRO – Cobranças de ações governamentais efetivas para criação de acesso ao ensino superior público e gratuito às pessoas oriundas das camadas mais pobres da população. 41214

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Análise de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a situação demográfica e estrutural dos municípios, defendendo a descentralização de recursos a eles destinados. ... 41217

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Balanço das crises políticas do Governo Lula. ... 41220

SENADOR JOÃO CAPIBERIBE – Considerações sobre a rejeição do destaque que previa a desvinculação de receitas de estados e municípios, no bojo da reforma tributária. Importância do controle social e da transparência dos recursos da Previdência Social. 41227

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Preocupação com o atraso do pagamento do 13º salário dos funcionários públicos municipais. 41230

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Comentários sobre a queda de popularidade do Go-

vernador do Piauí, Sr. Wellington Dias. Apelo ao Governo do Piauí para que pague o 13º salário do funcionalismo público do Estado. 41231

1.3.2 – Leitura de requerimento

Nº 1.695, de 2003, de autoria dos Senadores Augusto Botelho e Mozarildo Cavalcanti, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ivan Gadelha. 41232

1.3.3 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR VALDIR RAUPP – Importância do Projeto de Lei nº 293, de 1999, de autoria do Senador Gérson Camata, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo. 41232

SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Homenagem pelo transcurso dos 55 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. 41233

1.3.4 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, segunda-feira, dia 15, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada. 41234

1.4 – Encerramento**2 – RETIFICAÇÃO**

Ata da 156ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 5 de novembro de 2003 e publicada no Diário do Senado Federal nº 182, de 6 de novembro de 2003. 41236

SENADO FEDERAL**3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA****4 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****5 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****6 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****7 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****8 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****9 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL****10 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****11 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)****12 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

Ata da 185ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 13 de dezembro de 2003

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos,
Romeu Tuma e Delcídio Amaral*

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Aloizio Mercadante – Alvaro Dias – Amir Lando – Ana Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Antônio Carlos Valadares – Arthur Virgílio – Augusto Botelho – Delcídio Amaral – Demostenes Torres – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Eurípedes Camargo – Fátima Cleide – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Heráclito Fortes – Ideli Salvatti – João Capiberibe – João Ribeiro – Jorge Bornhausen – Leomar Quintanilha – Lúcia Vânia – Luiz Otavio – Mozarildo Cavalcanti – Osmar Dias – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Octávio – Paulo Paim – Reginaldo Duarte – Roberto Saturnino – Romeu Tuma – Roseana Sarney – Sérgio Zambiasi – Serys Slhessarenko – Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A lista de presença acusa o comparecimento de 38 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2003
(Nº 7.053/2002, na Casa de Origem)

Denomina “Jadiel Matos” o Anel Rodoviário de Vitória da Conquista, no Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominado “Jadiel Matos” o Anel Rodoviário de Vitória da Conquista, no Estado da Bahia, composto das alças Oeste e Leste como partes integrantes da BR-116.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 7.053, DE 2002

Denomina de “Jadiel Matos” o Anel Rodoviário de Vitória da Conquista, na Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominado “Jadiel Matos” o Anel Rodoviário de Vitória da Conquista, na Bahia, composto das alças Oeste e Leste como partes integrantes da BR-116.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara dos Deputados, 26 de junho 2002. – **Coriolano Sales**, Deputado Federal.

Justificação

Está prestes a ser concluído o Anel Rodoviário de Vitória da Conquista, na Bahia, obra federal que vem sendo executada pelo Ministério dos Transportes, por meio do antigo DNER, ora em fase de liquidação em face da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; que criou o DNIT – Departamento Nacional de Infra-estrutura Terrestre, ao qual caberá concluir a obra.

Trata-se de obra há muitos anos reclamada pela população de Vitória da Conquista e da Região Sudoeste da Bahia, que perderam ao longo dos anos milhares de pessoas no trecho urbano da BR-116, daquela importante cidade baiana.

A obra do Anel Rodoviário de Vitória da Conquista consumiu recursos exclusivamente da União, através do Orçamento Geral da União – OGU, apon-tados, inicialmente, em quatro Emendas Coletivas (97, 98, 99 e 2000), resultantes de intensa e permanente articulação política do proponente, idealizador político do projeto e pelo qual vem lutando diretamente, no Congresso Nacional, perante a Comissão Mista do Orçamento, desde que ocupou a cadeira de Deputado Federal, a partir de 1995, como bem destacou o Diário do Sudoeste, de Vitória da Conquista, edição de 8 de outubro de 1995, com a manchete e o destaque, a saber:

**"POLÍTICOS CONQUISTENSES LUTAM PARA
INCLUIR OBRA DA BR-116 NO ORÇAMENTO
DA UNIÃO"**

"O Deputado Federal CORIOLANO SALES (PDT/BA) está articulando junto ao Ministério dos Transportes a possibilidade da inclusão do projeto no Orçamento da União para 1996. O Prefeito de Vitória da Conquista, Pedral Sampaio, e o Secretário Municipal de Obras e Urbanismo enviaram ofícios e estudos ao Ministério dos Transportes, mas até o momento não receberam nenhuma resposta".

De fato, em 31 de outubro de 1996, foi apresentada a 1ª Emenda Coletiva, no Congresso Nacional, em nome da bancada baiana, cujo texto, elaborado pelo próprio Deputado Federal Coriolano Sales, merecem a redação seguinte:

"Esta Emenda tem por finalidade promover a adequação da BR-116, no perímetro urbano de Vitória da Conquista, com a construção do Anel Viário Oeste (complementação de 5,6Km) e do Anel Viário Leste (com 16 Km), totalizando 42 Kms, para eliminação de pontos críticos, envolvendo a construção de viadutos ligando a Avenida Régis Pacheco e Bruma do, Alagoas e Teodoro Sampaio, dentre outras obras de melhorias e reformas da Avenida Presidente Dutra (túneis, recapeamento asfáltico, passarelas, ampliação de bueiro da BR- 116 para permitir tráfego interno, etc). Há muitos anos que o trecho urbano da BR-116, em Vitória da Conquista, se encontra em situação lastimável ocasionando milhares de mortes".

Na imprensa de Vitória da Conquista, apenas o Jornal IMPACTO, edição de 7 a 20 de fevereiro de 1997, noticiou a aprovação da Emenda com a seguinte manchete (pág. 10):

**"CONQUISTA VAI OBTER VERBAS NO
ORÇAMENTO DA UNIÃO"**

"O Congresso Nacional aprovou no dia 29 de janeiro R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) para construção do Anel Rodoviário e dois viadutos na Rio-Bahia ligando a Avenida Regis Pacheco à Avenida Bruma do e a Avenida Alagoas à Rua Marechal Deodoro (Posto EssaCambuí).

A Emenda ao Orçamento foi novamente liberada pelo Deputado Coriolano Sales (PDT/BA), que conduziu o pleito junto à representação da Bahia no Congresso Nacional.

A construção do Anel Rodoviário está estimada pelo governo do Estado da Bahia em R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) e a dos viadutos (ou túneis) em R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

Como a verba obtida para essa finalidade é de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), o Deputado Coriolano Sales vai solicitar uma audiência ao Governador do Estado para discutir o assunto da construção do Anel Rodoviário e dos viadutos sobre a Rio-Bahia (BR-116), tão logo o Orçamento da União seja sancionado pelo Presidente da República".

Registre-se, pela Mesa da Comissão Mista do Congresso Nacional, a participação do Senador Carlos Bezerra, como Presidente, que deu grande apoio à Emenda, inclusive autorizando que os recursos fossem liberados pelo Código 40, que permitiria a execução das obras pelo Município de Vitória da Conquista, como era o propósito do Autor deste projeto.

A verba de 1997, dotada no Orçamento da União a partir da Emenda apresentada em 31 de outubro de 1996, acabou sendo perdida posto que o antigo DNER não aceitou que as obras fossem realizadas pelo Município de Vitória da Conquista como queria o Deputado Coriolano Sales, que articulou a inclusão da verba de R\$ 8 milhões pelo chamado Código 40, autorizativo para a municipalidade executar a obra, o que não ocorreu.

O DNER considerou o Município de Vitória da Conquista incapaz para executar as obras do Anel Rodoviário. Em consequência, a Emenda de 1997 foi literalmente perdida restando ao Deputado Coriolano Sales articular nova Emenda no Orçamento da União de 1998.

Registre-se, ainda que, para apresentação da 1ª Emenda Coletiva, foram agrupados, dentro da Bancada da Bahia, os Deputados Coriolano Sales (articulador), Sérgio Carneiro, Severiano Alves, Jacques Wagner, Roberto Santos, Alcides Modesto, Haroldo Lima e Ubaldino Júnior, os quais avalizaram a 1ª Emenda.

Os demais Deputados Federais e Senadores baianos também apoiaram a 1ª Emenda Coletiva,

posto que encaminhada como Emenda da Bancada da Bahia, em face do sistema de “apoio recíproco” às demais Emendas de interesse dos outros parlamentares.

A 2ª Emenda Coletiva, sempre articulada pelo Deputado Coriolano Sales, assinada em 15 de outubro de 1997, foi encaminhada à Comissão Mista do Orçamento da União em 21 de outubro de 1997, que resultou aprovada no montante de R\$ 10.022.000,00 (dez milhões, vinte e dois mil reais). Em consequência, em 30

de junho de 1998, o contrato para a execução das obras do Anel foi, finalmente, assinado entre o DNER e a Construtora e Pavimentadora Sérvia Ltda. As obras foram iniciadas logo em seguida.

A apresentação da 2ª Emenda Coletiva contou com a participação dos Deputados Coriolano Sales (100%), Roberto Santos, Severiano Alves, Sérgio Carneiro, Jacques Wagner, Haroldo Lima e Alcides Modesto, mas contando, também, com o apoio dos demais Deputados e dos Senadores da Bancada Baiana dentro do regime de “apoios recíprocos” que ocorrem na apresentação de projetos perante o Orçamento da União.

Destaque-se, no encaminhamento e discussão da 2ª Emenda Coletiva Bahia para o Anel Rodoviário, o apoio do Relator de infra-estrutura, Deputado Pedro Novais (PMDB/MA), do Relator Geral Aracely de Paula (PFL/MG) e do Presidente da Comissão Mista do OGU-98, Senador Ney Suassuna (PMDB/PB), apoio que se revelou relevante para a aprovação da Emenda.

A 3ª Emenda Coletiva proposta para o Anel, no Orçamento de 1999, teve relatoria preliminar do atual Ministro dos Transportes, Deputado Federal João Henrique (PMDB/PI), secundado pelo Senador Rames Tebet (PMDB/MT), atual Presidente do Senado, que funcionou como Relator Geral. A Emenda do Anel mereceu apoio, também, do Deputado Federal Lael Varela (PFL/MG), que presidiu a Comissão Mista do Orçamento de 1999. Com essa Emenda coletiva aprovou-se uma soma bastante elevada (R\$ 18,4 milhões), mas o governo liberou para a obra apenas a quantia de R\$ 6,350 milhões, o que atrapalhou o andamento dos trabalhos. Essa Emenda Coletiva, embora respaldada pela Bancada da Bahia, contou com o apoio direto dos Deputados Coriolano Sales (articulador), Haroldo Lima, Roberto Santos, Luiz Alberto, Alcides Modesto e Jacques Wagner.

A 4ª e última Emenda Coletiva, aprovada no valor de R\$ 17 milhões, para o Orçamento de 2000, teve apoio dos seguintes Deputados: Coriolano Sales (Co-

ordenador), Gedel Vieira Lima (Líder do PMDB na Câmara dos Deputados), Pedro Irujo e Francistônio Pinto, todos do PMDB, que assumiram a responsabilidade direta pela indicação da Emenda, que restou apoiada, no mecanismo de “apoios recíprocos”, por toda Bancada da Bahia.

O Relator do Orçamento Geral, Deputado Federal Carlos Melles (PFL/MG), o Relator de Infra-estrutura, Deputado Federal José Priante (PMDB/PA) e o Presidente da Comissão Mista, Senador Gilberto Mestrinho (PMDB/AM), deram amplo apoio para a última de natureza coletiva, o governo liberou apenas a quantia de R\$ 5.628.752,91 (cinco milhões, seiscentos e vinte oito mil, setecentos e cinquenta e dois reais), o qual, infelizmente, foi insuficiente para concluir as obras do Anel Rodoviário de Vitória da Conquista.

No ano de 2001, as representações da Bancada da Bahia no Congresso Nacional se recusaram patrocinar Emenda Coletiva para concluir as obras do Anel. Se não fosse uma articulação do proponente, perante a Comissão Mista conseguindo uma dotação mínima de R\$ 2 milhões, as obras teriam paralisado. Graças à compreensão do Senador Aurir Lando (PMDB/RO), que acatou um destaque do Deputado Coriolano Sales para incluir a referida verba na rubrica de ADEQUAÇÃO NACIONAL DE ESTRADAS FEDERAIS, as obras tiveram continuidade.

Para o Orçamento Geral da União de 2002, presidido pelo Senador Carlos Bezerra (PMDB/MT), sob Relatoria Geral do eminente Deputado Federalampaio Dória (PSDB/SP), conseguiu aprovar emendas e destaques no valor de R\$ 6 milhões (na rubrica de Estradas Federais – Adequação Nacional), que espera aproveitá-las na reforma e reestruturação da Rio-Bahia.

Em maio deste ano estive com o Ministro dos Transportes, como fiz tantas vezes, pleiteando liberação da verba consignada no OGU de 2002, no valor de R\$ 5,5 milhões para conclusão das obras do Anel Rodoviário.

A luta para execução das obras do Anel tem sido difícil e até penosa, além de ter despertado incompreensões e até cobiça de alguns.

É claro que a luta é antiga e vem desde a década de 70/80 quando se acentuaram os acidentes fatais. O próprio autor, logo após assumir o mandato de Deputado Estadual perante a Assembléia da Bahia, apresentou a INDICAÇÃO Nº 753, de 1983, remetida ao Governador do Estado, propondo convênio com o DNER, para concluir as obras do Anel Rodoviário Oeste na cidade de Vitória da Conquista, destacada

pelo jornal "O Povão", de junho de 1983, vasada nos seguintes temas:

"Há longos anos que a cidade de Vitória da Conquista reclama o remanejamento viário da Rio-Bahia, BR-116, que corta a cidade, pela Avenida Presidente Dutra, num trecho de aproximadamente 8 kms, provocando centenas de acidentes.

No período 75/80, houve no referido trecho, na área urbana, 714 acidentes, com 39 mortes e 316 ferimentos, segundo dados do DNER, acidentes que atualmente se verificam em média de 5 a 6 por mês, sem que o governo do Estado e o Ministério da Transporte adotem quaisquer providências para sanar esse grave problema que comove toda a população conquistense.

O próprio DNER estima que, atualmente, trafegam cerca de 4.000 veículos pela Rio-Bahia, no trecho Vitória da Conquista, passando pela cidade, na Avenida Presidente Dutra, interceptados por uma média de 5.000 veículos que, diariamente, cortam ou cruzam a Rio – Bahia no tráfego interno ou que buscam as cidades na sentido Oeste do Município.

A situação é de verdadeiro clamor, de desespero e de permanente aflição, constituindo-se numa verdadeira angústia para o povo conquistense ver o município impedido de adotar qualquer solução porque se trata de uma estrada federal, coma é a caso da BR-116.

Recentemente, como fizeram os prefeitos anteriores, o atual prefeito de Vitória da Conquista, Engenheiro José Pedral Sampaio, constatou junto ao DNER a incapacidade financeira desse órgão de tomar qualquer providência para remanejar o tráfego da Presidente Dutra, no trecho Rio-Bahia, o que equivale a dizer que o DNER cruzou os braços numa omissão impossível.

Inúmeras soluções foram apresentadas, dentre as quais, revela salientar a conclusão do Anel Rodoviário Oeste, restando, apenas, uma faixa de 6,5 km, para desviar o tráfego da Rio-Bahia, que hoje corta a cidade ao meio provocando acidentes e levando pânico permanente às famílias conquistenses ao ceifar vidas de crianças, velhos, motoristas, indefesos diante da brutalidade dos

acidentes fatais ocorridos na Avenida Presidente Dutra, sem quer o DNER adote quaisquer providências para estancá-los.

O governo do Estado não pode omitir-se diante dos fatos, notadamente, porque, no seu plano de ação, diz que irá dar prioridade a problemas gerados pela concentração urbana nas grandes e médias cidades da Bahia.

A cidade de Vitória da Conquista conta atualmente com cerca de 140.000 habitantes, com sérios problemas nas áreas de educação e saúde, saneamento básico, habitação, justiça, destacando-se na área de transportes o remanejamento do tráfego da Avenida Presidente Dutra, no trecho da Rio – Bahia.

Ouvido o plenário, indica à mesa, em regime de absoluta urgência, fulcro no art. 79, parágrafo 2.º do regime interno, que seja encaminhada solicitação ao Exmo. Sr. Governador do Estado no sentido de, em convênio com o DNER, concluir as obras do ANEL RODOVIÁRIO OESTE na cidade de Vitória da Conquista, como o único meio de impedir a deplorável quantidade de acidentes na Avenida Presidente Dutra trecho Rio – Bahia".

Sala das Sessões Ba, 13 de abril de 1983. Dep. Coriolano Sales.

Como visto, desde 1983 que o autor, movido pelo clamor da população de Vitória da Conquista, vem tocando a luta para construção do Anel Rodoviário. Inicialmente, fixara-se no Anel Rodoviário Oeste, posteriormente, a partir de 1996, propôs o Projeto, na forma atual, composto de duas alças – Leste e Oeste, em face da duplicação do movimento de veículos no Trecho Urbano da BR-116, em Vitória da Conquista, que passará de 4.000, na década de 80, para 8.500 veículos/dia, em 1-995/1996, o que exigia providências para execução da obra, que deveria ter sido realizada com rapidez e não a passo de cágado como veio ocorrer, assim mesmo com forte empenho do autor deste projeto, que ainda, assim mesmo, agradece ao Governo.

O Anel Rodoviário, alça Oeste, está começando a fluir o tráfego pesado da BR-116, que provocou muitas mortes ao longo do tempo. No período de 75/80, ocorreram 714 acidentes no trecho urbano da BR-116, em Vitória da Conquista, com 39 mortes e 316 feridos com lesões graves e leves, acidentes que se verificam em média de 5 a 6 por mês, sem que o

Ministério dos Transportes adotasse quaisquer providências para sanar o gravíssimo problema que como-via toda a população conquistense.

Logo mais, a alça Leste também começará a fluir parte do tráfego pesado da BR-116, dando, assim, lugar a Reforma e Reestruturação do TRECHO URBANO, em Vitória da Conquista, embora ao Anel Rodoviário ainda faltem obras complementares (passarelas, alças internas, sinalização, etc), objeto de requerimento do autor junto ao Ministério dos Transportes.

É hora, portanto, de nominar o Anel Rodoviário de Vitória da Conquista, que apesar de suas imperfeições, é a maior e mais importante obra que se realiza em Vitória da Conquista depois da Rio-Bahia, pelo que representará no “desafogo do tráfego” e na perspectiva de expansão da cidade que, não obstante o Anel, não gestou um Plano Diretor Urbano. Mesmo assim, indubitavelmente, a área urbana da cidade vai crescer. Como obra federal mais importante que se executa em Vitória da Conquista, somente superada no plano estadual pela Universidade Estadual do Sudoeste – UESB, que forjou uma outra dimensão para o desenvolvimento social da Região Sudoeste da Bahia, o Anel Rodoviário abriu amplas possibilidades de desenvolvimento econômico para a cidade de Vitória da Conquista, inclusive a criação de um PORTO SECO para disciplinar o tráfego pesado, o movimento de carga e de descarga para a Região Sudoeste da Bahia, provindo do Sul, do Nordeste e do Oeste do País.

O homenageado foi prefeito de Vitória da Conquista, no período de 1973 a 1977, tendo ocupado também a cadeira de Deputado Estadual perante a Assembléia Legislativa da Bahia, de 1979 a 1983. Ao falecer em 13 de janeiro de 1998, representava parcelas expressivas da comunidade na Câmara dos Vereadores de Vitória da Conquista, e desempenhava o cargo de Secretário do Interior daquele município.

O homenageado era médico, sendo guindado à vida política nos quadros do Movimento Democrático Brasileiro, depois PMDB, através do qual se elegeu Prefeito e ocupou uma cadeira na Assembléia Legislativa da Bahia. Elegeu-se Vereador, nas eleições de 1996, pela legenda do Partido Socialista Brasileiro (PSB), onde permanecia ao falecer.

Assinale-se que o Dr. Jádriel Matos chegou à direção do Município de Vitória da Conquista num período de grandes dificuldades da vida política brasileira, de exacerbação da ditadura militar que dominou o País por mais de 20 anos. Entretanto, apesar dessa circunstância, cumpriu bem as suas tarefas como administrador municipal. Embora, ao ser eleito, o município vivenciasse uma crise econômica, o término de seu manda-

to coincidiu com um momento de auspicioso progresso, determinado pela implantação da lavoura cafeeira na Região do Sudoeste, tendo como centro irradiante Vitória da Conquista – fase de “boom” econômico e de acentuada prosperidade de seu povo.

O Ex-Prefeito Jádriel Matos ficou na memória do povo como Prefeito austero, talvez o mais austero de tantos quantos já passaram pela Prefeitura de Vitória da Conquista. Não foi Prefeito de obras suntuosas, nem de fachada. Preocupava-se com as que fossem essenciais à vida da população e do Município. Embora nascido em Nova Canaã, Bahia, na Região da mata, Jádriel Matos era apaixonado pela caatinga, pelo sertão, homem de hábitos simples, sem luxo e sem vaidades.

Deixou para o povo o exemplo edificante da simplicidade e do desprendimento. Despojado de bens e de riqueza material, Jádriel Matos inscreve-se na galeria dos ex-Prefeitos de Vitória da Conquista como símbolo de honestidade e de pureza de um povo laborioso e trabalhador.

A denominação “Anel Rodoviário Jádriel Matos”, plenamente justificada do ponto de vista ético-moral, histórico e político, está respaldada juridicamente na Lei Nº 6.682, de 27 de agosto de 1999, no art. 2º, que prevê a designação de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviços à nação ou à humanidade a “trecho de via”. É o caso deste projeto, da homenagem que se pretende prestar ao Doutor Jádriel Matos, ex-Prefeito de Vitória da Conquista e ex-Deputado Estadual perante a Assembléia da Bahia, falecido em condições excepcionais em 13 de outubro de 1998, deixando uma folha extraordinária de serviços em favor do seu povo e, sem dúvida, um exemplo de seriedade e de honestidade para a Bahia e para o País.

Por tudo isso, peço aos meus pares o apoio à proposta que denomina de “Anel Rodoviário Jádriel Matos” o trecho da via da BR-116, composto das alças Leste e Oeste do Anel Rodoviário de Vitória da Conquista, na Bahia, medida da mais irretorquível justiça.

Câmara dos Deputados, 26 de junho 2002. –
Coriolano Sales, Deputado Federal.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, DE 2003 (Nº 3.987/2000, na Casa de Origem)

Dispõe sobre o ensino da língua espanhola.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O ensino da língua espanhola, de oferta obrigatória pela escola e de matrícula facultativa para

o aluno, será implantado, gradativamente, nos currículos plenos do ensino médio.

§ 1º O processo de implantação deverá estar concluído no prazo de cinco anos, a partir da implantação desta Lei.

§ 2º É facultada a inclusão da língua espanhola nos currículos plenos do ensino fundamental de 5ª a 8ª séries.

Art. 2º A oferta da língua espanhola pelas redes públicas de ensino deverá ser feita no horário regular de aula dos alunos.

Art. 3º Os sistemas públicos de ensino implantarão Centros de Ensino de Língua Estrangeira, cuja programação incluirá, necessariamente, a oferta de língua espanhola.

Art. 4º A rede privada poderá tornar disponível esta oferta por meio de diferentes estratégias que incluam desde aulas convencionais no horário normal dos alunos até a matrícula em cursos e Centro de Estudos de Língua Moderna.

Art. 5º Os Conselhos Estaduais de Educação e do Distrito Federal emitirão as normas necessárias à execução desta Lei, de acordo com as condições e peculiaridades de cada unidade federada.

Art. 6º A União, no âmbito da política nacional de educação, estimulará e apoiará os sistemas estaduais e do Distrito Federal na execução desta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.987, DE 2000

Dispõe sobre o ensino da língua espanhola.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O ensino da língua espanhola, de oferta obrigatória pela escola e de matrícula facultativa para o aluno, será implantado, gradativamente, nos currículos plenos do ensino médio.

§ 1º O processo de implantação deverá estar concluído no prazo de cinco anos, a partir da implantação desta lei.

§ 2º É facultada a inclusão da língua espanhola nos currículos plenos do ensino fundamental de 5ª a 8ª séries.

Art. 2º A oferta da língua espanhola pelas redes públicas de ensino deverá ser feita no horário regular de aula dos alunos.

Art. 3º Os sistemas públicos de ensino implantarão Centros de Ensino de Língua Estrangeira, cuja

programação incluirá, necessariamente, a oferta de língua espanhola.

Art. 4º A rede privada poderá disponibilizar esta oferta por meio de diferentes estratégias que incluam desde aulas convencionais no horário normal dos alunos até a matrícula em cursos e Centro de Estudos de Língua Moderna.

Art. 5º Os Conselhos Estaduais de Educação e do Distrito Federal emitirão as normas necessárias à execução desta Lei, de acordo com as condições e peculiaridades de cada unidade federada.

Art. 6º A União, no âmbito da política nacional de educação, estimulará e apoiará os sistemas estaduais e do Distrito Federal na execução desta Lei.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

A importância da língua espanhola, hoje, no contexto mundial é indiscutível. Mais de 400 milhões de pessoas se comunicam nesta língua. Certamente a grande expansão do poder hispânico nos séculos XVI e XVII permitiram a difusão da cultura da metrópole nas colônias e as conseqüentes conquistas fixaram a língua como marca da ocupação.

A maioria esmagadora dos países que integram a América Latina é composta por nações hispânicas, que por conseguinte falam o idioma espanhol. O Brasil, onde se fala apenas o português tomou-se uma ilha, neste contexto. Com a consolidação do Mercosul, aumenta a necessidade de se conhecer a língua espanhola, que já ocupa o segundo lugar como elemento de comunicação do comércio internacional.

A preocupação, por parte das autoridades educacionais brasileiras, com o ensino da língua espanhola, reporta-se ao Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942 que obrigava o estudo do idioma espanhol como disciplina constitutiva dos cursos clássico e científico.

Com o advento da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a grande maioria dos estabelecimentos de ensino no Brasil eliminou, de seus currículos, o estudo do idioma espanhol.

A seguir, a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixou Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, outorgou ao Conselho Federal de Educação competência para fixar, ao ensino de 2º grau, o currículo mínimo, a ser exigido em cada habilitação profissional ou conjunto de habilitações afins, haven-

do sido sistematicamente desprezado o estudo do idioma espanhol.

Com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, que dispõe em seu art. 4º que: “*A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações*”, reforçou-se o conhecimento da língua espanhola, pois a integração passa pela compreensão recíproca, e abriu-se a possibilidade de acordos bilaterais no ensino de idiomas.

Posteriormente, o advento da Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, após longo período de negociações com a participação da sociedade civil, concluiu que a educação básica, nos níveis fundamental e médio, teria regras comuns que “*poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares*”. E no art. 26, § 5º determina: “*Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição*”. Na seção IV, do Ensino Médio, art. 36, III, completa: “*será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição*”.

A abertura para o ensino de línguas estrangeiras preconizada pela LDB demonstra a necessidade da inclusão no currículo, a importância do aprendizado, e a valorização da escolha da língua por parte da comunidade onde a escola está inserida.

Particularmente, destacamos a língua espanhola, pela relativa facilidade de compreensão, pela aproximação geográfica com os países latino-americanos, pelo elevado número de publicações seja na língua vernácula ou em traduções de outros idiomas e pela ampliação de oportunidade na comunicação global.

Inúmeros projetos tramitaram nesta Casa com o mesmo objetivo que ora propomos. Muitos foram arquivados e outros, prejudicados. Um, especialmente, apresentado em 1993, por iniciativa do Poder Executivo, deveria também ter sido prejudicado, pois trazia proposta que contrariava o espírito aberto da LDB. Por uma imperiosa situação regimental continua em tramitação não podendo ser emendado.

Diante desta situação apresento uma nova proposta que engloba as anteriores, traz a idéia do Centro

de Línguas, como uma alternativa inovadora, e obriga as escolas a oferecerem o aprendizado da língua espanhola, deixando liberdade de escolha aos alunos para esta língua ou outra de interesse pessoal.

Espero que os nobres Pares apoiem a minha iniciativa que procura sanar uma lacuna regimental. E cientes da importância da língua espanhola para a integração cultural, econômica e social do Brasil com os demais países, unam-se pela urgência de aprovação deste projeto

Sala das Sessões, em de de 2000. – Deputado **Átila Lira**.

(*Á Comissão de Educação.*)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os Projetos de Lei da Câmara nºs 111 e 112, de 2003, vão à Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Senhor Presidente da República adotou, em 11 de dezembro de 2003, e publicou na mesma data, a **Medida Provisória nº 143, de 2003**, que “*Extingue o Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação – CFGE, altera dispositivos da Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, e dá outras providências*”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

Efraim Moraes (PFL)	1. Rodolpho Tourinho (PFL)
Tasso Jereissati (PSDB)	2. vago
César Borges (PFL)	3. vago
Eduardo Azeredo (PSDB)	4. vago

Bloco de Apoio ao Governo(PT/PSB/PTB/PL)

Tião Viana (PT)	1. Fernando Bezerra(PTB)
Antonio Carlos Valadares(PSB)	2. Roberto Saturnino (PT)
Magno Malta (PL)	3. Ana Júlia Carepa(PT)

PMDB

Renan Calheiros	1. Luiz Otávio
Hélio Costa	2. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	3. Garibaldi Alves Filho

PDT

Jefferson Péres	1.Almeida Lima
-----------------	----------------

PPS

Mozarildo Cavalcanti 1. vago

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes****PT**

Nelson Pellegrino 1. Fátima Bezerra
Arlindo Chinaglia 2. Iriny Lopes

PFL

José Carlos Aleluia 1. Kátia Abreu
Rodrigo Maia 2. Antônio Carlos Magalhães Neto

PMDB

Eunício Oliveira 1. André Luiz
Mendes Ribeiro Filho 2. Gustavo Fruet

PSDB

Jutahy Júnior 1. Antônio Carlos Mendes Thame
Custódio Mattos 2. Bismarck Maia

PP

Pedro Henry 1. Celso Russomanno

PTB

José Múcio Monteiro 1. Ricarte de Freitas

Bloco PL, PSL

Valdemar Costa Neto 1. Bispo Rodrigues

PSB

Eduardo Campos 1. Renato Casagrande

(*) PDT

Neiva Moreira 1. Dr. Hélio

(*) Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO**: **11/12/2003**;
- Designação da Comissão: **13/12/2003**;
- Instalação da Comissão: **15/12/2003**;
- Emendas: até **16/02/2004** (7º dia da publicação);
- Prazo final na Comissão: **11/12/2003 a 23/02/2004** (14º dia);
- Remessa do processo à CD: **23/02/2004**;
- Prazo na CD: de **24/02/2004 a 08/3/2004** (15º ao 28º dia);

- Recebimento previsto no SF: **08/3/2004**;
- Prazo no SF: de **09/3/2004 a 22/3/2004** (42º dia);
- Se modificado, devolução à CD: **22/3/2004**;
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de **23/3/2004 a 25/3/2004** (43º ao 45º dia);
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **26/3/2004** (46º dia);
- Prazo final no Congresso: **09/4/2004** (60 dias).

A Presidência esclarece ao Plenário que a Comissão Mista que acaba de ser designada deverá tomar suas deliberações de acordo com o disposto no parágrafo único do art. 14 do Regimento Comum, ou seja, os votos dos membros do Senado Federal e da Câmara dos Deputados deverão ser tomados em separado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Senhor Presidente da República adotou, em 11 de dezembro de 2003, e publicou na mesma data, a **Medida Provisória nº 144, de 2003**, que “Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nºs 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**Titulares****Suplentes****Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)**

Efraim Moraes (PFL) 1. Rodolpho Tourinho (PFL)
Tasso Jereissati (PSDB) 2. vago
César Borges (PFL) 3. vago
Eduardo Azeredo (PSDB) 4. vago

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PTB/PL)

Tião Viana (PT) 1. Fernando Bezerra (PTB)
Antonio Carlos Valadares (PSB) 2. Roberto Saturnino (PT)
Magno Malta (PL) 3. Ana Júlia Carepa (PT)

PMDB

Renan Calheiros 1. Luiz Otávio
Hélio Costa 2. Ney Suassuna
Sérgio Cabral 3. Garibaldi Alves Filho

PDT

Jefferson Peres 1. Almeida Lima

PPS

Mozarildo Cavalcanti 1. vago

DEPUTADOS**Titulares
Suplentes****PT**Nelson Pellegrino 1. Fátima Bezerra
Arlindo Chinaglia 2. Iriny Lopes**PFL**José Carlos Aleluia 1. Kátia Abreu
Rodrigo Maia 2. Antônio Carlos Magalhães Neto**PMDB**Eunício Oliveira 1. André Luiz
Mendes Ribeiro Filho 2. Gustavo Fruet**PSDB**Jutahy Júnior 1. Antônio Carlos Mendes Thame
Custódio Mattos 2. Bismarck Maia**PP**

Pedro Henry 1. Celso Russomanno

PTB

José Múcio Monteiro 1. Ricarte de Freitas

Bloco PL, PSL

Valdemar Costa Neto 1. Bispo Rodrigues

PSB

Eduardo Campos 1. Renato Casagrande

(*) PCdoB

Inácio Arruda 1. Daniel Almeida

(*) Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO**: **11/12/2003**;
- Designação da Comissão: **13/12/2003**;
- Instalação da Comissão: **15/12/2003**;
- Emendas: **até 16/02/2004** (7º dia da publicação);

– Prazo final na Comissão: **11/12/2003 a 23/02/2004** (14º dia);

– Remessa do processo à CD: **23/02/2004**;

– Prazo na CD: **de 24/02/2004 a 08/3/2004** (15º ao 28º dia);

– Recebimento previsto no SF: **08/3/2004**;

– Prazo no SF: **de 09/3/2004 a 22/3/2004** (42º dia);

– Se modificado, devolução à CD: **22/3/2004**;

– Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 23/3/2004 a 25/3/2004** (43º ao 45º dia);

– Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **26/3/2004** (46º dia);

– Prazo final no Congresso: **09/4/2004** (60 dias).

A Presidência esclarece ao Plenário que a Comissão Mista que acaba de ser designada deverá tomar suas deliberações de acordo com o disposto no parágrafo único do art. 14 do Regimento Comum, ou seja, os votos dos membros do Senado Federal e da Câmara dos Deputados deverão ser tomados em separado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Senhor Presidente da República adotou, em 11 de dezembro de 2003, e publicou na mesma data, a **Medida Provisória nº 145, de 2003**, que “Autoriza a criação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE e dá outras providências.”

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**Titulares****Suplentes****Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)**

Efraim Moraes (PFL)	1. Rodolpho Tourinho (PFL)
Tasso Jereissati (PSDB)	2. vago
César Borges (PFL)	3. vago
Eduardo Azeredo (PSDB)	4. vago

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PTB/PL)

Tião Viana (PT)	1. Fernando Bezerra(PTB)
Antonio Carlos Valadares(PSB)	2. Roberto Saturnino (PT)
Magno Malta (PL)	3. Ana Júlia Carepa(PT)

PMDB

Renan Calheiros	1. Luiz Otávio
Hélio Costa	2. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	3. Garibaldi Alves Filho

PDT	
Jefferson Peres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. vago
DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PT	
Nelson Pellegrino	1. Fátima Bezerra
Arlindo Chinaglia	2. Iriny Lopes
PFL	
José Carlos Aleluia	1. Kátia Abreu
Rodrigo Maia	2. Antônio Carlos Magalhães Neto
PMDB	
Eunício Oliveira	1. André Luiz
Mendes Ribeiro Filho	2. Gustavo Fruet
PSDB	
Jutahy Júnior	1. Antônio Carlos Mendes Thame
Custódio Mattos	2. Bismarck Maia
PP	
Pedro Henry	1. Celso Russomanno
PTB	
José Múcio Monteiro	1. Ricarte de Freitas
Bloco PL, PSL	
Valdemar Costa Neto	1. Bispo Rodrigues
PSB	
Eduardo Campos	1. Renato Casagrande
(*) PRONA	
Enéas	1. Elimar Máximo Damasceno

(*) Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO**: **11/12/2003**;
- Designação da Comissão: **13/12/2003**;
- Instalação da Comissão: **15/12/2003**;
- Emendas: até **16/02/2004** (7º dia da publicação);
- Prazo final na Comissão: **11/12/2003 a 23/02/2004** (14º dia);

- Remessa do processo à CD: **23/02/2004**;
- Prazo na CD: **de 24/02/2004 a 08/3/2004** (15º ao 28º dia);
- Recebimento previsto no SF: **08/3/2004**;
- Prazo no SF: **de 09/3/2004 a 22/3/2004** (42º dia);
- Se modificado, devolução à CD: **22/3/2004**;
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 23/3/2004 a 25/3/2004** (43º ao 45º dia);
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **26/3/2004** (46º dia);
- Prazo final no Congresso: **09/4/2004** (60 dias).

A Presidência esclarece ao Plenário que a Comissão Mista que acaba de ser designada deverá tomar suas deliberações de acordo com o disposto no parágrafo único do art. 14 do Regimento Comum, ou seja, os votos dos membros do Senado Federal e da Câmara dos Deputados deverão ser tomados em separado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Senhor Presidente da República adotou, em 11 de dezembro de 2003, e publicou no dia 12 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 146, de 2003**, que “Dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social, e dá outras providências”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares Suplentes

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

Efraim Moraes (PFL)	1. Rodolpho Tourinho (PFL)
Tasso Jereissati (PSDB)	2. vago
César Borges (PFL)	3. vago
Eduardo Azeredo (PSDB)	4. vago

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PTB/PL)

Tião Viana (PT)	1. Fernando Bezerra(PTB)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Roberto Saturnino (PT)
Magno Malta (PL)	3. Ana Júlia Carepa(PT)

PMDB

Renan Calheiros	1. Luiz Otávio
Hélio Costa	2. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	3. Garibaldi Alves Filho

PDT	
Jefferson Peres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1.vago
DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PT	
Nelson Pellegrino	1. Fátima Bezerra
Arlindo Chinaglia	2. Iriny Lopes
PFL	
José Carlos Aleluia	1. Kátia Abreu
Rodrigo Maia	2. Antônio Carlos Magalhães Neto
PMDB	
Eunício Oliveira	1. André Luiz
Mendes Ribeiro Filho	2. Gustavo Fruet
PSDB	
Jutahy Júnior	1. Antônio Carlos Mendes Thame
Custódio Mattos	2. Bismarck Maia
PP	
Pedro Henry	1. Celso Russomanno
PTB	
José Múcio Monteiro	1. Ricarte de Freitas
Bloco PL, PSL	
Valdemar Costa Neto	1. Bispo Rodrigues
PSB	
Eduardo Campos	1. Renato Casagrande
(*) PV	
Sarney Filho	1. Marcelo Ortiz

(*) Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO**: **12/12/2003**;
- Designação da Comissão: **13/12/2003**;
- Instalação da Comissão: **15/12/2003**;
- Emendas: até **17/02/2004** (7º dia da publicação);
- Prazo final na Comissão: **12/12/2003 a 24/02/2004** (14º dia);

- Remessa do processo à CD: **24/02/2004**;
- Prazo na CD: **de 25/02/2004 a 09/3/2004** (15º ao 28º dia);
- Recebimento previsto no SF: **09/3/2004**;
- Prazo no SF: **de 10/3/2004 a 23/3/2004** (42º dia);
- Se modificado, devolução à CD: **23/3/2004**;
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 24/3/2004 a 26/3/2004** (43º ao 45º dia);
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **27/3/2004** (46º dia);
- Prazo final no Congresso: **10/4/2004** (60 dias).

A Presidência esclarece ao Plenário que a Comissão Mista que acaba de ser designada deverá tomar suas deliberações de acordo com o disposto no parágrafo único do art. 14 do Regimento Comum, ou seja, os votos dos membros do Senado Federal e da Câmara dos Deputados deverão ser tomados em separado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pretendo, desta tribuna do Senado, falar um pouco sobre o mérito da PEC paralela. Elaborei um quadro comparativo entre o texto da Constituição Federal, a PEC aprovada na Câmara Federal, e a PEC nº 67, aprovada aqui, no Senado Federal.

O primeiro destaque que eu faria é que tanto a Constituição de 1988, como a PEC original do Governo e a PEC aprovada aqui no Senado e na Câmara Federal não incluíam os servidores deficientes. O Relator Tião Viana, que foi tão criticado por haver acatado na íntegra a PEC nº 67 vinda da Câmara, praticamente incluiu as principais propostas dos servidores na PEC nº 77. Se aprovarmos – como faremos – a PEC nº 77, todos os servidores deficientes terão um tratamento privilegiado, tanto para o cálculo da sua aposentadoria, como para o pagamento dos 11% de contribuição previdenciária – o servidor que receber até R\$4.800,00 não pagará os 11%.

Essa foi uma emenda muito bem articulada pelo Relator, Senador Tião Viana, pelo Senador Flávio Arns e tantos outros que atuam nessa área.

Falarei agora do controle social.

O atual Texto Constitucional não garante o controle social, assim como a PEC original do Governo e a PEC aprovada pela Câmara e pelo Senado, mas a

PEC nº 77, com a lavra do Senador Tião Viana, garante, sim, o controle social para evitar que o dinheiro da seguridade social, especificamente da previdência, seja destinado a outros fins. Para tanto, haverá um cadastramento, a ser implementado e fiscalizado pelo próprio Ministério, de cinco em cinco anos, para evitar problemas como o que ocorreu recentemente com os aposentados com mais de 90 anos de idade. Haverá ainda um colegiado quadripartite, que efetivamente controlará as contas da previdência.

Vejo o Senador João Capiberibe, que sei colaborou muito para essa redação.

Um outro ponto interessante é que nem a Constituição atual, nem a PEC do Governo, nem a PEC aprovada pela Câmara e Senado fazem referência a algo que considero fundamental e que o Relator Tião Viana, que é médico, teve a sensibilidade de incluir: os casos das doenças incapacitantes. Todos nós aqui sugerimos que se isentassem dos 11% os servidores que ganhassem até R\$2.400,00. E o Relator Tião Viana incluiu que os servidores aposentados que tenham doença incapacitante e recebam até R\$4.800,00 não pagarão os 11% de contribuição previdenciária. Portanto, estarão isentos até o limite de R\$4.800,00, o dobro do valor definido no Regime Geral da Previdência.

O quadro demonstrativo que elaborei demonstra que nem a Constituição nem a PEC original tratavam disso. Somente a PEC nº 77 trata dessa matéria.

Em relação aos policiais, da mesma forma. A matéria não é mencionada pelo Texto da Constituição, pela PEC do Governo, nem pela PEC aprovada na Câmara e no Senado. Já na PEC chamada paralela, o Relator estabelece com muita clareza que “às aposentadorias e pensões dos servidores policiais que integram órgão com função de Polícia Judiciária, Rodoviária, Ferroviária e da Polícia Judiciária do Estado e do Distrito Federal, aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente federado”. Essa era uma reivindicação dos policiais, que conversaram conosco e bastante com o Senador Romeu Tuma.

Senador Romeu Tuma, eu diria que essa redação pode não ser exatamente a que V. Ex^a gostaria, mas 90% do pleito de V. Ex^a está aqui contemplado. Parabéns a V. Ex^a, que foi o principal articulador desse artigo da PEC paralela.

O Sr. Gerson Camata (Sem Partido – ES) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Gerson Camata, o aparte de V. Ex^a é um orgulho para este Senador.

O Sr. Gerson Camata (Sem Partido – ES) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Primeiramente, quero cumprimentar V. Ex^a pela abordagem técnica que faz, comparando a PEC nº 67 com a PEC paralela. Realmente, houve um grande avanço conseguido pelo Senado, fruto da reflexão, da composição, da negociação, no bom sentido. V. Ex^a é respeitado nesta Casa e tem uma longa tradição, como um campeão na luta pelo direito dos trabalhadores brasileiros e também da previdência dos trabalhadores brasileiros. De modo que V. Ex^a dá aqui uma aula magna para seus companheiros sobre o avanço que representa essa PEC nº 77. Quando fala no controle por parte dos segurados da previdência, V. Ex^a enfoca o principal ponto, no meu entender, da PEC paralela. Veja o grande avanço: apresentei, quando Deputado, há mais de dez anos, um projeto propondo a administração tripartite da previdência social, em que os trabalhadores teriam acesso à administração da previdência em paridade com o Governo, até para dar essa transparência que V. Ex^a agora defende dentro do Projeto do Senador Tião Viana. Essa transparência é fundamental para qualquer debate. Veja V. Ex^a que, nos debates que antecederam a PEC paralela, tínhamos números tão divergentes que não parecia que estivéssemos abordando o mesmo assunto, sobre os números do déficit. E havia até quem proclamasse aqui que a previdência tinha superávit. Isso é devido exatamente à falta da transparência que V. Ex^a defende e que está lá exposta nessa PEC. Quero cumprimentá-lo. É muito importante essa apreciação técnica que V. Ex^a faz não só para nós, Senadores, mas para aqueles que, por meio da TV Senado, nos acompanham e que vão acompanhar a votação em segundo turno na semana que vem. Cumprimentos a V. Ex^a, mais uma vez!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Gerson Camata, agradeço o aparte de V. Ex^a, porque destaca, de tudo o que falei, aquilo que V. Ex^a entende ser o mais importante. Chego à conclusão, pelo seu aparte, que de fato é uma das questões mais importantes. Ficamos sempre aqui da tribuna a lamentar, uns dizem que a previdência tem déficit, outro dizem que não tem déficit. Com esse controle que passaremos a ter daqui para a frente, vamos, de uma vez por todas, fazer com que a sociedade organizada fiscalize os dados, os números e o superávit da previdência, já que estou na linha dos que dizem que ela é superavitária.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a é um estudioso do assunto, cumpriu um papel fundamental nesse debate, do início ao fim, cobrando alternativas. Por isso, é uma enorme alegria receber o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Obrigado, Senador Paim. É inegável – e a história de V. Ex^a retrata isto – essa determinação, essa persistência de V. Ex^a na defesa dos interesses dos trabalhadores do País. Nossos cumprimentos! Podemos até discordar, aqui e ali, em função até de estarmos colocados em trincheiras diferentes, mas certamente o nosso objetivo é o mesmo. O objetivo é oferecer à sociedade brasileira uma proposta de modelo previdenciário que atenda às suas aspirações. Não me conformo, Senador Paim, com essa história do déficit. Temos que ser mais francos, mais sinceros, porque milhões de brasileiros recolhem a sua contribuição ao INSS e não podem ser, de forma alguma, iludidos em relação ao desempenho financeiro da previdência social no País. Ocorre que as pessoas não estão sendo francas quando colocam a situação de déficit da previdência, porque não estão computando apenas gastos com o sistema securitário. Estão computando os gastos com um programa de assistência social no País. Os dados exclusivamente relativos ao sistema de seguridade social do País apresentam um superávit considerável nas contas da previdência social. Precisamos ser sinceros e francos. Esse déficit que apregoam não é do sistema de previdência social, é com a inclusão de um grande programa de assistência social que se faz no País.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Alvaro Dias, comungo com V. Ex^a da análise que faz. A PEC paralela vai permitir essa fiscalização adequada porque pedimos inúmeras vezes, inclusive nos governos anteriores, auditoria nas contas de toda a seguridade para mostrarmos que havia o superávit. Essas auditorias sempre vieram, mas não vieram com clareza; apontavam, sim, o superávit, todas elas, não nego, pelo Tribunal de Contas, mas não com os dados precisos, como entendo que o controle social pela sociedade vai poder fazer daqui para frente.

Meus cumprimentos a V. Ex^a, mais uma vez, pela forma dura, firme e leal com que fez o debate da previdência, que contribuiu, e muito, para que essa PEC nº 77, paralela, seja aprovada rapidamente.

Quero me referir a um outro item, relativo ao art. 195 – o Relator, Senador Tião Viana, pode confirmar, ou não, as minhas palavras:

Art. 195.....

§ 9º As contribuições sociais previstas no inciso I deste artigo poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão-de-obra, do porte da empresa ou da condição estrutural ou circunstancial do mercado de trabalho.

O que isso significa? Que, efetivamente, aqueles setores que gerarem mais empregos poderão até ter uma alíquota menor do que a aqui fixada, o que vai ao encontro de uma expectativa positiva do mercado de trabalho

Tanto a Constituição vigente, como a PEC original do Governo e a PEC aprovada na Câmara, não garantiam um tratamento para as chamadas atividades ou aposentadorias especiais também no serviço público, já que temos na área privada. Quem está garantindo aqui, com clareza, complementando, e melhorando, o texto da atual Constituição é a PEC nº 77, a paralela.

Este dado, Senador Tião Viana, eu considero importante. Fizeram uma grande divulgação no País sobre a possibilidade de a dona-de-casa poder se aposentar também, só que isso não havia sido assegurado até o momento no texto da Constituição. Aqui no § 13, V. Ex^a coloca, com muita precisão, a possibilidade de o desempregado pagar um percentual menor para manter o vínculo com a previdência e abre espaço para que a dona-de-casa possa também contribuir e se aposentar pela previdência.

Para concluir, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a possibilidade de um subteto único nos Estados, sem prejuízo daquele Estado que quiser manter três subtetos, que gerou uma briga enorme de inúmeros Estados, inclusive do Rio Grande do Sul, está muito claramente assegurada. V. Ex^a aqui conseguiu construir o equilíbrio, garantindo inclusive que o Estado que quiser, até por emenda constitucional, encaminhe para a assembléia e fixe um subteto único. O Rio Grande do Sul inclusive, inspirado na PEC nº 77, já fez essa aprovação lá na Assembléia Legislativa, que fica em Porto Alegre.

Paridade para os atuais servidores. A PEC nº 67, que veio da Câmara e foi aprovada aqui, também da lavra de V. Ex^a, garante já a paridade para os que estão aposentados, mas não garantia a paridade para os que vão se aposentar depois da promulgação da PEC nº 67; e V. Ex^a os incluiu, ouvindo os servidores. Havia inclusive uma questão de se 20 ou 25 anos, e V. Ex^a, sensível a isso, reduziu para 20 anos

no serviço público, assegurando a paridade para os 750 mil servidores que estão em plena atividade.

A última conquista foi obtida graças ao trabalho de nós todos aqui – eu não daria destaque para esse ou aquele partido –, que foi a regra de transição. Não havia um partido que não gritasse, não protestasse por não haver uma regra de transição, porque ela vai contemplar aquele trabalhador a que sempre nos referimos, que iniciou com 15 anos na atividade e teria que contribuir 45 anos para chegar aos 60 anos. V. Ex^a nos ajudou, falou com o Ministro Ricardo Berzoini, falou com o Ministro José Dirceu – sei porque falamos praticamente juntos – e consegui essa costura em nome de todos os partidos. Lembro que V. Ex^a dizia ao Ministro que essa era uma reivindicação de todos os Partidos, PT, PDT, PSDB, PMDB, PFL, todos queriam uma regra de transição, que não está contemplada na PEC original do Governo, na PEC nº 67 e, claro, conseqüentemente, como é transição, também não está na Constituição.

Eu diria, nobre Relator, que, em alguns casos, a nossa proposta é melhor do que a Emenda nº 20, porque nessa, com aquele pedágio de 20%, o cidadão que começou a trabalhar com 22 anos só se aposentaria com 61 anos. Segundo a nossa proposta, não em todos os casos, mas em alguns vai aposentar-se com 58 ou 59 anos. De acordo com a Emenda nº 20, ele teria que trabalhar até 61 anos, ou seja, ficava pior do que a PEC 67, que garantia para todos aposentadoria aos 60 anos. Por isso, Senador Sérgio Zambiasi, V. Ex^a foi parceiro nessa longa caminhada. V. Ex^a, Senador Eduardo Siqueira Campos, que preside a sessão neste momento, muitas e muitas vezes me perguntava: “Senador Paim, quer presidir?” E eu dizia: “Não, preside, que eu quero ficar no Plenário articulando”. Então, V. Ex^a deu também, com certeza, a sua parcela de contribuição e sempre na linha. Lembro-me de que V. Ex^a dizia: “Olha, vamos torcer para que haja entendimento”. E isso foi feito. É claro que a PEC nº 77 não é o melhor dos mundos, mas em relação – e reconheço a postura da Oposição –, à PEC nº 67, que já está aprovada e será sancionada na semana que vem, traz uma série de avanços. Dizia-me o Senador Zambiasi, que é lá do meu Estado – somos de Partidos diferentes, mas estamos na mesma trincheira – que é uma questão de honra, não só para nós dois, Senador Simon, mas para os todos Senadores, que a Câmara dos Deputados a aprove, porque, caso contrário, vai ficar muito difícil. Aqui todos sabemos que ninguém tem maioria. Logo, será muito difícil aprovar-se alguma coisa aqui neste Senado se a Câmara não aprovar a PEC nº77.

Conversávamos isso não como uma chantagem ou ameaça, mas a não-aprovação da PEC nº77 vai criar uma desconfiança muito grande. E a Oposição aqui fez desafios dizendo que a PEC nº77 poderá se tornar a PEC 1º de abril. Considero essa provocação positiva, porque sei que a Oposição não quer isso. Alguns Senadores já me disseram que não querem vir à tribuna, no futuro, para dizer que a PEC nº 77 foi a PEC 1º de abril. Não querem fazer isso, mas o farão, segundo me disseram, se o Governo não aprová-la. Inúmeros Senadores já me falaram isso. Nesse caso, a relação, de fato, ficará muito difícil entre Senado, Câmara e o Executivo.

Tomo a liberdade de dizer que o Governo terá muito dificuldade em aprovar aqui matérias importantíssimas. Senador Tião Viana, meu Líder a quem respeito, estou convicto de que o Governo não terá essa dificuldade, porque colaborará com os Parlamentares, haja vista a palavra que assumiu com V. Ex^a, que é o grande articulador da PEC nº77. Notei que V. Ex^a não morria de amores pela PEC nº67, tanto que ajudou a elaborar a PEC nº77. Por diversas vezes, V. Ex^a me disse: “Senador Paulo Paim, fale com os homens. Estou favorável, mas é preciso que mais pessoas do Governo também dêem o sinal verde”. Portanto, se existe um grande articulador da PEC nº77, que interagiu com a Situação, com a Oposição e com o Governo é V. Ex^a. A História, um dia, vai reconhecer o seu esforço. V. Ex^a trabalhou com sacrifício para aprovar a PEC nº67, apostando que as grandes reivindicações da Oposição, do movimento, enfim, de todo o Senado e, diria, de quase toda a Câmara, seriam contempladas em virtude desse voto de confiança que a sua assinatura deu ao Governo.

Perguntaram-me ontem quem foi o grande articulador da PEC paralela, e respondi: o Relator, Senador Tião Viana. O texto foi da lavra de V. Ex^a, contra quase tudo e contra todos, inclusive contra este Senador, que não acreditava na PEC paralela. V. Ex^a conseguiu convencer todos, dizendo: Senador Paulo Paim, a PEC é para valer. E me entregou uma carta do Ministro Berzoini, de que de fato, a PEC 77 é para valer, e a tenho em meu gabinete. Pediu ao Presidente da República para conversar conosco e com outros Senadores, e Sua Excelência concordou, para mostrar que a PEC 77 é para valer. Por isso, é que não tenho dúvida de que vamos aprovar numa homenagem a V. Ex^a, Relator Tião Viana.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador, permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy, está dentro do nosso tempo, pois a luz vermelha ainda não está acendendo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Cumprimento V. Ex^a pela persistência com que está batilhando para que essa PEC 77 contemple os pontos que V. Ex^a tem procurado defender desde o início. V. Ex^a contribuiu para que o Senador Tião Viana e todos nós viéssemos a colocar alguns pontos que, na avaliação de V. Ex^a, são legítimos e justos para os servidores públicos e que poderiam perfeitamente fazer parte da modificação. Desejo também cumprimentá-lo pelo empenho em que a PEC nº77 possa ser votada o quanto antes, levando em consideração a possibilidade de ela ter efeitos desde a promulgação da PEC nº67. E isso é possível. E se deve em grande parte ao empenho e ao esforço de V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Eduardo Suplicy, mais uma vez cumprimento V. Ex^a, aproveitando para, de público, homenageá-lo pela proposta de renda mínima. V. Ex^a fez um belo pronunciamento ontem, dando uma notícia ao País do avanço e do momento importante dessa proposta, que se confunde não somente com a história de sua própria vida, mas com a história de todos os pobres deste País, que terão direito a essa cidadania, a renda mínima, tão defendida por V. Ex^a.

O Sr. Luiz Otávio (PMDB – PA) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador.

O SR. Luiz Otávio (PMDB – PA) – Em primeiro lugar, digo e reconheço nesta manhã de sábado, quando estamos reunidos para discutir a reforma tributária, uma vez que já aprovamos a reforma da previdência, que V. Ex^a é o grande articulador desse acordo feito para a aprovação das Emendas nº67 e nº77 com relação à reforma da previdência. Reconheço o grande trabalho e a grande competência de V. Ex^a para que chegássemos a esse fim. Com certeza, isso se deveu à participação de todos os Senadores, mas V. Ex^a teve a capacidade de unir, de fazer esse entendimento, e, desde o início, colocou de uma forma muito clara a necessidade de se fazer um acordo com relação à votação dessa matéria. Deixo claro aqui também, Senador Paulo Paim, a responsabilidade de que o Presidente Lula e o Governo Federal têm, através dos seus líderes, Senadores Aloizio Mercadante e Tião Viana, de cumprirem acordos como têm sido cumpridos até agora, principalmente no Senado Federal. Nesse ponto, incluo os outros Partidos, como

o PMDB, cujo Líder Renan Calheiros tem sido enfático, discutindo sempre com a Bancada do PMDB a importância de se cumprirem os acordos. Tenho certeza de que tanto o Presidente Lula, quanto o Ministro José Dirceu e toda a equipe de Governo, manterá e concretizará esse acordo com relação à reforma da previdência e também com a reforma tributária, haja vista a grande discussão do tema, o interesse de todos os Estados da Federação, e principalmente o entendimento mantido com todas as lideranças desta Casa. Portanto, cumprimento V. Ex^a pela grande capacidade de articulação e de coordenação neste grande acordo com relação às reformas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Luiz Otávio, cumprimento V. Ex^a e reconheço que V. Ex^a também foi parceiro, foi companheiro, como foram os 81 Senadores. Tomo a liberdade de dizer isso, porque tivemos o apoio de todos. Notava sempre um gesto de solidariedade, às vezes discordando inclusive no mérito, mas dizendo: “Estamos torcendo para que se avance nessa questão e para que, pelo menos, a PEC paralela se torne realidade. Por isso, ao cumprimentar V. Ex^a, cumprimento todos os 81 Senadores. Quando V. Ex^a me traz a palavra de articulador, eu a dividiria com os demais, porque essa articulação foi feita por todos. Caso contrário, a PEC nº77 não existiria. E, sem sombra de dúvida, o Relator Tião Viana foi muito sensível. Portanto, rendo homenagem indiretamente ao Relator Tião Viana, em relação à PEC 77. S. Ex^a sabe que insisti muito na PEC nº67, mas, apesar disso, teve a grandeza de atribuir a mim. Como dizem: eu batia, ele matava no peito, jogava no joelho, redondinha, jogava de volta para mim, e dizia: Paim, você ainda vai fazer o gol com a PEC nº77. E esse gol não estou fazendo sozinho, acho que os oitenta e um participam. Os servidores, pelo menos, poderão dizer que foi graças à luta deles aqui no Senado que a perda foi menor e que pudemos aprovar a PEC nº77 no Senado e na Câmara dos Deputados.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra, por vinte minutos, ao próximo orador inscrito, nobre Senador Reginaldo Duarte, do PSDB do Estado do Ceará, por permuta com a Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje a tribuna do Senado para colocar em debate tema que deveria estar na ordem do dia desta Casa e que, no entanto, tem sido relegado das nossas discussões. Trata-se da busca de alternativa de energia por meio de fontes inesgotáveis. Apresento a V. Ex^{as} a importância da energia eólica no Estado do Ceará como alternativa para o Nordeste.

Aprendemos nas aulas de Física que o homem vive num oceano de energia. Ao nosso redor, a natureza trabalha sem parar, gerando energia em quantidade tamanha que a humanidade não consegue aproveitá-la em sua totalidade. Apenas uma pequena parte é utilizada.

As quedas d'água, por exemplo, poderiam proporcionar força hidráulica suficiente para suprir 80% da energia total consumida pelas populações da terra, porém só utilizamos 2% de todo esse potencial.

Se os ventos fossem dominados, eles poderiam produzir duas vezes mais eletricidade que a força da água o faz agora, com a grande vantagem de produzir a energia chamada “limpa”, sem resíduos e sem contribuir para o aumento do efeito estufa no planeta.

Vamos voltar um pouco às aulas de Física. Como é produzida a energia eólica? A atmosfera da terra age como uma gigantesca máquina térmica. Os raios do sol, mais fortes na linha do Equador que nas regiões polares, causam o aquecimento do ar tropical, que se eleva, cedendo lugar a um ar mais frio, que se move para tomar-lhe o lugar. Esse fluxo de ar é constantemente perturbado pela rotação da terra e por condições atmosféricas locais. O resultado desse movimento é o vento.

Essa força pode criar sopro de uma ventania ártica ou ainda a pavorosa fúria de um ciclone de 800 quilômetros por hora.

Embora imprevisível e inconsistente, o vento, mesmo assim, tem importante fonte de energia para o homem. Durante séculos o vento movimentou navios, movimentou navios à vela e moveu moinhos. Os moinhos de vento foram inventados na Pérsia no século V. Eles eram usados, naquela época, para bombear água para irrigação.

Os mecanismos básicos de um moinho de vento não mudaram desde então: o vento atinge uma hélice que, ao movimentar-se, gira em torno de um eixo que impulsiona um bomba, uma moenda ou, em tempos mais modernos, um gerador de eletricidade.

As hélices de uma turbina de vento são diferentes das lâminas dos antigos moinhos por serem mais aerodinâmicas e eficientes. As hélices têm o formato das asas de aviões e usam a mesma aerodinâmica. As hélices em movimento ativam um eixo que está ligado à caixa de mudanças. Por meio de uma série de engrenagens, a velocidade do eixo de rotação aumenta. O eixo de rotação está conectado ao gerador de eletricidade que, com a rotação em alta velocidade, gera a energia elétrica.

A energia eólica é atraente por não causar danos ambientais e ter baixo custo de produção em relação a outras fontes alternativas de energia.

Os ventos, quase incessantes em todo o litoral brasileiro e aproveitados até agora apenas para bombear água em cata-ventos rústicos, passarão a ser usados para gerar energia elétrica.

Desde 2002, vem sendo desenvolvido um programa integrado de aproveitamento da energia eólica com o Sistema Interligado Nacional de Energia Elétrica, que consiste numa forma de abastecer – com esse tipo alternativo de energia – algumas regiões do Nordeste onde a transmissão é considerada insuficiente para a demanda.

Esse projeto contribui para a diminuição dos riscos de uma nova crise de abastecimento da energia elétrica no Brasil.

O aproveitamento eólico é considerado pelos especialistas excelente opção para suprir a transmissão de determinadas áreas do Nordeste, que têm a vantagem de o ciclo das chuvas ser complementar aos ventos ao longo do ano.

O Brasil tem hoje cerca de 22,6 MW de capacidade instalada de geração de energia eólica; desse total, 17,7 MW são produzidos no Estado do Ceará, nos parques eólicos localizados na Prainha, em Mucuripe e na Taíba.

O potencial brasileiro, entretanto, vai além. Somente na região Nordeste, conforme dados do “Atlas do Potencial Eólico Brasileiro”, é possível gerar cerca de 75.000 MW de energia eólica, o que corresponde a mais de três usinas de Itaipu.

O potencial do Estado do Ceará para o aproveitamento de energia gerada pelo vento é reconhecido mundialmente. Recente visita do Ministro alemão Jürgen Trittin aos Parques Eólicos do Estado do Ceará é prova desse reconhecimento.

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Concedo o aparte ao Senador Delcídio Amaral.

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – Senador Reginaldo Duarte, é muito importante o seu pronunciamento, principalmente porque aborda um tema fundamental para o setor elétrico brasileiro, a energia eólica. Tive a oportunidade, inclusive, de visitar, os parques eólicos do Ceará e vi que efetivamente se trata de um Estado pioneiro na implementação da geração à base de energia eólica. Temos um potencial, principalmente na região Nordeste, extraordinário, como constatado pelo competente discurso que V. Ex^a hoje apresenta a esta Casa. Parabeno V. Ex^a pelo pronunciamento que vem num momento fundamental para o País, quando a Ministra Dilma apresenta as duas medidas provisórias que vão promover as mudanças necessárias para que venhamos a afastar definitivamente o fantasma do racionamento e dos apagões. A Ministra Dilma está extremamente focada nessa questão das energias alternativas, especialmente da energia eólica. A energia eólica pode desempenhar, como V. Ex^a muito bem disse, um papel fundamental na matriz energética brasileira, pelo potencial que temos. Vide o mapa dos ventos, um trabalho detalhado e desenvolvido em todas as regiões do País, que demonstra a potencialidade da região Nordeste, a possibilidade de se operar com esses geradores eólicos, como V. Ex^a muito bem explicou, em paralelo com o sistema elétrico brasileiro e como energia cada vez mais competitiva, a preços cada vez mais competitivos. V. Ex^a falou muito bem: temos 22 **megawatts** instalados para um potencial fantástico, especialmente na Região Nordeste. Eu não poderia deixar também de lembrar que a Alemanha hoje já tem instalados 11 mil **megawatts** de geradores eólicos – 11 mil! A Espanha já tem 5.500 **megawatts** instalados e um programa que vai se igualar à potência instalada hoje na Alemanha. Portanto, o pronunciamento de V. Ex^a está vindo num momento especial para o País, quando vamos discutir, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, o novo modelo do setor elétrico. A pertinência de seu pronunciamento relaciona-se ao fato de que a energia eólica virá definitivamente se instalar no Brasil, sem também deixar de lembrar, o que é muito importante, que já temos indústrias se instalando aqui para, efetivamente, fornecer os geradores que o País vai precisar, especialmente os que contemplarão a Região Nordeste, por seu potencial eólico. Parabéns, Senador Reginaldo Duarte. Um momento especial esse pronunciamento, esse discurso de V. Ex^a.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Muito obrigado, Excelência.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Permite-me um aparte, Excelência?

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Pois não, com muito prazer.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Reginaldo Duarte, primeiramente, registro a nossa saudação a V. Ex^a, integrante do nosso Partido, o PSDB, representando o Ceará, sempre dedicado às causas do seu Estado e do País. Eu ouvi o Presidente Lula anunciando o novo plano de energia elétrica para o País com muito otimismo. O que se constata é que o Governo atual tem sido muito generoso na promessa. Ele promete com muita facilidade. O Presidente disse que apagão é coisa do passado. E, há poucos dias, tivemos um apagão incrível na cidade de Florianópolis, em Santa Catarina. É coisa do passado, mas chama a atenção o fato de o Governo não anunciar um plano de investimentos no setor de geração de energia elétrica que possa nos permitir acreditar que não teremos problemas no futuro. Se desejamos o crescimento econômico do País, é preciso que ele seja dotado da infra-estrutura capaz de suportar crescimento. Sem dúvida, o setor energético é essencial para a alavancagem do crescimento econômico do País. Daí, a importância do pronunciamento de V. Ex^a e o alerta que se faz necessário ao Governo: sem investimentos reais e significativos do setor público e do setor privado, não se pode prometer o fim dos apagões no País.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Primeiramente, agradeço o aparte do ilustre Senador Delcídio Amaral, porque ele vem complementar este pronunciamento. S. Ex^a, na qualidade de ex-Ministro das Minas e Energia e de membro desta Casa, será sensível a essa idéia de desenvolver a energia eólica em todo o País. Também agradeço ao meu colega de Partido, Senador Alvaro Dias, pelo aparte que me proporcionou. Notei também a sua preocupação com esses apagões, que, naturalmente, não irão parar em nosso País.

Portanto, essa energia é uma fonte alternativa para que não dependamos apenas das chuvas em nossos reservatórios. Temos um potencial muito grande em todo o Nordeste do Brasil, que vai da Bahia até o Maranhão. Refiro-me, naturalmente, às fontes de energia proporcionadas pelo vento. Como eu disse aqui, trata-se de uma energia barata e que não agride o meio ambiente. De forma que o Governo Federal e a Ministra das Minas e Energia devem, de agora em diante, dar uma atenção mais especial a esse tipo de desenvolvimento energético.

Apesar da importância do tema, não só para o Estado do Ceará, mas também pelo que significa como contribuição para o desenvolvimento do País, apenas alguns cientistas e uns poucos brasileiros conhecem o assunto.

Por isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago hoje essa contribuição, que espero seja debatida com determinação por esta Casa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra em nome da Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Tendo esta Mesa recebido a delegação que indica V. Ex^a, concedo a palavra ao nobre Senador para uma comunicação de interesse partidário, por cinco minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, registro, na manhã deste sábado, a instalação, ocorrida na última semana, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que terá a responsabilidade de investigar assuntos relativos às invasões rurais e urbanas, constituindo aquilo que se denominou chamar de CPMI da Terra.

Antes, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é oportuno ressaltar a importância da CPI como um instrumento de fiscalização e de proposição à disposição do Congresso Nacional. É certo que o conceito que se impregnou na consciência popular é o de que CPI sempre termina em **pizza**, mas os fatos desmentem a informação. Na verdade, as CPIs do Congresso Nacional têm apresentado resultados práticos e insubstituíveis para a função do Parlamento brasileiro. Nós poderíamos relacionar inúmeras CPIs que apresentaram resultados extremamente significativos em benefício do Brasil. A CPI do PC Farias, por exemplo, que culminou com a cassação de um Presidente da República, a CPMI dos Anões do Orçamento, a CPI dos Bancos, a CPI do Futebol, a CPI do Narcotráfico.

Enfim, sabemos que o conceito que se impregnou, impregnou-se de má-fé, porque, na realidade, as CPIs têm apresentado resultados importantes para o País. Que o diga a Receita Federal. Certa vez, o Sr. Everardo Maciel informava que cerca de 100 audito-

res da Receita Federal trabalhavam exclusivamente em função de relatórios de CPIs do Congresso Nacional, obtendo ressarcimento aos cofres públicos daquilo que houvera sido subtraído por meio de sonegação fiscal, da elisão fiscal, enfim, dos ilícitos praticados por agentes financeiros.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa CPMI tem característica diferente. É claro que teremos que investigar denúncias, tais como, desvio de recursos nos assentamentos, superfaturamento na desapropriação de áreas de terras, grilagem de terras, invasões violentas, desrespeito a ordens judiciais. Certamente, as denúncias ocorrerão e a CPMI, desde já, se abre para recebê-las. E a obrigação será a investigação rigorosa. Se constatadas irregularidades, se ilícitos tiverem sido praticados, haveremos de remeter ao Ministério Público as conclusões da CPMI para a necessária responsabilização civil e criminal dos envolvidos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa CPMI, que tenho a honra de presidir graças àquilo que reputo como verdadeira homenagem que recebi dos Líderes Arthur Virgílio e José Agripino, tem uma missão extraordinária: apresentar um modelo de reforma agrária e urbana compatível com a realidade econômica e social do nosso País. O modelo existente está condenado. Não convence. Não há no modelo de reforma agrária vigente no País nada que nos autorize a dizer que realizaremos neste País uma verdadeira reforma agrária atingindo os objetivos propugnados por ela: distribuição de terra, geração de emprego, distribuição de renda e aumento da produção nacional.

Estamos vivendo um momento de conturbação na área rural brasileira, o que é muito grave. Esse é o momento de evolução no processo produtivo de nossa agricultura, que evolui, agrega valores da tecnologia e compete com a agricultura dos países mais evoluídos, apesar da desvantagem em relação à política que se pratica, sobretudo em função do egoísmo desmedido das nações ricas, as quais impõem regras que sufocam as nações pobres no terreno da comercialização dos produtos agrícolas. Refiro-me à política de subsídios, do protecionismo, das barreiras alfandegárias e não-alfandegárias, que comprometem a eficiência do modelo de desenvolvimento dos países pobres.

Por isso, é ímpar a responsabilidade dessa CPMI: apresentar um modelo que convença a sociedade brasileira de que é possível fazer reforma agrária em paz, obedecendo à lei, sem desestimular aqueles que produzem com invasões que acabam em

violência. Essa é a responsabilidade dessa CPMI. Havemos de assumi-la conscientes de que o País será melhor e a agricultura será mais produtiva se conseguirmos realmente semear a paz no campo. Assim, talvez, essa CPMI possa ser um instrumento galvanizador capaz de promover um pacto que envolva os Governos nos vários níveis – Governo da União, Governo do Estado, Governo do Município –, trabalhadores sem-terra e proprietários rurais, para que a reforma agrária seja feita em paz e de acordo com a lei.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra a V. Ex.^a pela ordem.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex.^a a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex.^a fica inscrito em primeiro lugar para essa finalidade prevista no Regimento Interno desta Casa.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, da mesma forma, também quero inscrever-me para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Fica V. Ex.^a inscrita em segundo lugar.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, também peço a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Em terceiro lugar, fica inscrito o nobre Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres, pela Liderança do PFL.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, solicitei a inscrição para falar após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Então, a Mesa prorroga a Hora do Expediente para ouvirmos o primeiro orador inscrito para comunicações inadiáveis, Senador Leomar Quintanilha, a quem concedo a palavra.

V. Ex.^a dispõe de até cinco minutos.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Estado que eu juntamente com V. Ex.^a e o Senador João Ribeiro temos a honra de representar, o Tocantins, viveu ontem um dia muito interessante na sua história. Sob os auspícios e a colaboração do Governo de Estado, da Prefeitura Municipal, do Sebrae, da Fieto, das instituições de ensino superior ali instala-

das – destacadamente a Universidade Federal de Tocantins, a Universidade Estadual de Tocantins, a Escola Técnica Federal do Tocantins e a Ubra –, realizamos um primeiro encontro de trabalho. Convocamos a comunidade científica, o empresariado e o setor produtivo para discutir as questões ligadas à ciência e à tecnologia no Estado do Tocantins.

O que a ciência e a tecnologia podem fazer para contribuir para o desenvolvimento do Estado, para combater a fome e a miséria, para combater uma das mazelas que afligem muito as famílias brasileiras, destacadamente as do Estado do Tocantins, que é o desemprego? O Estado vem procurando dar saltos de qualidade no seu processo de desenvolvimento, implantar as suas obras estruturantes e cumprir o programa traçado inicialmente pelo idealizador do Estado, pelo seu criador, o eminente ex-Governador Siqueira Campos, procurando integrar as diversas regiões do Estado para tirar do isolamento milhares de famílias dos diversos municípios. Tem procurado também instalar um vigoroso sistema de educação com vistas a abranger a totalidade de crianças, adolescentes e jovens existentes no Estado. O Tocantins coloca à disposição do seu povo um ensino de qualidade e oferece às novas gerações a oportunidade de ampliar os seus conhecimentos para o enfrentamento das dificuldades e desafios do dia-a-dia, assim como água tratada, enfim, dá ênfase às obras de infra-estrutura de que o Estado tanto precisa para melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Naturalmente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sem agregar os conceitos e os avanços que a ciência e a tecnologia oferecem à comunidade, não podemos pensar na consolidação do processo de desenvolvimento do nosso Estado. Por isso, a realização desse encontro, desse **workshop**, ontem, em Palmas, ao qual compareceram os principais doutores e mestres já estabelecidos em nosso Estado, as instituições representativas do setor produtivo, do comércio e da indústria. Compareceram também, um ilustre representante do Ministério da Ciência e Tecnologia e dois renomados cientistas brasileiros. Primeiro, a Prof.^a Leila Oda, presidente da Anbio e ex-pesquisadora da Fiocruz, que traz no seu currículo um cabedal de conhecimento profundo e foi levar a sua experiência e o seu conhecimento àqueles que querem discutir as possibilidades de aproveitamento das potencialidades do Tocantins nesse setor. Segundo, o renomado professor Luiz Antônio Barreto, diretor do Cenargen, um dos mais importantes cientistas brasileiros, pesquisador da Embrapa, que demonstrou em sua palestra profundo e extenso co-

nhecimento das questões ligadas à ciência e à tecnologia.

De sorte que, Sr. Presidente, com o propósito de instalar um tecno-pólo e desenvolver a pesquisa no Estado do Tocantins, apesar do seu estado embrionário de desenvolvimento, não precisa aguardar que sejam resolvidas as questões de natureza primária, assim como a estrutura secundária, para discutir inovação tecnológica e pesquisa aplicada.

O mundo todo fala hoje em seqüestro de carbono, em biodiesel, em um aproveitamento maior do álcool combustível. E por que não aproveitarmos a oportunidade, visto que há esse potencial latente do Tocantins, para discutir essas questões, que podem ser transformadas em negócio, gerando riquezas e muitos empregos, contribuindo de forma decisiva para o equacionamento dos problemas que afligem a população tocaninense?

O encontro revestiu-se de êxito. Há uma euforia, um sentimento muito positivo de prosseguir com essas ações, com vistas a obtermos do Governo do Estado a criação da Secretaria de Ciência e Tecnologia, colocarmos em funcionamento a Fundação de Amparo à Pesquisa, que ali já existe. Enfim, estabelecermos os pontos de referência para que o Estado de Tocantins interaja com os demais Estados brasileiros, que avançam nessa direção e colocam seu potencial e os recursos científicos e tecnológicos à disposição do desenvolvimento da população.

Sr. Presidente, era o que tinha a registrar nesta manhã, demonstrando o meu entusiasmo e a minha alegria com o êxito do encontro científico ocorrido no Tocantins.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra à segunda oradora inscrita para uma breve comunicação, a nobre Senadora Ideli Salvatti, do Partido dos Trabalhadores de Santa Catarina. S. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, saúdo as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que, nesta manhã de sábado, estão aqui no plenário do Senado da República.

O Senador Demóstenes Torres e eu estávamos aqui brincando um pouco e nos referindo a uma belíssima poesia de Vinícius de Moraes, “O Dia da Criação”, que mostra várias situações e conclui sempre com a frase “porque hoje é sábado”. Então, porque hoje é sábado, estamos aqui trabalhando para aprovar as duas reformas. A primeira etapa da reforma da

Previdência, referente à PEC 67, foi aprovada esta semana. Agora, estamos contando os prazos para aprovar a PEC 77.

Quinta-feira passada, houve aqui uma sessão de muito trabalho, que ultrapassou meia-noite. Como não foi acatado o acordo, a opinião pública não entendeu o que aqui ocorreu. Tive a oportunidade de ver, em matérias publicadas em jornais, a aprovação da Desvinculação de Receitas dos Estados, o que não ocorreu neste plenário.

Eu queria cumprimentar os colegas pelo belíssimo e importantíssimo acordo, que permitiu que a reforma tributária avançasse em pontos significativos, pois desejamos fazer uma reforma tributária em bases sólidas, considerando as compensações necessárias.

Alterar tributos não é simples, pois quando se mexe em um ponto, desestabiliza-se outro; quando se resolvem conflitos de um setor, ampliam-se conflitos em outros setores; quando se resolve a questão de um Estado exportador, prejudica-se um outro que é importador; quando se altera uma questão da União, os Estados e os Municípios se sentem prejudicados.

Portanto, realizar reforma tributária, indiscutivelmente, é uma das piores coisas a ser feita por um Parlamento, uma vez que todos os conflitos convergem, ocasionando muito tumulto. Mas acho que conseguimos construir, de forma muito significativa, esse acordo, tanto que a votação foi estrondosa: 63 votos a favor e apenas 4 votos contrários. O resultado demonstrou a parceria dos Partidos desta Casa com as Lideranças.

No caso da Desvinculação das Receitas dos Estados, que, apesar de ter sido contemplada no acordo e de todos os Líderes terem encaminhado a favor, o Plenário do Senado, movido pela convicção da ampla maioria dos Senadores, não a aprovou. Até porque estamos nos esforçando para diminuir a Desvinculação de Receitas da União. Todo o trabalho feito pela Comissão de Educação sinalizava, apontava para a redução da DRU, no caso da educação, e para que efetivamente, a partir de 2005, as verbas da educação fossem ampliadas. Nos últimos quatro anos, mais de R\$10 bilhões deixaram de ser aplicados na educação tanto da União, quanto dos Estados e Municípios. Uma perda realmente doída!

A Desvinculação de Receitas dos Estados, mesmo com a possibilidade, tal como previa o texto do acordo, de ter os gastos desvinculados mas permanecendo na área social, ainda nos deixava muito inseguros. Sabemos que, dada a violência crescente

no País, com certeza, a desvinculação acabaria por retirar verbas da saúde e da educação para atender à emergência da segurança pública.

Portanto, foi uma grande vitória do Plenário do Senado, que, apesar do acordo, das indicações dos Líderes no sentido de votar favoravelmente à inclusão, na reforma tributária, da Desvinculação de Receitas dos Estados, não a acatou, excluindo-a do texto constitucional. Considero essa atitude da maioria dos Senadores plenamente correta. E faço aqui esse registro, inclusive para conhecimento da imprensa, que deixou de participar daquele momento ímpar vivido pelo Senado naquela sessão de quinta-feira, cujo término se deu próximo de meia-noite, e, que, conseqüente, deixou de registrar corretamente o que aqui ocorreu.

Era o registro que eu queria fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para uma comunicação inadiável, o nobre Senador Osmar Dias, do PDT do Estado do Paraná.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra para comunicar que a Comissão de Educação, que tenho a honra de presidir, realizou, neste ano, cinquenta e duas sessões extraordinárias, vinte audiências públicas, apreciou mil e cinquenta matérias, o que mostra o trabalho intenso da Comissão.

Observo aqui a presença de alguns membros da Comissão de Educação, que participaram ativamente para que aquela Comissão convocasse cinco audiências públicas muito especiais e discutisse para a reforma tributária.

Devo lembrar que, na primeira audiência pública, o jornal Correio Braziliense estampou a seguinte manchete: *Jogo de cena*. E dizia que a Comissão de Educação estaria, em audiências públicas, fazendo jogo de cena, porque ela não teria influência nenhuma na reforma tributária. Enganou-se o jornal ou o jornalista que escreveu a matéria, porque não estávamos fazendo jogo de cena, mas trabalhando com seriedade. Conseguimos incluir na reforma tributária três emendas e mais uma, que será transformada em emenda constitucional. Conseguimos, com o apoio de todos os Senadores daquela Comissão, por meio de emendas, isentar de ICMS as TVs a cabo. Isso é

importante, porque as televisões a cabo prestam serviços importantes em suas comunidades, levando informação, lazer, desenvolvendo projetos culturais. A isenção do ICMS vai ajudar essas televisões.

Uma outra emenda, sobre imunidade tributária para papel, jornal, livros e periódicos, é também importante. Mas as duas emendas mais importantes – e conseguimos convencer o Relator da reforma tributária sobre a importância delas – foram acatadas e já fazem parte do texto da reforma tributária. De acordo com uma delas, as leis de incentivo à cultura praticamente seriam, segundo a proposta original, eliminadas, revogadas. Ou seja, não haveria mais a possibilidade de, através da Lei Rouanet ou da Lei Sarney, continuar incentivando a cultura nos Estados, nem as leis estaduais poderiam mais apoiar, porque se considerou que as leis de incentivo fiscal à cultura são também parte da guerra fiscal, o que é um engano. Aproximadamente 250 milhões são destinados à cultura por essas leis, praticamente 40% do valor usado para incentivar os espetáculos culturais, enfim, o desenvolvimento da cultura em nosso País.

É claro que não podemos falar de turismo sem cultura. Há países que faturam pesadamente com a indústria do turismo porque tem programas de desenvolvimento da sua cultura. Assim, não podemos abrir mão desses recursos importantes – 250 milhões por ano – que as leis de incentivo fiscal destinam para a cultura brasileira. Essa foi também uma emenda da Comissão de Educação.

A última emenda que quero destacar – a mais importante, no meu entendimento – é emblemática. Ela foi assinada pelos integrantes da Comissão e por um número significativo de outros Senadores. Chegamos a colher 71 assinaturas no Senado Federal, Senador Delcídio Amaral, o que foi um recorde.

A emenda tem por objetivo retirar a educação, regressivamente, da Desvinculação dos Recursos da União – DRU. Isso significa que teremos que fazer uma PEC, como foi feito para a CPMF, porque não podíamos modificar, na reforma tributária, a proposta original, senão ela teria que voltar para a Câmara. Assim, fizemos esse acordo e temos a convicção de que o Governo ajudará a aprovar essa PEC. Estamos inclusive colhendo assinaturas para que 10% dos recursos sejam desvinculados no ano de 2005, depois 5% e mais 5%, até que a Educação fique livre da DRU. Isso significará manter os recursos da Educação para a Educação.

Eu considero essa uma conquista da Comissão de Educação, pois se trata de uma reivindicação defendida por muitas pessoas. Quero agradecer, em es-

pecial, a um amigo que tenho no Paraná e que lutou muito para que essa emenda fosse aprovada, José Sérgio Florentino, que me ouve neste instante. Agradeço também a Professora Betina que, com certeza, vai ficar muito satisfeita com a desvinculação das receitas da União.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Permite-me um aparte, nobre Senador?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Como se trata de uma comunicação inadiável, concederei o aparte se o Presidente permitir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Regimentalmente, não é possível o aparte.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Apenas para cumprimentar o Senador pela referência a essa emenda da maior importância, que é compromisso nosso, de todos os membros da Comissão de Educação.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Senador Roberto Saturnino, agradeço o apoio de V. Ex^a para que essas emendas fossem aprovadas e colocadas na reforma. Assim, também V. Ex^a ganha os agradecimentos da Professora Betina, do Paraná, autora da idéia.

Muito obrigado.

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – Senador, peço um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Não é permitido aparte devido ao Regimento. O Senador Osmar Dias tem sido orientador dos trabalhos, e ele mesmo já orientou o Plenário a não permitir apartes.

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – Eu gostaria de fazer um registro rapidamente, Presidente. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Não.

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – Quero apenas elogiar o Senador Osmar Dias. A preservação dos R\$250 milhões e o turismo de cultura é fundamental para o nosso País, pois temos uma grande história.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O Senador Osmar Dias foi homenageado apesar do Regimento. Isso é bom.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado, Senador Paulo Paim, que preside a sessão, pela complacência. Obrigado, Senador Delcídio Amaral.

Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos pela Sr^a 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 519, DE 2003

Altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre as características do capacete de uso obrigatório por motociclista.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 54 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 54.

Parágrafo único. O capacete de que trata o **caput** deverá manter a face do usuário plenamente identificável. (NR)”

Art. 2º O inciso I do art. 244 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 244.

I – sem usar capacete com viseira ou óculos de proteção e vestuário de acordo com o disposto no art. 54 e com as normas e especificações aprovadas pelo Contran;(NR)”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Código Brasileiro de Trânsito estabelece, no art. 54, a obrigatoriedade do uso de capacete de segurança, com viseira ou óculos protetores para os condutores ou passageiros de motocicletas, motonetas e ciclomotores. Entretanto, não cuida de definir especificações e características que devam ter tais equipamentos, de forma a que seja assegurada a possibilidade de identificação dos ocupantes daqueles veículos.

Em decorrência dessa lacuna na legislação, em muitas cidades de médio e grande porte registra-se, todos os dias, a ocorrência de elevado número de roubos envolvendo motociclistas que se valem de capacetes com viseira escura para evitar sua identificação por vítimas e testemunhas. Há registro, inclusive,

de crimes como homicídio e golpes de estelionato praticados com o recurso dessa forma de disfarce, que permite o anonimato de seus portadores.

Esses fatos, disseminados por todo o País, tomaram dimensão alarmante que exige providências imediatas. Com vistas a evitar que mais crimes possam ser acobertados sob a proteção de tais equipamentos, consideramos imprescindível a proibição do uso de viseiras escuras ou protegidas por material refletivo que impeçam a identificação dos seus usuários.

Pelo exposto, solicitamos a colaboração dos nobres parlamentares para a aprovação do projeto de lei que ora apresentamos.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2003. – Senador **Leomar Quintanilha**.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SUBSECRETARIA DE ATA**

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997
Redação final do Projeto de Lei nº 3.710-E, de 1993, com as exclusões provenientes dos vetos presidenciais e atualizadas pela Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, em vigor

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....
Art. 54. Os condutores de motocicletas, motonetas e ciclomotores só poderão circular nas vias:

I – utilizando capacete de segurança, com viseira ou óculos protetores;

II – segurando o guidom com as duas mãos;

III – usando vestuário de proteção, de acordo com as especificações do Contran.

.....
Art. 244. Conduzir motocicleta, motoneta e ciclomotor:

I – sem usar capacete de segurança com viseira ou óculos de proteção e vestuário de acordo com as normas e especificações aprovadas pelo Contran;

II – transportando passageiro sem o capacete de segurança, na forma estabelecida no inciso anterior, ou fora do assento suplementar colocado atrás do condutor ou em carro lateral;

III – fazendo malabarismo ou equilibrando-se apenas em uma roda;

IV – com os faróis apagados;

V – transportando criança menor de sete anos ou que não tenha, nas circunstâncias, condições de cuidar de sua própria segurança:

Infração – gravíssima;

Penalidade – multa e suspensão do direito de dirigir;

Mediria administrativa – Recolhimento do documento de habilitação;

VI – rebocando outro veículo;

VII – sem segurar o guidom com ambas as mãos, salvo eventualmente para indicação de manobras;

VIII – transportando carga incompatível com suas especificações:

Infração – média;

Penalidade – multa.

§ 1º Para ciclos, aplica-se o disposto nos incisos III, VII e VIII, além de:

a) conduzir passageiro fora da garupa ou do assento especial a ele destinado;

b) transitar em vias de trânsito rápido ou rodovias, salvo onde houver acostamento ou faixas de rolamento próprias;

c) transportar crianças que não tenham, nas circunstâncias, condições de cuidar de sua própria segurança.

§ 2º Aplica-se aos ciclomotores o disposto na alínea **b** do parágrafo anterior:

Infração – média;

Penalidade – multa.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 520, DE 2003

Dispõe sobre a criação do “Dia Nacional da Consciência Negra” e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o “Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra”, a ser comemorado anualmente no dia 20 de novembro, data do falecimento do líder negro Zumbi dos Palmares.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Como é bastante sabido, nós, brasileiros, temos contas a acertar com a raça negra, na medida em que

foram seus membros, escravizados, que construíram a maior parte dos fundamentos históricos da riqueza nacional. Os quase quatro séculos de escravidão fizeram com que o preconceito de cor lançasse raízes profundas entre nós.

Raízes deveras peculiares, visto que mimetizadas na afirmação oposta: a da vigência de certa democracia racial entre nós. O preconceito de cor desenvolveu entre os brasileiros um modo de ser único: sem “fundamentações” científicas, filosóficas ou religioso-metafísicas, instalou-se na ante-sala da consciência nacional, operando como um mecanismo automático, cujo reconhecimento e apropriação pela consciência de quem age fica, justamente em virtude do automatismo, fortemente dificultada.

O significado de tal modo de ser do preconceito de cor é ambíguo: por um lado, é mais fácil desalojar, no plano teórico, um preconceito não “fundamentado”, bem como também é mais fácil localizá-lo e combatê-lo, visto que a “fundamentação” equivale à “camuflagem” do preconceito. Por outro lado, contudo, idéias e valores não articulados teoricamente encontram muito maior dificuldade para ter acesso à superfície da consciência – aliás, é esse o sentido preciso do termo preconceito, a saber, aquilo que não tem as características racionais do conceito.

Eis aí o modo de ser típico do preconceito de cor entre nós: não se reconhece a sua existência. *A consciência do brasileiro médio e a consciência teórico-científica da sociedade não têm instrumentos conceituais para rasgar o véu da democracia racial.* Observe-se, à guisa de demonstração do que digo, como nos é mais fácil “sentir” o racismo do que defini-lo e descrevê-lo. Em nossas discussões acadêmicas e na sociedade civil, constatamos, através de números agregados, a existência da discriminação. E fazemos tal constatação com muito mais facilidade do que “explicamos” (no sentido de imputar causas) e “compreendemos” (no sentido de conhecer os verdadeiros motivos que levam alguém a agir de modo preconceituoso) a discriminação. Isso não ocorre por acaso, mas é consequência do estado precário e atrasado da articulação científico-social e política do tema entre nós.

Expostos estes motivos, pode-se agora compreender amplamente a importância da instituição de um “Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra”. Não se trata apenas de homenagem aos afro-brasileiros, mas sim de um instrumento político para causar certos efeitos na cultura brasileira: estimular a identificação e o reconhecimento do preconceito (por todos: negros, brancos e pardos). Onde a história criou, es-

pontaneamente, um “mecanismo” para encobrir, a sociedade política cria, conscientemente, uma instituição reflexiva para revelar.

Uma efeméride com o conteúdo proposto tem grande alcance simbólico, a começar com o simples reconhecimento por parte da Federação brasileira, e não apenas de unidades políticas isoladas deste País. Além do efeito simbólico, há uma também uma dimensão mobilizadora na criação da data nacional em questão. E, por fim, devemos pensar essa efeméride não apenas como uma iniciativa do Congresso Nacional, mas também como um dos lados de um fenômeno de larga escala, que vem ocorrendo na sociedade como um todo há mais de vinte anos: a eclosão da “consciência negra”. Sendo assim, o Congresso Nacional não “criaria” algo a partir do nada: antes, estaria escutando a realidade nacional e fazendo a sua parte, com os fortes instrumentos simbólicos de que dispõe.

Nesse sentido, certa da importância da presente proposição, espero o seu acolhimento pelos ilustres Pares.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2003. –
Senadora **Sery Silhessarenko**.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Serys Silhessarenko.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 1.694, DE 2003

Requeiro nos termos do Art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações ao gaúcho José Moacyr Teixeira, Fundador da Empresa Planalto Transportes Ltda., recentemente homenageado pela ABRATI – Associação Brasileira das Empresas de Transporte Rodoviário Intermunicipal, Interestadual e Internacional de Passageiros, por ser um dos pioneiros do transporte rodoviário de passageiros no Brasil.

A presente homenagem deverá ser encaminhada à Empresa Planalto Transportes Ltda., localizada à Rua Dona Teodora, 435 – Bairro Humaitá – Porto Alegre (RS), CEP 90.240-300.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2003. –
Senador **Sergio Zambiasi**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência encaminhará o voto de congratulações solicitado.

Sobre a mesa, mensagem do Senhor Presidente da República que será lida pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lida a seguinte

MENSAGEM Nº 268, DE 2003

(Nº 724/03, na origem)

Senhores Membros Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los de que me ausentarei do País nos dias 15 e 16 de dezembro de 2003, em visita à República do Uruguai, Montevideu, para participar da Cúpula de Chefes de Estado dos Países Membros do MERCOSUL, Bolívia e Chile.

A Cúpula de Chefes de Estado dos Países Membros do MERCOSUL, Bolívia e Chile ocorre no final de cada semestre, coincidindo, desta vez, com a culminação da Presidência Pro Tempore do Uruguai. Nas reuniões que manterei com os altos mandatários do MERCOSUL, Bolívia e Chile, está prevista a discussão de metas para o fortalecimento e aprofundamento da integração regional, consubstanciada no programa denominado “Objetivo 2006”, bem como o debate sobre o relacionamento externo do bloco.

No dia 16, participarei, juntamente com meus homólogos, de cerimônia de entrega de chaves da cidade, organizada pela Intendência Municipal de Montevideu.

Brasília, 11 de dezembro de 2003. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Aviso nº 1.381 – Supar/C. Civil.

Brasília, 11 de dezembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Senador Romeu Tuma
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Viagem presidencial

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País nos dias 15 e 16 de dezembro de 2003, em visita à República do Uruguai, Montevideu, para participar da Cúpula de Chefes de Estado dos Países Membros do MERCOSUL, Bolívia e Chile.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A mensagem lida vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência comunica que, tendo em vista a aprovação do **Requerimento nº 1.634, de 2003**, que estabelece calendário para a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003, declara prejudicado o **Requerimento nº 1.524, de 2003**.

A matéria vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item único:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 77, DE 2003**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003, que altera os arts. 40, 144, 149, 194, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a terceira sessão de discussão.

Em discussão a proposta e as emendas. (Pausa.)

Este Senador abriu mão da sua fala, porque, na Hora do Expediente, por 20 minutos, fez um pronunciamento abordando a PEC 77.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra à nobre Senadora Serys Slhessarenko, por dez minutos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de discutir a nossa tão falada, propagada e já debatida PEC paralela.

Quando se iniciaram as discussões da 67 no Senado, realmente sentimos muitas dificuldades, e a alternativa encontrada foi a elaboração da chamada PEC paralela.

Conseguimos votar a 67, já em segundo turno, com muita luta, muito debate e muitas audiências públicas.

Não é mesmo, Senador que preside esta sessão? Realmente, V. Ex^a foi um guerreiro nessa luta, assim como tantos outros.

Os trabalhadores, por meio de suas organizações, aqui se fizeram presentes; as representações das mulheres também participaram, bravamente, eu diria, não só de audiências públicas, mas de discussões e conversas nos gabinetes dos Senadores.

Ainda vamos ficar devendo muito às mulheres na questão da Previdência, mas acredito, por outro lado, Senador Paulo Paim, que essa coisa não vai parar por aqui. Aprovada a 67 e aprovada a 77, e esta sim, tem que ser aprovada, e rápido – acredito que aqui, na semana que vem, teremos ultimado a sua aprovação –, tenho convicção de que os Deputados Federais vão se posicionar com a rapidez e a agilidade necessárias para que se tenha a aprovação da PEC nº 77. Mesmo assim, eu diria que continuaremos aprofundando discussões nessa área. Aí, encontra-se a questão da mulher – que muitos ainda dizem não trabalhar – que faz o trabalho doméstico. Eu diria que, muitas vezes, é ela a que mais trabalha, principalmente a da camada popular. Muitas vezes, ela faz todos os trabalhos domésticos e trabalha fora, para ajudar a levar para casa o pão de cada dia, porque a situação está difícil.

Mas, mesmo que ela não vá trabalhar fora, que ela não vá trabalhar de doméstica em uma outra casa, que ela não vá trabalhar em um serviço público, ou lavar roupa fora do seu lar, em casa ela trabalha, e muito! E não são apenas oito horas. As mulheres que fazem as lides da casa trabalham 10, 12, 14 horas. E até mais do que isso. Essa mulher tem de estar inserida na Previdência, sim. Não vou falar desse assunto agora, mas S. Ex^a o Senador Augusto Botelho, que está olhando tão atentamente, é um defensor das mulheres. Ele apresentou um projeto há poucos dias importantíssimo para a mulher; como há outros Srs. Senadores que têm aqui projetos sobre essa questão, como nós, que estamos também com vários projetos nessa área. Inclusive aprovamos, nesta semana, a criação da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Questões de Gênero. Pela primeira vez na história do Senado da República teremos uma comissão dedicada especialmente a essas matérias.

Deveremos relatar na CCJ o projeto de lei que trata da questão da violência doméstica. Na Câmara já foram igualmente aprovadas mudanças no nosso Código. É um absurdo, Sr^{as}. e Srs. Senadores, pois o

código, no final de um dos seus artigos, trata da questão da mulher honesta. O que é isso!? Isso é o símbolo maior da discriminação contra a mulher! Somos historicamente discriminadas no trabalho, na família e na política – nesta nem se fala. Observem: somos aqui apenas 10%. Chegaremos a 50%, e não vai demorar. Seremos quarenta Senadoras. Deixaremos que sejam quarenta e um os Senadores. Quarenta já fica bom, não é, Senador Augusto?

A PEC paralela não supre aqueles pontos todos que foram, do nosso ponto de vista, problemáticos na PEC nº 67, mas avança em vários pontos. Por isso, a nossa preocupação de que se vote a PEC nº 77 de acordo com o calendário proposto no Senado, e que a Câmara vote também de imediato. Não acredito que um Deputado ou uma Deputada Federal, que um Senador ou uma Senadora vote contra a PEC nº 77, uma vez que é nela que temos alguns ganhos na questão da Previdência, principalmente nos aspectos que o Senador Paulo Paim já discutiu hoje, entre os quais aquele que coloco como um dos principais, eu diria até que como principal, a tese de maior valia, de maior amplitude da PEC nº 77, que é a paridade entre ativos e aposentados. A paridade é de fundamental importância, Senador Paulo Paim, é o ponto mais importante que conseguimos incluir na PEC nº 77, porque aqueles que ganham acima de R\$1,440 mil pagarão 11% à Previdência, mesmo os aposentados. Há o compromisso do Governo de ir aumentando esse teto. Que daqui a um determinado tempo ele vá para R\$2,5 mil, ou que vá para R\$4 mil ou R\$5 mil. Vamos aumentá-lo gradativamente. Mas o desconto é de 11%. Na paridade seria desastroso. No primeiro reajuste de 10% já engoliria os inativos, os aposentados. Isso, realmente, seria desastroso.

Então, é de fundamental importância que se aprove a PEC nº 77, onde ficam estabelecidos tetos e subtetos. Realmente não dá para conviver num País onde a toda hora se fala que 40 milhões de pessoas estão fora da Previdência e não ganham sequer os R\$240,00. E há uma porção de pessoas ganhando R\$20, R\$30, R\$40, R\$50 mil reais por mês dos cofres públicos. Não adianta tentarem me convencer que são apenas 300, 500 pessoas. Pode ser uma pessoa, mas o que incomoda é a injustiça cometida. Por que alguém tem que ganhar R\$20, R\$30, R\$40, R\$50 mil, e 40 milhões não recebem um salário mínimo neste País? E não tem, por conseguinte, acesso à Previdência de jeito nenhum? Agora, essa inclusão está prevista, também, na paralela. E ela vai acontecer. E temos que aprová-la rapidamente.

Quero falar, logo após a Ordem do Dia – estou inscrita –, justamente da especificidade. Depois o meu tempo será maior, porque agora o meu tempo acaba neste momento. Quero falar da questão da mulher na Previdência. Fica o meu compromisso de, dentro de poucos minutos, espero, retomar a palavra.

Muito obrigado. Estou exatamente dentro do prazo estabelecido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa. (Pausa.)

Não há mais oradores inscritos para esta sessão de discussão da matéria.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, segunda-feira, para prosseguimento da discussão.

Se prevalecerem os entendimentos, se prevalecer o acordo, teremos a discussão e a votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Esgotada a pauta da presente sessão.

Continua a lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Demóstenes Torres, que falará pela Liderança do PFL; em seguida, falará a Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na quinzena que está se encerrando com muito trabalho no Congresso e muito turismo governamental, houve três grandes rebeliões de bandidos encarcerados e a uma delas, na Bahia, se deu a desculpa de que os criminosos não haviam aceitado uma norma recém-aprovada. Condenados do pavilhão 2 da Penitenciária Lemos Brito protestaram contra a entrada em vigor do regime disciplinar diferenciado, o RDD, criado pela Lei nº 10.792, de primeiro de dezembro deste ano. É o segundo motim provocado pelo RDD. Antes dos presos da cadeia baiana, o primeiro havia sido feito pelo Ministério da Justiça. Lá no presídio foram 64 os reeducandos que se rebelaram, quase igual número dos lobistas do Ministério da Justiça que acamparam no Congresso durante as discussões, exigidas pela sociedade, para mudar a Lei de Execução Penal e o Código de Processo Penal. Lá no presídio ficaram reféns agentes penitenciários, enquanto no Congresso o Ministério da Justiça fez refém a vontade popular.

Para um grupo de presos perigosos se revoltar contra uma norma aprovada pelo Congresso Nacional é porque ela deve ser boa. No caso, poderia ser muito melhor, se o Governo tivesse cumprido os compromissos assumidos nesta Casa e mantido na Câmara dos Deputados conquistas como o Regime Dis-

ciplinar de Segurança Máxima, o RDMax, feito exclusivamente para chefões do crime organizado. Além do RDMax, o Senado aprovou a videoconferência, que acabava com o turismo judiciário, e implantou outras inovações, infelizmente degoladas pela falta de palavra do Governo.

Fui designado pelo Presidente da Subcomissão de Segurança Pública, Senador Tasso Jereissati, para ser o relator das mudanças na Lei de Execução e no Código de Processo Penal. O próprio Tasso foi o relator no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Esta Casa promoveu amplos debates, com especialistas dos mais diversos lugares e posições, que discutiram durante várias semanas, tanto nas reuniões da subcomissão quanto em gabinetes dos senhores Senadores. Todas as partes cederam um pouco, houve entendimento e chegou-se a um texto de consenso, com o compromisso do Governo de que sua bancada na Câmara seguiria as decisões acordadas no Senado. A palavra oficial virou risco n'água e talvez seja isso que esteja inspirando presidiário a se revoltar contra a lei. Os líderes dos amotinados podem ter pensado assim: "Se nem o Governo segue as leis e muito menos obedece ao que garante, por que é que quem está cumprindo pena tem que obedecer?"

Aliás, cumprir compromisso e ser fiel às leis deixou de ser óbvio lulante, conforme o trocadilho cunhado por José Simão, da **Folha de S. Paulo**. Com a frouxidão institucionalizada, até detento do regime fechado duvida que o Governo se submeta à legislação. Por causa dessa insegurança jurídica de que a reforma da Previdência foi uma espécie de Capela Sistina, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, voltou de sua viagem das Arábias com a Polícia Federal em greve. Ontem, os líderes suspenderam o movimento, sendo exceções a Bahia, o Distrito Federal, o Rio de Janeiro, Pernambuco e Alagoas. Os policiais deram mais uma oportunidade ao Governo de demonstrar se tem ou não palavra, pois assegurou que vai montar um Grupo de Trabalho para negociar e encontrar uma solução. Ora, a solução nesse caso é obedecer à Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996, que tornou de nível superior os cargos de agente de polícia, escrivão e papiloscopista. Só a função é de nível superior, porque os vencimentos continuam secundários.

Na próxima segunda-feira, quando as negociações forem retomadas, serão recolocadas na mesa algumas reivindicações tão importantes quanto o cumprimento da Lei nº 9.266. Estará em discussão a lei do bom senso. Os policiais federais pararam de

trabalhar não para jogar pelada ou para visitar o Oriente, mas porque a instituição vive dias desérticos, dançando mais que os dervixes rodopiantes apreciados pelo Presidente Luiz Inácio em Damasco. Dá vergonha em quem tem que admitir isso, mas na Polícia Federal faltam até comida, gasolina e munição, numa crise que já rendeu manchetes vexatórias para o Governo. Os vãos para descobrir pistas clandestinas e laboratórios de cocaína acabaram suspensos em alguns lugares por falta de recursos, enquanto os traficantes inundam as cidades e viciam a juventude brasileira. Depois do corte de quase 7% nas já carcomidas verbas orçamentárias da Polícia Federal, há pouco o que se esperar de outra garantia do Ministro da Justiça, a de que iria transformá-la no FBI brasileiro. O que o Ministro se recusa a reconhecer é que a Polícia Federal é melhor e mais eficiente do que seu similar americano. Eu duvido que falte munição nas armas dos agentes do FBI ou que o tanque de seus carros esteja vazio ou que eles recebam vencimentos como profissionais de instrução média. Portanto, os policiais federais reivindicam apenas seus direitos previstos em lei e uma estrutura mínima para exercer suas atividades.

A Polícia Federal convive com todas essas dificuldades e dá tantas alegrias ao povo e ao Governo. É um dos orgulhos do Brasil, apesar dos pesares provocados pela falta de priorização por parte do Ministério da Justiça. Mesmo com todas as deficiências de equipamento e o reduzido efetivo, ela consegue proezas, como as das recentes operações Anaconda e Praga do Egito. Muita gente começa a questionar se é exatamente a eficiência da Polícia Federal que a prejudica no momento, pois as prisões que executou mexeram com interesses. No estômago da sucuri vendadora de sentenças estão autoridades graúdas não apenas dos aparelhos policial e judiciário, mas também político e de partidos ligados ao Governo e a escândalos como o dos precatórios e do Fórum Trabalhista de São Paulo. Os policiais também foram muito ágeis, junto com o Ministério Público e a imprensa, na apuração e nas prisões dos semeadores de uma praga não do Egito visitado com deslumbramento pela comitiva federal brasileira, mas uma praga na folha de pagamento governada pelo partido do Presidente.

É exagero crer ou ao menos imaginar que a Polícia Federal está sendo sucateada e seus integrantes desmotivados especialmente para que não investiguem e não descubram tubarões. O melhor é nem crer em possibilidade tão aterradora, pois a própria hipótese é absurda. Afinal, se algum dirigente cometer tal desatino, será candidato invencível ao Prêmio Ber-

zoini de Maldades contra o Cidadão, instituído por meu partido, o PFL, para quem for desumano a ponto de mandar para a fila velhinhos com mais de 90 anos.

Por enquanto, o Ministro da Justiça não é um dos favoritos ao Prêmio Berzoini de Maldades, até porque a disputa está acirrada. e os concorrentes foram capazes de atrocidades verbais e práticas próximas às "almas danadas arrastadas ao inferno", eternizadas na Capela Sistina. Com o nível de crueldade alcançado por este Governo, quem descumpre lei, deixa faltar gasolina em viatura da polícia ou comida em hospital militar está fazendo o trivial variado, sequer chega a ser páreo para os favoritos ao troféu da barbárie. O pior de todos é o Ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, que batiza o troféu e não pode disputá-lo, porque seria como o Real Madri jogar contra o time de peladeiros do Presidente Lula. O Presidente da República está no rol dos prováveis ganhadores do troféu, porque vetou verbas para crianças deficientes. Os vencedores não vão ganhar obra de Michelangelo ou de Dante Alighieri com seu inferno, mas do artista plástico José Ferreira de Carvalho, pernambucano como o idealizador desse Oscar da Assombração, o Senador José Jorge.

A continuar o desrespeito às pessoas, José Ferreira de Carvalho vai ter de montar uma linha de produção, para fazer em série os troféus da crueldade. Além de ser uma das únicas indústrias abertas no Brasil por causa de ações do Governo Lula, a fábrica de estatuetas vai ter de fazer horas extras na realização do Orçamento, cujo responsável atualmente é o Deputado Federal Jorge Bittar, do Rio de Janeiro. Se não fosse petista, o próprio Deputado Bittar poderia distribuir os troféus da crueldade aos integrantes do Governo, que tentaram camuflar R\$12 bilhões do Orçamento. Felizmente para o País, Jorge Bittar descobriu a tempo o que o PFL vem denunciando há muito com bom humor e também com discursos duros e documentos irrefutáveis. Trata-se do escamoteamento do lucro que os novos impostos, com suas diversas vestes, vão dar para o Governo. Apenas o fim da cumulatividade da Cofins vai render R\$10 bilhões, numa lei que o Governo aprovou com seu rolo compressor e gerou tamanha comoção que pode voltar atrás pelo menos para alguns setores.

O Governo Federal, que está devendo para a sociedade no setor de segurança pública e sistema penitenciário, resgataria suas promessas com uma pequena parcela do Orçamento que tentou esconder. Precisa de R\$2,2 bilhões para o Fundo Nacional de Segurança Pública, mas terá, no máximo, R\$400 milhões. Com o dinheiro descoberto pelo Deputado Bit-

tar, também poderiam ser construídas as penitenciárias de segurança máxima, que renderam boa publicidade para o Governo no início do ano, mas nenhuma foi construída. Até agora, tem sido mais fácil ver o Presidente da República explorando pirâmide do que construindo os prometidos presídios federais.

O mesmo colunista José Simão definiu a administração petista como República da Língua Presa. E, pelo jeito, Simão, só a língua vai continuar presa, porque o Governo quer soltar bandidos perigosos em vez de trancafiá-los, como já começou a fazer com a Lei nº 10.792, negociada no Senado e abrandada na Câmara dos Deputados. Como agora quem decide o destino do preso é o diretor da cadeia, e este é subordinado ao secretário, se o chefe quiser poderá esvaziar o presídio. Calcula-se em 40 mil o número de bandidos que a nova lei mandará para as ruas até o Natal, resolvendo um problema para os Governos e criando vários para a população.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou das Arábias dizendo ter aprendido muito com o Coronel e ditador Muamar Kadafi, na Líbia, assim como retornou satisfeito da visita a Cuba logo após Fidel Castro executar presos políticos. É uma contradição que nem os criminosos descontentes com o Regime Disciplinar Diferenciado conseguem entender: nos outros países, o Presidente convive bem com o paradeio; no Brasil, ele prefere os bandidos nas ruas.

Não estou defendendo as execuções sumárias, como o fazem os amigos internacionais do Presidente. Aliás, é exatamente o contrário: condeno-as com veemência. Mas o Brasil inteiro sabe que não apenas a comitiva presidencial, em sua viagem à Arábias, teve direito a **shows** exclusivos de escola de samba. Espetáculos do gênero já foram feitos para chefões do crime organizado dentro de suas celas. O que se pretende é apenas que eles tenham o tratamento legal que merecem, pois não adianta a Polícia prender, o Ministério Público denunciar e a Justiça condenar se a política oficial do Governo é soltar bandido.

Por isso, vou reapresentar o projeto que cria o Regime Disciplinar de Segurança Máxima e as demais medidas contrárias aos chefões de quadrilhas, para mostrar que o Congresso Nacional sabe a diferença entre um líder de crime organizado e um estelionatário e não me refiro aqui a quem promete em palanque e não cumpre. Estabelecer essa diferença de tratamento é uma forma de respeitar o Brasil, inibindo, inclusive, rebeliões como as ocorridas recentemente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Passamos a palavra à nobre Senadora Serys Slhessarenko.

V. Exª dispõe, pelo entendimento mantido com os outros Srs. Senadores inscritos, de até 20 minutos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sei que, regimentalmente, teríamos 50 minutos, mas concordo totalmente com esse acordo, porque, do contrário, os demais Senadores e Senadoras ficariam com dificuldade de se manifestar. Se fossem concedidos 50 minutos para cada inscrito, em uma manhã, apenas três ou quatro fariam, e olhe lá. Mas vou me restringir aos 20 minutos.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu falava há pouco sobre a questão da previdência e anunciava que eu voltaria a usar da palavra ainda hoje. Portanto, passo a tratar mais especificamente do problema da mulher na previdência.

Os movimentos de mulheres e feministas do Brasil vêm participando ativamente do debate político sobre a reforma da previdência social, reivindicando, principalmente, que seja enfrentada a exclusão de 40 milhões de pessoas desse sistema, que, em sua grande maioria, são as mulheres, são os negros. E eu disse aqui: em sua grande maioria. Muitas vezes, é dito e discutido que estão deixando a desejar o direito das minorias. Ora, desde quando, neste País só para citar duas categorias, mulher e negro são minoria no Brasil? Nós, mulheres, somos 52% da população, e os negros são, praticamente 50%. Então, de minoria não temos nada. Somos maioria mesmo, maioria aliada em muitos aspectos.

A pressão e mobilização desses movimentos foi fundamental para assegurar que a PEC nº 67/03 prevísse a criação de “um sistema especial de inclusão previdenciária para trabalhadores de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário mínimo, exceto aposentadoria por tempo de contribuição”.

Essa pressão e essa mobilização foram também fundamentais para que a PEC nº 77/03 acrescentasse um novo parágrafo para explicitar que “o sistema especial de inclusão previdenciária de que trata o §12 abrangerá os trabalhadores sem vínculo empregatício e aqueles sem renda própria dedicados exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito da residência da própria família e terá alíquotas e carências inferiores aos vigentes para os demais segurados do Regime Geral de Previdência Social (...)”.

Entretanto, devemos constatar que essa formulação ainda é insuficiente, Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores. Ficamos ainda diante do desafio de criar condições mais justas e igualitárias para

a participação das mulheres e da população negra no sistema previdenciário.

A previdência não pode continuar esquecendo um segmento que nunca foi considerado: as pessoas quase todas mulheres sem renda própria, dedicadas aos cuidados com a família e aos afazeres domésticos. Não podemos também fechar os olhos para as trabalhadoras e trabalhadores informais e de baixa renda que não possuem cobertura previdenciária. Urge que esse segmento seja considerado e que o trabalho doméstico não remunerado seja reconhecido e, mais ainda, que o Legislativo assuma esse desafio.

Dados levantados pela Organização das Nações Unidas nas regiões mais pauperizadas, onde os serviços básicos de infra-estrutura são precários, apontam que as mulheres trabalham de três a cinco horas a mais que os homens em tarefas realizadas no âmbito doméstico e da subsistência, que vai de pegar água a buscar alimentos.

Eu até gostaria de propor um desafio aos Srs. Senadores: que cada um fizesse as contas de quanto a sua esposa, a sua companheira, trabalha em termos de horas – não vale estas extraordinárias que estamos fazendo agora. Aquela companheira que não trabalha fora de casa, mas que fica nas lides domésticas, mesmo sendo esposa de Senador – que deve ter uma série de facilidades –, trabalha, sim, na orientação dos trabalhos domésticos, na educação dos filhos, no controle da casa e numa série de outras tarefas. Verificaremos que esse horário ultrapassa, muitas vezes, muito mais de oito horas, Senador Augusto Botelho. V. Ex^a é um dos defensores das causas da mulher e não é à toa que compõe o Conselho da Mulher Cidadã no Senado.

As horas gastas nessas tarefas representam o tempo a menos que as mulheres contam para buscar prover a sua sobrevivência e a de seus familiares. No futuro, todas essas horas somadas resultarão em desproteção social. O direito à aposentadoria, cada dia mais estreitamente vinculado à contribuição, afasta-se progressivamente do horizonte das mulheres.

Essa realidade é explicitada ao se verificarem os dados dos indicadores sociais do IBGE de 2002 – atentem, Sr^{as} e Srs. Senadores –, em que as mulheres dedicadas aos trabalhos domésticos somam 19,2%, e, desse percentual, 10,5% delas não recebem remuneração. Essa proporção em relação aos homens é bem menor (0,8% e 5,9% respectivamente).

Se aproximadamente 20% das mulheres se dedicam exclusivamente aos trabalhos domésticos e mais 10% o fazem de forma parcial baixa – quer dizer,

a maioria do seu tempo é gasto em trabalhos domésticos –, somam-se praticamente 30%. Quanto aos homens, o índice observado é de 0,8%. Por que será que isso acontece? Será que o trabalho doméstico é tão complicado, tão difícil, que 30% das mulheres se dedicam exclusivamente a ele e 70%, com certeza, dedicam-se ao trabalho fora de casa e a todas as lides domésticas? Enquanto isso o percentual relativo aos homens é de somente 0,8%, não chegando a 1%, Sr^{as} e Srs. Senadores. Mudar culturalmente é algo difícil!

Esse tipo de trabalho, freqüentemente não valorizado em dados nacionais, tem feito com que uma parte importante da contribuição feminina ao desenvolvimento social e econômico continue subestimada, subavaliada e não reconhecida pela sociedade e pelo Estado.

Também é grave a situação da pequena parcela de trabalhadoras incluídas, pois estas se encontram em desvantagem em relação aos trabalhadores do sexo masculino.

Os ônus da dupla jornada são altos. No mercado de trabalho, a discriminação contra a mulher tem custos elevados, que se reproduzem e se potencializam no sistema de previdência social.

Senão, vejamos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores:

- as mulheres têm uma remuneração menor do que a dos homens pelo mesmo trabalho, do que decorre o recolhimento de uma contribuição também menor para a previdência social, fator que repercute diretamente sobre o valor da aposentadoria;
- a maior parte da mão-de-obra feminina está ocupada no mercado informal ou em empregos precários;
- a participação da mulher no mercado de trabalho é intermitente, em razão das responsabilidades familiares que tem de assumir, na maior parte das vezes sem contar com seus companheiros para compartilhá-las, nem com o Estado, que descumpre também os seus deveres constitucionais de proteção da família, das crianças e dos idosos;
- a taxa de desemprego feminino é cinco pontos percentuais mais elevada que a encontrada entre os homens.

Além de ser mais elevada a taxa de desemprego das mulheres com relação à dos homens, ainda há o caso dos salários, que são bem menores. E não podemos nos esquecer da hora-extra e do intervalo para a refeição.

A mulher da camada popular, que, geralmente, acorda às 4 horas para fazer a bóia do companheiro, para ajeitar a comida dos filhos que vão para a escola, para ir para o ponto de ônibus pegar a condução, a fim de se dirigir ao seu emprego doméstico ou a outro qualquer, leva de duas a três horas para chegar em seu local de trabalho. Tão logo chega ali, ela começa a trabalhar e não tem intervalo de almoço, não. Muitas vezes, ela come ali, em pé, na beirada da pia, com o prato na mão, porque o tempo não é suficiente. E ela continua trabalhando até o final da tarde, quando volta a pegar a condução, levando de duas a três horas para chegar em casa. E, ao chegar em casa, ela tem que organizar a situação dos filhos. Ela recebe a queixa dos vizinhos, pois os meninos aprontaram durante o dia inteiro, porque estão abandonados ou quase abandonados, já que o serviço de creche é precário.

A queixa, geralmente, não é feita para o homem quando ele chega em casa, mas sim para a mulher. Parece que só a mulher é responsável pela educação dos filhos. Até estamos entendendo por que isso cada vez se agrava mais. Hoje 29,8% das mulheres são chefes de família. Dos chefes de família, aproximadamente 30% são mulheres, absolutamente sós, que buscam o sustento dos filhos, dos pais idosos, das pessoas doentes da família. Elas têm que trazer o sustento para a família e cuidar, tomar conta e educar de seus filhos. Esse percentual, entre os homens, não chega a 10%. Não sei o porquê. Aliás, até podemos imaginar o motivo, não é? A mulher, na maioria das vezes, segura sozinha os problemas da família.

Se considerarmos a inclusão previdenciária sob uma perspectiva étnico-racial, a situação se torna mais grave ainda. Basta dizer que, segundo a PNAD/1999, dos 24,6 milhões de contribuintes selecionados para análise, apenas pouco mais de um terço dos contribuintes (8,6 milhões ou 34%) era formado por negros, pardos ou indígenas. Essa situação é ainda pior do que a das mulheres.

É imperioso ressaltar aqui que a cobertura da previdência social para o sexo feminino é de apenas 40%, menor do que a dos homens, entre outras razões, por essas, que obstaculizam seu acesso ao emprego e sua permanência nele, ou pelas atividades produtivas que exercem.

A maioria das aposentadorias femininas é por idade, por não conseguirem atingir o período de 30 anos de contribuição, para se aposentarem mais cedo, e seu benefício médio mensal é menor que o do segmento masculino. Isso não pode permanecer, pois, a cada ano, as famílias – isto é, as mulheres – assumem mais e mais responsabilidades.

É aquela velha história: elas têm de ir em busca de trabalho para ajudar no sustento da família, mas, os serviços da casa, as lides domésticas, essas continuam intactas, são funções das mulheres. Isso é errado, totalmente errado. Mas precisamos contribuir com muita mudança e, por conseguinte, com resposta educativa. Deve haver uma mudança de mentalidade, principalmente para extinguir esse separatismo entre serviço de homem e serviço de mulher. Isso não existe. Todos os serviços são de homem e de mulher. Acredito que cada Senador, ao chegar em casa hoje, se o almoço não estiver pronto, dará uma forcinha, uma ajudinha. Vejo que todos fazem um sinal positivo. Por isso, o Brasil está mudando.

Concedo o aparte ao Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr^a Senadora, faço o aparte por dois motivos. Em primeiro lugar, sou solidário a V. Ex^a pelo seu discurso. V. Ex^a sabe que defendendo as mulheres. Inclusive, sei que recebo esses elogios porque V. Ex^a está a par da PEC que apresentei para dividir a expectativa previdenciária do casal. A mulher não fica só dentro de casa; é ela quem interrompe o seu trabalho para cuidar dos filhos e da família – o que é um benefício para a sociedade. Nós, legisladores, queremos aperfeiçoar a legislação para que a mulher não fique desamparada quando se separa, recebendo os bens e a pensão, sem uma expectativa de aposentadoria no futuro. Em segundo lugar, sei que V. Ex^a defende veementemente as mulheres e devo dizer que conheço muitos homens que participam dos trabalhos domésticos, que ajudam a família – um pouco, mas ajudamos. Sempre ajudo a minha querida Vi quando estou em casa. A maioria dos homens tem consciência de que a mulher é o estio da família, dos filhos. Quem educa, quem conversa com os filhos da gente são as mulheres mesmo. Nós participamos, mas quem decide, no fim, são as mulheres. Sou solidário a V. Ex^a e sei que V. Ex^a é uma lutadora. Tenho certeza de que nós dois e todos os Senadores, trabalhando nos oito anos próximos, vamos conseguir evoluir muito nesse aspecto. V. Ex^{as} só são oito Senadoras na Casa e já fazem um enorme movimento. Estou ficando preocupado, quando chegar a quarenta, em como vamos ter de agir. Muito obrigado.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Quando chegar a quarenta, vai começar a ficar bom. O problema é quando chegar a sessenta. Os

Senadores vão ter de apelar para a lei de quotas, mas tudo bem.

Prometi respeitar o tempo, mas tenho de terminar o meu discurso.

A Constituição Federal de 1988 elegeu a família como base da sociedade e lhe concedeu proteção especial. Essa proteção à família, certamente, decorreu da visão de justiça social do Constituinte de que, para a família exercer tão importante papel, precisaria de um maior resguardo.

Porém, é preciso que o Estado exerça sua função de promotor de políticas públicas, de políticas universais para que a família possa cumprir os deveres de:

a) Assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Art. 227 da Constituição de 1988.

b) Amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar, garantindo-lhes o direito à vida. Art. 230 da Constituição de 1988.

c) Promover e incentivar a educação, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 205 da Constituição de 1988.

Sr. Presidente, é preciso que o Estado faça a sua parte e que a Seguridade Social se constitua num dos principais sistemas de indutores de promoção de políticas capazes de assegurar à família condições para cumprimento dos deveres que lhe foram imputados, como também de reconhecer e valorizar o trabalho doméstico não remunerado.

Para tanto, faz-se necessário que a Seguridade amplie a oferta e a cobertura dos benefícios existentes para que possa produzir justiça social de gênero e raça.

Nós, Parlamentares identificados com as lutas das mulheres, não podemos perder de vista esses desafios e devemos continuar mobilizados em busca dessas conquistas tão fundamentais para as nossas

companheiras, para as mulheres trabalhadoras do nosso Brasil.

Muito obrigada.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao Senador João Ribeiro, por 20 minutos, mediante o acordo firmado entre as Sr^{as} e os Srs. Senadores.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos últimos dias, tenho refletido junto a este Plenário sobre temas que considero de grande relevância para o desenvolvimento e para a melhoria das relações sociais em nosso País.

Muitas preocupações assaltam-me dia-a-dia, consciente de que devo dispor o melhor dos meus esforços para auxiliar o Brasil a superar profundas diferenças sociais que ainda insistem em separar brasileiros com e sem acesso aos diferentes níveis de educação, por exemplo.

Nesse particular, ainda dominam empedernidos defensores do atual modelo de educação superior. Trata-se de um modelo perverso e praticamente falido, que não atende à maioria da população, que, por intermédio dele, quer buscar sua ascensão social, mas não consegue sequer acessá-lo.

Assim afirmo porque nosso sistema de ensino público superior não distribui o saber de forma igual entre os brasileiros e brasileiras, pois não dá acesso às famílias pobres que não podem pagar o ensino superior para seus filhos e que não vêem outra alternativa a não ser sacrificar, quase que totalmente, seus poucos recursos financeiros para pagar escolas superiores particulares, muitas delas de qualidade muitíssimo duvidosa.

Sr. Presidente, desde o tempo em que se instalou o primeiro curso superior no Brasil, os bancos das universidades públicas são ocupados, na sua absoluta maioria, pelos filhos da classe mais rica da população, que, efetivamente, poderia custear as despesas da educação de nível superior sem maiores dificuldades.

Quem disso duvidar não precisa recorrer às estatísticas sobre o perfil socioeconômico dos alunos das universidades públicas. Para constatar tal realidade, basta passar pelos estacionamentos da UnB, em Brasília, e observar que estão repletos de veículos de último tipo que, certamente, não pertencem aos maus pagos professores universitários.

Está na história da recente política brasileira que o meu Partido, o PFL, tem trabalhado pelas profundas transformações que a área de educação tem experimentado, principalmente aquelas relacionadas ao ensino básico que culminaram com a quase universalização da oferta pública desse nível da educação.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – V. Ex^a permite-me um aparte?

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Pois não, Senador Leomar Quintanilha, com todo prazer.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – É com satisfação, Senador João Ribeiro, que participo da discussão candente desse tema que V. Ex^a traz a esta Casa nesta manhã. De fato, é necessário uma reformulação do ensino público. Não é justo que os filhos das classes mais abastadas estudem sem pagar, enquanto os filhos da classe pobre encontram dificuldades enormes em obter uma vaga na escola pública. É necessário uma reformulação, é preciso que isso seja repensado. É preciso melhorar a qualidade do ensino básico para que o aluno da classe menos favorecida tenha não só melhor formação, como também condição de concorrer com aqueles que estudam em cursinhos particulares para conseguir uma vaga no ensino superior. V. Ex^a tem razão quando questiona essa situação. Realmente, os estacionamento das escolas públicas brasileiras estão lotados de carros caros, o que demonstra que os alunos de condição social elevada estão freqüentando a universidade pública e buscando se qualificar, como deve ser feito com o filho do pobre. É preciso democratizar o acesso à qualificação e ao ensino público neste País. Cumprimento V. Ex^a pelas ponderações que faz nesta manhã.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PMDB – TO) – Concedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PPS – RR) – Senador João Ribeiro, quero inicialmente cumprimentá-lo pelo oportuno pronunciamento que V. Ex^a faz sobre o ensino universitário público. Na verdade, existe uma distorção do ensino público, desde o fundamental até o universitário. A realidade é muito cruel com os mais pobres, porque, enquanto o filho de quem tem mais recursos – não vou referir-me apenas aos ricos, mas principalmente a eles – freqüenta escola de segundo grau equipada, com professores muito bem pagos, os filhos dos mais pobres freqüentam a escola pública, que, infelizmente, principalmente no ensino médio, está sucateada – professores mal pagos, não há equipamentos. Assim são menos preparados para

enfrentar o vestibular nas universidades públicas. Os filhos dos mais ricos, que estão mais preparados, ocupam as vagas do ensino público que toda a sociedade custeia para aqueles que não precisam. Já disse a V. Ex^a, em conversa, que sou a favor do reestudo desse modelo e que o aluno da escola pública que tiver situação financeira acima da média pague algum tipo de mensalidade, colabore para dar aos mais pobres chance de estudarem nas escolas boas do País.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Obrigado. Incorporo os apartes dos Senadores Leomar Quintanilha e Mozarildo Cavalcanti, que, com certeza, enriquecem o meu pronunciamento.

Concedo o aparte ao Senador Antero Paes de Barros.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senador João Ribeiro, cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento. Um dos primeiros projetos que apresentei nesta Casa estabelece a reserva de 50% das vagas em todos os cursos, em todos os turnos, nas universidades públicas, para os que têm origem na escola pública. Não creio – quero manifestar a minha opinião – que a solução para os pátios das universidades não ficarem cheios de carros do ano seja a cobrança de mensalidade. A solução é diferenciar o acesso à universidade pública, estabelecendo um sistema de quotas para os alunos que têm origem na escola pública. Precisamos enfrentar esse debate. O ensino brasileiro está organizado de forma perversa. Essa situação não ocorre apenas na universidade. Lamentavelmente, a melhor educação no Brasil está sendo oferecida sempre a quem pode pagá-la. O melhor ensino fundamental é o privado, mas apenas estuda na escola particular quem pode pagar. O melhor ensino médio é a escola particular, mas somente estuda lá quem pode pagar. O melhor ensino superior é a universidade pública, porém lá ingressa mais facilmente quem pode pagar o melhor ensino fundamental e o melhor ensino médio. Se estabelecermos a reserva de vagas para os alunos da escola pública, a classe média irá rematricular seus filhos na escola pública, para fazer o curso primário e o secundário e, com isso, teremos a certeza de que a classe média voltará a lutar pela qualidade do ensino público. Esta é a grande questão: a qualidade do ensino público. Nesse sentido, quero fazer um protesto. Estão em andamento os trabalhos da Comissão Mista de Orçamento. A Bancada de Mato Grosso, por nossa iniciativa, fez uma emenda para o fortalecimento da universidade pública, mas, infelizmente, é a de menor valor no relatório da Comissão de Educação. Senador João Ribeiro, quero cumprimentá-lo por trazer a debate um

assunto inesgotável, sobre o qual é urgente que o Governo brasileiro se posicione. Em 1999, apresentei projeto a respeito desse tema, que foi abordado pelo Presidente Lula no horário eleitoral. Sua Excelência jurou, na televisão, defender a reserva de vagas para alunos da escola pública. Aproveito esse aparte para pedir publicamente que a Câmara dos Deputados vote o projeto.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Senador Antero Paes de Barros, incorporo o aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento.

Aproveito a oportunidade para dizer que conheço o seu projeto e o considero extremamente importante. Todos os Líderes desta Casa e da Câmara dos Deputados devem unir-se para pedir urgência na tramitação do projeto de V. Ex^a e discutir esse tema.

Sr. Presidente, entretanto, nesse campo, ainda se deve muito. Além de buscar a qualidade da educação em todos os níveis, é preciso admitir que a dívida do livre acesso ao ensino público superior só será paga se formos capazes de superar muitos tabus.

Dentre eles está o ensino universitário público pago, um dos mitos mais arraigados na mente da classe média brasileira que, com toda certeza, ainda exigirá de nós grande esforço para encontrar uma fórmula conciliadora que faça a universidade pública ser financiada tanto pelo Poder Público como por aqueles que têm efetivas condições de pagar pelos cursos superiores que ela oferece.

É preciso livrar o ensino superior público dessa mistificação que o impede de ser custeado por quem pode.

Quebrar esse equivocado paradigma é, na verdade, um dever do Parlamento, pois a manutenção da situação como está não interessa à grande maioria da população brasileira, que está impedida de transpor a barreira dos vestibulares e programas de acesso às universidades públicas, porque a ela é ofertada uma educação básica ainda deficitária em termos de qualidade.

Enquanto isso, os filhos das famílias ricas, que representam a minoria, conseguem as vagas nas universidades públicas – como bem acentuou V. Ex^a –, porque, desde muito cedo, têm condições de frequentar cursos caríssimos ministrados em escolas particulares de alto nível.

Tudo isso é um grande contra-senso!

Governo e sociedade têm que trabalhar uma única direção, buscando, ao mesmo tempo, fazer com que o ensino público básico prepare efetivamente o aluno para enfrentar as exigentes provas das univer-

sidades públicas e que se criem mecanismos de ampliação das fontes de financiamento do ensino superior, nelas inserindo a possibilidade de se cobrarem mensalidades de quem possa pagar.

Soube, por meio de notícia veiculada pela revista **Época** da semana passada, que o atual Governo, por intermédio de seu competente Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, pretende enfrentar essa questão, que se transformou em puro tabu histórico para a Esquerda brasileira.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Concedo, sim, ilustre Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Nobre Senador João Ribeiro, V. Ex^a faz um pronunciamento por demais oportuno nesta manhã. Não é à toa que V. Ex^a, Senador João Ribeiro, tem-se qualificado como um dos grandes representantes do Tocantins nesta Casa. Senador, se examinarmos o pronunciamento de V. Ex^a, verificaremos que as frustrações populares com o atual Governo vão-se avolumando. Existe a questão da Previdência. A frustração dos milhares de velhinhos que, pela sanha do Ministro da Previdência, tiveram que frequentar compulsoriamente as filas para mostrar que estavam vivos. Há também a reforma tributária, mas creio que, de todas, a maior frustração deve ser a do estudante brasileiro, exatamente aquele que depositou maior confiança no atual Governo, participando ativamente das campanhas. Nada do que foi dito em praça pública está sendo cumprido. E não é só no âmbito federal, não. No Estado do Piauí, o único do Nordeste governado pelo PT, há uma universidade estadual. E houve greves e mais greves, em que se combatia, por exemplo, a taxa de inscrição no vestibular. Elas permaneceram e foram aumentadas. Assim, penso que esse estelionato eleitoral cometido começa a ficar evidente em vários setores e em várias camadas da população. E não quero falar do salário mínimo. Agora, é preciso que o Governo coloque o seu juízo, a sua razão para funcionar e lembre-se de tudo o que construiu ao longo de 20 anos, em campanhas memoráveis – três derrotas e uma vitória consagradora –, tudo baseado em um programa, tudo baseado em promessas. E este primeiro ano foi de frustrações, foi um ano perdido. Espero que os três anos que restam ao Governo do Senhor Luiz Inácio Lula da Silva sirvam para a recuperação da palavra empenhada. Muito obrigado.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, embora a atual situação de nossa universidade venha de muito tempo.

Ensaia-se no Planalto a idéia de fazer com que as universidades públicas possam cobrar mensalidades de famílias que declaram imposto de renda, ou seja, que tenham condições de pagar, mantendo a gratuidade para os universitários de baixa renda. Segundo a matéria, os recursos arrecadados seriam destinados à pesquisa e à manutenção das próprias universidades.

Consta ainda que estariam sendo produzidas pelo Governo outras medidas que se pretende ver transformadas em garantias de mais recursos para as universidades públicas, por meio da celebração de convênios com indústrias para a criação de produtos.

Do mesmo modo, anuncia o Governo Federal o estabelecimento de um sistema que amplie a cobrança sobre rendimento dos professores federais e de condições mais determinantes para a criação e a qualidade das faculdades privadas.

O assunto, por ser polêmico e muito importante, merece a atenção de todos nós. O Congresso Nacional não poderá ficar alheio ao tema.

Estou pronto para debater a questão e apresentar minhas contribuições, de modo a auxiliar a universidade pública brasileira a encontrar novas fontes de financiamento e a facilitar o acesso ao ensino superior público pela parte pobre da população brasileira.

Sr. Presidente, o que me motivou vir à tribuna, primeiramente, foi essa matéria publicada na revista **Época** da semana passada, que considerei muito importante, sobre o Ministro Chefe da Casa Civil. Sei que a quase totalidade dos Srs. Senadores deve ter lido a matéria. Durante toda a nossa vivência, desde a infância, convivi com famílias carentes da região do interior do Estado de Goiás que hoje constitui o Tocantins. E é grande a quantidade de pessoas que não têm condição de pagar uma faculdade privada. Como foi muito bem dito pelos Senadores Antero Paes de Barros, Mozarildo Cavalcanti e Leomar Quintanilha, que me apartearam, a criança pobre estuda nas escolas públicas; o filho do rico ou do que tem condições de pagar estuda nas escolas particulares, nas melhores de cada cidade. Quando chega a época do vestibular, o filho do rico vai para as universidades públicas e, com o dinheiro que teria que pagar a universidade, pode comprar seus carros importados, enfim, viver cada dia melhor. Quanto ao filho do pobre, muitas vezes, Senador Mozarildo, sua família tem de fazer “vaquinha” para pagar-lhe a faculdade. Eu mesmo tenho ajudado, há mais ou menos cinco anos, uma pessoa que está terminando o curso de Medicina no Rio de Janeiro. Este ano, ela se forma. Tenho ajudado muitas pessoas – não vou aqui citar nomes – da ma-

neira que posso. Foi este assunto que me motivou a vir à tribuna para discuti-lo nesta Casa.

Concordo com o Senador Antero Paes de Barros: se arrumássemos mecanismos para reservar de 40% a 50% das vagas para os que estão vindo das escolas públicas de primeiro e segundo graus, já resolveríamos essa questão em grande parte.

Por isso, fica aqui meu entendimento de que a Casa discutirá sempre este assunto até encontrar uma solução para a população brasileira de baixa renda. Este é um tema sobre o qual o Congresso Nacional precisa se debruçar, sobretudo o Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. João Ribeiro, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Delcídio Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral) – Muito obrigado, Senador João Ribeiro.

Gostaria de registrar a presença do Grupo de Escoteiros do Lago de Brasília. Quero cumprimentar o grupo Cefet de Goiânia, os turistas de várias regiões do País. É um orgulho muito grande a presença de vocês aqui em mais um dia de trabalho do Senado Federal.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, que falará como orador inscrito.

V. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, qualquer Nação, para se desenvolver e progredir de forma plena, necessita, antes de tudo, se conhecer. Municípios de dados precisos sobre a realidade socioeconômica brasileira, nossos Governantes poderão criar políticas públicas objetivas, que atendam às necessidades prementes de nossa gente. Pois essa é a nobre e hercúlea missão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o valoroso e incansável IBGE.

Dando continuidade às suas ações, o IBGE publicou mais um trabalho de fôlego e valor inestimável: *O Perfil do Municípios Brasileiros e Gestão Pública 2001*. Apresentando de forma analítica e comparativa as informações obtidas pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Munic junto às prefeituras dos 5.560 Municípios brasileiros, em 2001, o documento revela robustas desigualdades entre as cidades brasileiras, notadamente em função do seu tamanho e da sua localização geográfica.

É fato que, nas duas últimas décadas, nosso País vem experimentando diversas e profundas mudanças, constituindo-se a esfera municipal em um importante cenário desse fenômeno. Como parte de um processo amplo e democrático de descentralizações política e administrativa, um grande número de novos Municípios foi criado, assim como uma grande parcela de atribuições e responsabilidades lhes foram delegadas.

Portanto, a demanda por informações sobre a base municipal tem sido crescente. E é nessa lacuna que se insere o referido trabalho do IBGE, o qual analisamos com refletida atenção.

Os resultados foram selecionados e agregados por faixas de tamanho populacional dos Municípios, grandes regiões e unidades da Federação, abrangendo os principais eixos temáticos contemplados na pesquisa.

Questões como mecanismos de planejamento e gestão urbana existentes nas municipalidades; políticas públicas e ações locais para enfrentamento dos problemas habitacionais; iniciativas do poder público para geração de trabalho e renda; e existência de equipamentos de cultura, esporte e lazer disponíveis são levantadas, de forma objetiva e precisa, pelo documento. Vamos aos números, então.

Em 2001, 1.269 prefeituras, ou 23% do total, declararam que havia favelas nos respectivos Municípios, com 2.362.708 domicílios nessa situação cadastrados. Cerca de 70% desse número de domicílios está localizado nos 32 maiores Municípios brasileiros, onde todas as prefeituras declararam possuir favelas. As periferias de nossas grandes regiões metropolitanas, portanto, encontram-se solapadas por mocambos, palafitas e barracos, formando um quadro de agudas e duradouras mazelas sociais. Tal cenário foi dolorosamente construído sob os auspícios do êxodo rural descontrolado, altas taxas de desemprego e carência de serviços urbanos essenciais, negligenciados a uma gente sofrida e marginalizada.

Por um lado, se os pequenos Municípios brasileiros não padecem do mal da favelização, como as grandes metrópoles, sofrem com indigência de seus equipamentos culturais, instrumentos de justiça e cidadania, e de incentivos a novos investimentos econômicos. Os números da pesquisa não me deixarão mentir.

Apenas 56 Municípios brasileiros, ou 0,9% do total, possuem todos os tipos básicos de equipamentos culturais, como clubes, museus, cinemas, teatros, estádios esportivos, estações de rádio e TV ou **shop-**

ping centers. Trinta por cento deles ficam no Estado de São Paulo. Por outro lado, 153 Municípios não possuem nenhum equipamento cultural. Setenta por cento deles situam-se nas regiões Norte e Nordeste. Vejam como esse fato aprofunda as desigualdades sociais mais ainda.

A pesquisa analisou também as estratégias utilizadas pelas prefeituras para atrair investimentos econômicos e gerar empregos. De acordo com as informações fornecidas, 93% dos Municípios com mais de 500 mil habitantes oferecem incentivos fiscais ou não-fiscais, enquanto apenas 47% dos pequenos, com até 5 mil habitantes, lançam mão desses mecanismos.

No quadro regional, 78% dos Municípios do Sul utilizam incentivos econômicos, enquanto apenas 39,7% dos Municípios nordestinos os concedem.

Os dados da Munic 2001 expõem, ainda, a carência de instrumentos de justiça e segurança nos Municípios brasileiros, marcadamente nos de menor porte. Apenas 7,3% do total possuem Delegacias da Mulher, 11% têm órgãos de defesa do consumidor e somente 20% mantêm uma guarda municipal. A presença desses três órgãos nas cidades com menos de 5 mil habitantes é insignificante.

Ao nos depararmos com esses números, vem-nos a clareza da mais absoluta necessidade de políticas que combatam a fragilidade institucional de nossos pequenos Municípios – que aliás são a grande maioria – de ações rápidas que os municiem dos instrumentos básicos de apoio à segurança, cultural e desenvolvimento econômico.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o número de Municípios no País cresceu 35% desde 1985 com a redemocratização. E, para entendermos e conhecermos melhor nossas cidades, **locus** fundamental de todos os nossos graves problemas sociais, devemos atentar para os resultados da pesquisa do IBGE. Só assim, teremos os subsídios necessários para a consecução de políticas públicas que valorizem os Municípios e os transformem em peça-chave na construção de uma nação mais justa, solidária e progressista.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Senador Mozarildo Cavalcanti, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Concederei um aparte a V. Ex^a em seguida, com muito prazer.

É importante chamar atenção para essa questão, porque sempre é divulgado pela grande imprensa nacional que os problemas de corrupção no País

ocorrem nos Municípios. Com isso, parece que o Poder Central é composto de vestais que não cometem nenhum tipo de irregularidade, quando sabemos que, na prática, se dá o contrário. Os grandes escândalos nacionais foram cometidos, exatamente, no âmbito federal.

Portanto, é preciso que se inverta essa realidade, valorizem-se os Municípios brasileiros, que é exatamente onde o cidadão vive e procura solução dos seus problemas sociais, econômicos e familiares.

É importante o Governo Lula dê, realmente, ênfase aos Municípios, já que criou o Ministério das Cidades, e que as cidades pequenas sejam mais valorizadas e atendidas.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao Senador João Capiberibe.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti. Realmente, os dados são preocupantes. A situação dos Municípios, principalmente nas regiões periféricas, mais pobres, como Norte e Nordeste, é extremamente preocupante. Ao longo da história, esses Municípios não conseguiram instalar a infra-estrutura necessária para propiciar uma vida adequada a sua população. Inclusive, em alguns Municípios, a população não tem nem mesmo energia elétrica. Hoje não seria o caso, mas, até bem pouco tempo atrás, havia casos de sedes municipais sem energia elétrica. Em algumas regiões da Amazônia, ainda há Municípios cuja sede municipal não conta com energia por 24 horas. O que mais nos preocupa é que, se na região periférica, nos Municípios menores, a situação é difícil, hoje, estamos presenciando o sucateamento do Estado brasileiro, diante dos nossos olhos. O Itamaraty teve o fornecimento de energia elétrica cortado porque não tinha dinheiro para pagar a conta. Mesmo o Ministério das Cidades, que V. Ex^a acaba de citar, tem um orçamento de pouco mais de R\$300 milhões para o próximo ano. Ora, será que é por que o Presidente Lula não quer atender aos Municípios, às cidades, resolver os problemas do País? Não. Trata-se de uma questão, sobre a qual repetirei aqui durante toda a minha permanência nesta Casa, até que haja uma solução: este ano, investiremos um pouco menos de R\$ 6 ou 7 bilhões para tapar os buracos das estradas, ampliar as redes de energia elétrica, etc, e gastaremos com amortização e juros da dívida R\$154 bilhões. Então, o gargalo está exatamente na dívida. Não é possível seguirmos aqui discutindo as necessidades cujos diagnósticos já sabemos. Estão aí os dados do IBGE que revelam: há Municípios sem um mínimo de infra-estrutura, sem condições de vida para a sua população. E seguimos

pagando essa fábula há décadas. Nos últimos três anos – até o dia 30 de novembro do ano passado – a dívida cresceu 200 bilhões; nós pagamos 124 bilhões e, assim mesmo, ela cresceu. Então, precisamos analisar essa dívida, precisamos criar uma comissão no Senado, porque estamos impedidos de realizar o desejo das nossas comunidades, porque não há dinheiro. Esses diagnósticos são fundamentais para que possamos compreender a urgência e a necessidade de atacarmos o problema fundamental deste País, estrutural, que é a dívida pública.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Agradeço, Senador João Capiberibe, o aparte. V. Ex^a que foi Governador de um Estado pobre como o meu, o Amapá – embora o Amapá esteja até mais desenvolvido em muitas áreas do que Roraima – conhece perfeitamente a realidade dos pequenos Municípios. E é exatamente para isso que esse diagnóstico do IBGE chama a atenção. Precisamos, até para resolver o problema dos grandes centros, resolver o problema dos periféricos, como V. Ex^a falou. Se não resolvemos, as pessoas, mesmo sem poder, vão para os grandes centros agravar ainda mais os problemas sociais, como desemprego, falta de moradia, de saúde, falta de segurança, sem que eles tenham culpa por isso. É preciso que o poder público inverta essa realidade.

V. Ex^a abordou a questão do Orçamento, que realmente precisa ser melhorado, precisa ser voltado para eliminar as desigualdades sociais e regionais. Principalmente, algo que me atormenta é pensar o País – que possui tantas riquezas deliberadamente não exploradas – continuar pagando essa dívida à custa do imposto que o povo paga, em outras palavras, do dinheiro do povo, quando poderia explorar suas riquezas minerais, suas riquezas naturais de maneira racional. Aí, sim, pagar essa dívida de maneira mais suave para a população. É de se pensar que não interessa aos colonizadores modernos, os homens, portanto, a quem nós devemos, que paguemos a dívida, porque se interessasse bastaria que pudéssemos explorar racionalmente as nossas riquezas para pagá-la muito rapidamente.

Concedo o aparte ao Senador Augusto Botelho, com muito prazer.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Exm^o Sr. Presidente Delcídio, Exm^o Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti, o espírito municipalista de V. Ex^a é que o está norteando no seu discurso. Como V. Ex^a vem da área da saúde, participou da implantação do SUS, junto comigo, sabe que conseguimos avançar na saúde quando passamos para os Prefeitos responsabili-

des desse setor e demos meios para que o fizessem; o Ministério da Saúde passou a fazer isso. Então, é claro que tivemos um avanço na saúde no País, que se reflete no nosso IDH, na saúde e na educação. Se conseguirmos mandar mais dinheiro para as prefeituras, temos certeza de que ele será melhor aplicado. Temos que respeitar mais a Federação. O Governo central recolhe todas as contribuições para ele, não divide nada com as prefeituras; somente o IPI e o Imposto de Renda que são divididos constitucionalmente. Entendo que devemos criar instrumentos definindo os recursos, apesar de os Governadores não gostarem, como não gostaram da PEC nº 29 – recentemente tentaram dar vários golpes nessa PEC, que é a da saúde. Nós, como legisladores, que representamos os anseios do povo, devemos lutar para que haja isso. Nesse ponto, sou favorável ao orçamento impositivo, apesar de não ter nenhuma experiência no Executivo. Se definirmos bem o Orçamento, e o Governo cumprir, são quase mil cabeças pensando para tomar uma decisão. Quis participar do seu discurso porque, nesse sentido, penso como V. Exª e sei que tem trabalhado para tentar defender sempre os menores nesta Casa. V. Exª sabe que pode contar comigo. Começamos a exercer a Medicina juntos, lá em Roraima. V. Exª já era formado há pouco tempo, mas, lá chegando, trabalhei e aprendi muito com ele e com o meu pai. E trabalhamos juntos nós três lá em Roraima. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)

– Senador Augusto Botelho, é com muito prazer que acolho o aparte de V. Exª. Realmente é importante o que V. Exª falou com relação a descentralizar as ações de governo para os Municípios. Esse modelo centralizador em que a União fica com os recursos e obriga os Prefeitos a estarem aqui em Brasília permanentemente, correndo atrás de recursos, até sujeitos a esquemas de **lobbies** etc, para poderem conseguir um recurso para os seus Municípios, isso tem que acabar. Precisamos, realmente, de um Orçamento que contemple prioritariamente os Municípios mais pobres. E é bom que os Municípios ricos entendam que ao priorizar os mais pobres, estaremos ajudando os mais ricos, porque evitaremos o êxodo dos Municípios mais pobres para os mais ricos, congestionando os serviços públicos, de maneira que só agrava a situação de quem mora nos grandes Municípios.

É importante que continuemos batendo nessa tecla, trabalheemos efetivamente para ter um orçamento impositivo. O termo impositivo é meio pesado, mas, na verdade, é um orçamento obrigatório, que o Poder Executivo efetivamente cumpra e não fique, às

vezes, até por não querer, ou querendo, fazendo contingenciamento, retendo os recursos. Ele sempre começa retendo os recursos dos Municípios mais periféricos, mais pobres, agravando, portanto, a situação das populações que vivem distante dos grandes centros.

O Brasil precisa deixar de ser um País que ainda parece respeitar o Tratado de Tordesillas, porque o que está no lado do litoral é sempre mais bem atendido e o que está no lado oeste do País é mais esquecido – aqui, incluem-se toda a Região Norte, uma parte da Região Centro-Oeste e, obviamente, o interior dos Estados do Nordeste.

Faço o registro dos dados do IBGE, louvando essa pesquisa. Em qualquer atividade humana, ninguém pode fazer uma ação perfeita, se não houver um diagnóstico e um planejamento que redundem em resultados positivos.

Espero que os Municípios brasileiros passem a viver, a partir de 2004, uma nova realidade e que possamos, a partir desses diagnósticos, mudar a realidade atual que é perversa para os mais fracos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral) – Obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, para uma comunicação de interesse partidário.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, aproveito esta sessão inusual de sábado, que visa a darmos cabo de matérias pendentes na pauta, de modo a fecharmos o ano sem que o Senado Federal esteja em débito com o seu dever, para fazer aqui um balanço do que me parece uma clara crise política do Governo Lula, com nuances e rescaldos da crise econômica, com aspectos de crise moral, sim, equívocos de política externa e algo que, a meu ver, não condiz com o tamanho do cargo, uma certa postura do Presidente da República que, não raro, atrai para o Governo dele reações que poderiam muito bem ter sido evitadas. Não vou fazer carga, mas aqui denunciei que não era correta a situação da Ministra Benedita da Silva, e o Presidente Lula passa a mão pela cabeça da Ministra. Hoje seu marido, o ator Pitanga, já se queixa de – entendi nas entrelinhas – que o Governo estaria abandonando a Ministra.

O Presidente não foi enérgico. Num primeiro momento, ele não disse qual era o padrão moral do

Governo dele; não disse. E aí está a Ministra submetida a um processo de humilhação. O Presidente dava a entender que antes não havia autoridade no País. Passava a idéia de que agora, sim, ia ter autoridade no País. Não vi o Presidente demitir ninguém. Eu só vi o Presidente aumentar o número de Ministros, aumentar os gastos públicos, e fazer muita pirueta, muita pirotecnia, muitos factóides, em substituição à postura sóbria, tranqüila que deve ser a de um Presidente da República. Aliás, não vejo o Presidente sentar; Sua Excelência só fica em pé. Não sei como alguém governa em pé. Já o vi tocando flauta, com a câmera de um cineasta; já o vi com roupa de gaúcho. Agora, junto com o ditador, Muamar Kadafi, eu precisei olhar bem para ver quem era o Kadafi e quem era o Lula, porque eu cheguei a imaginar que ele poderia estar fantasiado de Kadafi. E queria que ele usasse uma roupa mais simples, paletó e gravata, sentasse e discutisse com os Ministros, cobrasse dos Ministros metas, desempenho, demitisse aqueles que fossem ineficientes, que entrássemos no ano de 2004 com menos Ministérios, em nome da racionalidade administrativa, em nome de economia de gastos públicos. Mas aqui está o caso, insepulto, da Ministra Benedita.

Nada pessoal, não o conheço, conheço-o de obas e olás, não conheço nem para bem nem para mal o Governador de Roraima, Flamarion Portela, mas desta tribuna eu disse: é insustentável a posição do Governador. E o PT dizia: é um modelo de gestão, é alguém em quem os outros governantes devem se mirar. E aqui está o Governador pedindo licença do PT. Ou seja, decisão houve? Não houve decisão. A valentia do PT é toda para expulsar a Heloísa Helena e os dissidentes. Não estou vendo mais nenhuma. Estou vendo o PT numa posição autista diante desse caso de Santo André. Já tomou conta das manchetes, já tomou conta da sociedade, já há uma pergunta que tem que ser respondida para valer.

E a coisa é tão estranha porque dizem: ah, não temos medo de nada. E eu estou dizendo que têm medo? Imagino que não tenham medo mesmo. Agora, não entendo por que um Partido tão afeito em investigar todo mundo não está tomando providências no sentido de se instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito para vermos o que há e o que não há, e com toda certeza inocentando o PT, que não deve ter culpa no cartório mesmo. Um Partido de pessoas de bem não deve ter culpa no cartório mesmo. Eu queria saber quem é culpado, e quem for culpado tem que ser apontado à Justiça para pagar pelo crime cometido, pelo desvio de dinheiro público; tem assassi-

nato no meio. Tem todo um clima de suspense em torno desse caso.

Sr. Presidente, surpreendi-me porque li no jornal **O Estado de S. Paulo** de hoje algo inusitado e que me causa espécie. Peço até que conste dos Anais a matéria intitulada "Prisão de Sombra cairá no STF, diz advogado do PT". Quem está dizendo isso não é o filho, o pai, o avô ou a mulher do Sombra, mas o advogado do PT, Dr. Aristides Junqueira, que alega razões jurídicas. O Dr. Junqueira, homem de bem e que respeitamos, não aprendeu um ditado bom que a minha avó dizia: "Em boca calada não entra mosca." Ele não tinha nada que falar sobre esse assunto; deveria deixar o Supremo Tribunal Federal julgar a ação. Essa Corte dirá se há ou não razão para soltar o Sr. Sombra. Porém, se isso ocorrer, não há por que não investigarmos esse caso a fundo, pois a sociedade está querendo isso. A situação é de se assustar, Senador Antero Paes de Barros. Quem diz que o Sombra não deve ficar preso é o advogado do PT.

Percebo, ainda, no campo da crise política, a atitude maiúscula do Partido Democrático Trabalhista, seguindo a orientação desse homem que respeito, mas de quem discordo, e que foi meu herói de capa e espada na crise de 1961, da governabilidade, quando ele se levantou para impedir o golpe ao Presidente constitucional que deveria assumir no lugar do renunciante Jânio Quadros, o Presidente João Goulart. Refiro-me ao ex-Governador Leonel Brizola. Não concordo com nada do que Brizola diz a respeito de economia e com muito do que diz a respeito de política, mas tenho profundo respeito por ele. Homem digno que passa pela vida – tem mais de oitenta anos – sem que alguém possa dizer algo que atinja, ainda que de leve, sua conduta ou que coloque dúvidas sobre o seu padrão moral ou ético. Tenho respeito por ele. Ele está decepcionado com o Governo e quer ir para a Oposição, depois de entregar os cargos. É justo. Aplaudo o gesto de Leonel Brizola e afirmo que a Oposição recebe o PDT de braços abertos, com todas as nossas diferenças.

Os Ministros trapalhões fazem o que querem e o Presidente confirmando os atos de um por um, dizendo que todos são mais extraordinários do que os mais extraordinários ministros de qualquer república, em qualquer época, ou do que as monarquias.

A força é para os dissidentes. Lembro-me de que o PSDB, meu Partido, enfrentou dissidências quando reformávamos, no Governo Fernando Henrique, a ordem econômica. O Senador Heráclito Fortes também deve se lembrar muito bem. Almino Afonso, figura que faz parte da História brasileira, Tuga Ange-

rami, Flávio Arns, hoje Senador pelo PT, e tantos outros, à vontade discrepavam do Partido, mas não em tudo. Em um episódio de consciência Almino disse que não poderia votar contra o monopólio do petróleo. E nós compreendemos. Almino Affonso encaminhou a votação, em seguida ao encaminhamento que fiz àquela altura. V. Ex^{as} sabem em que lugar S. Ex^a encaminhou a votação? Foi por concessão de um orador que lhe deixou um lugar, o brilhante Deputado pelo PT, atual Prefeito de Aracaju, Marcelo Deda. Almino encaminhou contra o governo em que S. Ex^a era Vice-Líder. Eu falei logo após. Passei metade de meu discurso a elogiá-lo. Vencemos sem que o esmagássemos. Não foi para a Comissão de Ética, tampouco seus companheiros. Comissão de Ética é para quem malversa o dinheiro público, para quem não é capaz de honrar os compromissos do seu mandato. Comissão de Ética não é para quem discorda em razão e por razões de consciência. E eles estão à véspera de expulsarem a Senadora Heloísa Helena. Não gosto dessa estória de clemência, mas conheço bem a Senadora Heloísa Helena, e não conheço bem os demais dissidentes. Pelo que vejo da Senadora é uma figura admirável – eu não a conhecia e passei a conhecê-la, passando a ter muito respeito e um carinho especial. Creio que S. Ex^a não tem que aceitar essa pecha de ter cometido um delito que mereça suspensão. Não a vejo assim. A sua altivez é a de uma sertaneja dura. De qualquer maneira, essa decisão é do Partido dos Trabalhadores, não um problema meu. Apenas digo que uma das acusações feitas pelo PT aos seus dissidentes, Senador Heráclito Fortes, principalmente à Senadora Heloísa Helena, é que um dos seus crimes é que fez alianças táticas comigo, Líder do PSDB, e com o Senador José Agripino, Líder do PFL. Pergunto: e quando fizemos uma aliança tática com o Governo para a aprovação da reforma tributária – um trabalho de todos nós – será que S. Ex^a poderia acusar a direção do PT de traição por ter feito um ajuste comigo? Ou será que a Senadora também deveria dizer que o PT devesse recusar os votos daqueles que votaram a favor da reforma da Previdência e que pertencem ao PFL e ao PSDB? Ou seja, dois pesos e duas medidas.

O que interessa ao PT é sempre muito bom, é sempre justo, é sempre legítimo. O que não interessa ao PT não é bom. Se o PT está na posição leste é certo, se ele vai para a posição oeste, passa a ser certo também. Se estou momentaneamente em uma posição igual à do PT, eu estou bem, mereço aplausos. Se estou em uma posição que não é a do PT do momento, aí mereço ser culpado de crimes não cometidos.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Antero Paes de Barros, com muita honra.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Líder Arthur Virgílio, cumprimento o pronunciamento de V. Ex^a, que não é, nem de longe, uma tentativa de se imiscuir em assuntos internos do Partido dos Trabalhadores, mas a oportunidade para uma reflexão sobre a reforma política que se pretende debater no Congresso Nacional. O processo que move o Partido dos Trabalhadores, embora seja algo interno do Partido, na verdade, é um assassinato pelas costas da reforma política e da fidelidade partidária. Porque os deputados somente tomaram conhecimento do texto da reforma da Previdência no momento da votação. Como é que se pode votar algo que não se conhece? Como é que se pode fechar questão sobre um texto inacabado, um texto que não existe? No entanto, os deputados tinham que obedecer ao texto e votar o que seria apresentado. É como seguir um deus que não conheço. É essa a proposta de fidelidade partidária que se vai votar? É para conceder esse poder à direção dos partidos? Alguém consegue provar que houve uma convenção nacional do PT e que aquele texto votado...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Até porque não houve! Não houve a convenção!

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Não houve! ... e que aquele texto fora votado na convenção do PT? Isso é prática, não é democrática, não! Tenho uma teoria comigo: prefiro errar com o partido a acertar sozinho. Tenho a prática de me submeter à vontade do coletivo, que creio ser infinitamente maior do que a minha vontade individual. Mas qual o coletivo? O coletivo que tem o poder de estabelecer o programa, o estatuto, que é uma convenção nacional. O PT, com a expulsão, diminui o comportamento democrático, pratica um ato de puro fascismo, e apequena a reforma política que se vai tentar votar no Congresso Nacional, que seria um avanço, mas não para dar esses instrumentos a stalinismos que julgávamos superados na história política mundial.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a faz um admirável aparte, que incorporo ao meu discurso, Senador Antero Paes de Barros.

Só posso mesmo dar como resposta o seguimento ao seu raciocínio. Já disse aqui desta tribuna que todos os partidos de esquerda europeus que fize-

ram uma revisão a fizeram antes de eleições. Foi assim na França, quando o grupo de Mitterrand, Lionel Jospin, Pierre Bérégovoy, Delort, enfrentou a chamada esquerda do partido, de Michel Rocard e Pierre Mauroy, derrotando-a e indo para a eleição.

A Alemanha de Schroeder viu no Partido Social Democrata a vitória de Schroeder sobre a ultra-esquerda. Da mesma maneira, o **Old Labor Party**, na Inglaterra, foi derrotado pelo chamado **New Labor**, de Tony Blair, e que foi, portanto, enfrentar Miss Thatcher e John Majors depois de ter derrotado seus dissidentes numa disputa democrática, com congresso, com convenção, com tudo isso.

Aqui, não! Aqui, o PT fez uma carta para o mercado, dizendo: "Olha, não sou tão perigoso quanto parece!" O mercado não se convenceu. Houve o **overshooting** do dólar, que foi lá para cima. O Brasil pagou bilhões e bilhões de dólares de prejuízo naquele episódio de 2002. As dificuldades foram terríveis, com o Governo que assumia criando brutais dificuldades para o Governo que saía. O Presidente Fernando Henrique, então, me disse: "Olha, Arthur, não adianta querermos fugir desta verdade: se eu não disser coisas amenas sobre eles agora, arrebento o meu Governo, porque há evasão de capitais agora!" Mas havia desconfiança, o risco Lula. Isso é uma verdade! Por que o risco era Fernando Henrique? Não era! O risco era Lula. O Presidente Fernando Henrique passou sete anos e meio merecendo a confiança dos mercados e perderia em seis meses? Não. Em seis meses, o Brasil foi perdendo a confiança internacional na medida em que se consolidava o favoritismo da candidatura Lula. Depois, ele teve que fazer uma política econômica ultra-ortodoxa para recuperar a credibilidade do País, mas para impor uma credibilidade para ele próprio.

Vejam que ele ganhou a eleição com o discurso da Senadora Heloísa, com o discurso dos seus dissidentes. Eles falavam em calote da dívida externa, em plebiscito sobre a Alca, em limitar em 10% da renda da receita líquida os gastos com a dívida externa, cujos números não tenho, mas que duvido terem sido menores do que 35, 36 ou 38% neste ano. Eles propunham uma coisa idílica: pagar só 10%, aplicando o restante na geração de empregos. Aquilo que era irreal e que não foi possível fazer, era o discurso que unia o PT do Deputado Genoíno ao PT da Senadora Heloísa Helena. Essa é a verdade.

Agradeço a V. Ex^a pelo aparte e digo mais: o PT conseguiu fazer uma mudança depois da eleição. Ganhou com um discurso e mudou depois. O nome disso é estelionato. Isso é o 171 político, é estelionato. Não

é assim que se procede. Muda-se e se submete à eleição.

Concederei um aparte a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes, mas quero, antes, dizer que percebo fraqueza. No episódio de Apolônio de Carvalho está havendo essa confusão toda: um Ministro quer, outro não quer. Apolônio de Carvalho é um herói brasileiro. Ele lutou na Espanha contra a nascente ditadura de Franco, lutou ao lado das forças republicanas. É um homem admirável. Tenho distâncias ideológicas dele. Tinha antes, quando eu era um homem de esquerda, que raciocinava pela linha do Partido Comunista Brasileiro, e ele era dissidente, do PCdoB, Partido Comunista do Brasil, e tenho hoje. Mas o respeito histórico por ele é imenso.

Então, este Governo está agindo de maneira frouxa, Sr^{as} e Srs. Senadores. Ele falava tanto do Governo passado... O Governo passado anistiou Lamarca **post mortem**, teve coragem de fazer isso, e não houve nenhum rebu na área militar. Os militares são democratas, compreenderam que era hora de se botar uma pedra em cima daquele episódio. Anistiou Carlos Marighela, ampliou os limites da anistia. E o que estamos vendo hoje é o Governo não destinar recursos para resgatar essa dívida com os anistiados. Começa a fazer parte do esforço de ajuste fiscal do Governo também não gastar dinheiro com anistiados, com ex-cassados. Agora, estão aí os dois, e o Presidente, a se bater na falta de coragem, não vai promover Apolônio a General da Reserva, sabendo que há tantos precedentes?

O Brigadeiro Sérgio Macaco salvou a vida de meu pai, que era um dos assassinados em potencial da lista daquele tarado do Brigadeiro Burnier. Meu pai estava na lista, assim como Mário Covas, Carlos Lacerda e tantos outros. O Brigadeiro Sérgio Macaco denunciou aquele crime do Parasar, que estavam perpetrando. Iriam jogar os dissidentes na Baía da Guanabara.

Então, foi no Governo passado que se anistiou **post mortem** e se deram os galões de Brigadeiro ao então Capitão Sérgio Macaco, um herói brasileiro também.

Agora não. Estão com medo, medo não sei de quê. Têm medo de tudo, só não têm medo de fazer papel ridículo, de se fantasiar, de usar roupas esquisitas, de se portar com absoluta incoerência, inconsistência. Presidente da República tem que aprender: roupa de Presidente da República é paletó. Presidente da República senta. Presidente da República ouve Ministro. Presidente da República pergunta coisas. Presidente da República estuda. Presidente da Repú-

blica, quando vai ouvir o Ministro, tem que saber o que o Ministro vai dizer para ele, senão o Ministro vai fazer a cabeça dele, e ele também não pode ter alguém ao seu lado fazendo sua cabeça o tempo inteiro. Ele tem que estudar, se dedicar, entender que esse cargo não é uma festa. Liza Minelli dizia que a vida é um cabaré. Pois a Presidência, Sr. Presidente Lula, não é uma festa, não. A Presidência é trabalho duro, é trabalho árduo.

Falarei um pouco sobre política externa, mas antes concedo um aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Nobre Senador Arthur Virgílio, o meu aparte tem uma colocação muito específica. V. Ex^a disse, há pouco minutos, uma coisa que me deixa ainda mais confuso sobre o que é e o que não é Esquerda. V. Ex^a disse que foi da Esquerda. Na minha cabeça, V. Ex^a continua sendo de Esquerda, mas da Esquerda que mudou. Aliás, nunca, desde o começo da minha vida pública, entendi bem essa história. Sempre tive a convicção de que, no Brasil, ideologia é caneta, e isso está provado. Está provado que, no Brasil, ideologia é caneta. Veja só, Senador Antero Paes de Barros, o episódio da Senadora Heloísa Helena. Aliás, neste Plenário, composto de 81 cabeças, uma pensando diferentemente da outra, como é natural, há uns que não gostam, uns não simpatizam, mas não há ninguém que não respeite a Senadora Heloísa Helena, pelo seu comportamento e pela sua coerência.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – S. Ex^a será julgada amanhã, no novo Nüremberg, por não ter mudado de opinião. É uma coisa interessante. Com relação à reforma, V. Ex^a mudou, eu mudei; S. Ex^a não mudou. Eu queria ter a oportunidade de assistir a esse julgamento, Senador João Capiberibe, para saber do que vão acusá-la, que crime S. Ex^a cometeu, a não ser o de ter sido coerente. Aliás, Senador Arthur Virgílio, passei esses últimos três dias, desesperadamente, procurando uma imagem que não encontrei, mas de que V. Ex^a, que participou dela comigo, há de se lembrar. Jamais esquecerei, porque foi depois de ter sido eleito 1º Vice-Presidente da Câmara e do Congresso, a primeira vez em que, numa crise, assumi a Presidência, pois o Presidente Michel Temer teve que sair para negociar com as lideranças, e eu comande a votação, contrariamente ao que desejava, até o fim. V. Ex^a já pensou se conseguíssemos reproduzir – e tenho certeza de que há jornalistas aqui com arquivos poderosos que podem nos ajudar – aquela

cena do apitão, que foi exatamente contra essa reforma? Veríamos alguns Ministros, inclusive do atual Governo, todos comandando aquele apitão, com seus apitos coloridos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Foi uma forma mal-educada e primária de fazer Oposição.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Foram mal-educados e desrespeitosos com o Parlamento brasileiro. E são esses que vão condenar, agora, a Senadora Heloísa Helena. Estou com a data anotada. Parece-me que foi dia 28 de maio. Procurei nos arquivos do Congresso, no entanto, naquela época, a **TV Senado** e a **TV Câmara** ainda funcionavam de maneira experimental. Sendo assim, essa fita não existe. Tenho certeza de que a televisão brasileira haverá de resgatar esse fato. Aí veremos, Senador Arthur Virgílio, os poderosos, o Ministério todo nas primeiras filas apitando e distribuindo apitos. É esse o apito que, amanhã, irá condenar a Senadora Heloísa Helena. Pergunto a V. Ex^a: condenar por coerência? É um fato inédito na história do Brasil. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes, pelo seu aparte.

Peço alguns minutos de tolerância, Sr. Presidente. Vou concluir falando a respeito de três tópicos rapidamente. Passarei sobre eles fazendo um vôo de pássaro.

Senador Heráclito Fortes, realmente há uma punição à coerência da Senadora Heloísa Helena. O PT muda de opinião quando quer e está certo quem está com ele. É um traço totalitário.

Lembro-me que aquela reforma contra a qual eles apitavam era muito mais amena: ela garantia o direito adquirido, a expectativa de direitos, previa, portanto, regra de transição e paridade. Eu teria votado com o Governo nessa questão da reforma tributária se tivessem repetido o espírito da anterior. A intransigência foi tanta que fui obrigado a votar contra.

Em pleno século XXI, ainda estamos discutindo a intolerância neste País, que temos tanto orgulho da democracia que ajudamos a construir.

Vou falar a respeito de alguns tópicos, Sr. Presidente.

Na crise econômica, houve um crescimento zero. Poderíamos ter um crescimento positivo de 2%. O crescimento foi zero porque o Governo não governa, não executa o Orçamento, não faz o mínimo. A competente equipe do Ministro Palocci não foi capaz de baixar os juros na hora certa e nem na intensidade possível. Logo, o leite está derramado. O Ministro Pa-

loci, a quem admiro, hoje “pisa feio na bola” nos jornais ao dizer: “Um crescimento de 3,5% é pouco”. O Ministro sabe que, no ano que vem, vamos crescer mais do que 3,5%. É uma reposição cíclica. Nada tem a ver com 2005, com 2006 ou com 2010. Quando fala em crescer 3,5% finge ignorar uma verdade que ele não pode ignorar. Com o nível de investimento atual, o Brasil pode crescer 3% sem recrudescer a inflação. Se crescer mais do que 3% com um nível medíocre de investimento atual (17%, 18% do PIB), a inflação não será segura.

O documento da Ministra Dilma é pífio, estante e será analisado semana que vem. Por meio dele, afastam-se os investidores – e V. Ex^a é um especialista nessa questão. Não sei como o Itamaraty agüenta essa política externa desastrosa do Presidente Lula. Que política externa desastrosa! Duzentas e cinquenta pessoas viajaram ao Oriente Médio para vender nada para ninguém. Dessas 250 pessoas, apenas 45 ou 50 eram empresários. O resto era circunstante: uma coisa entre Ministros, “aspone” de Ministros, o que for, circunstantes, uma verdadeira caravana **holiday**! Isso significa gasto de dinheiro público. E fiz um requerimento de informações para saber que história é essa. Como se leva tanta gente para uma viagem de tão poucos frutos econômicos potenciais?

O Presidente Lula está aproveitando para fazer um certo gesto estudantil na sua política externa. Sua Excelência pensa que é uma espécie de Nehru, Sua Excelência pensa que é uma reencarnação de Gamal Abdel Nasser. Sua Excelência pensa que tem um terceiro mundismo a ser reestruturado. Sua Excelência pensa que vai ser líder de um movimento de não-aliados. Sua Excelência está completamente equivocado. Estou prevendo que terá problemas muito graves numa relação que teria que ser independente, sim, submissa, jamais, mas que não deve ser estudantil com este país sofisticado, complicado e forte como são os Estados Unidos. Eu diria que o erro na microeconomia e o documento da Ministra já estão a me intranquilizar. Ademais, a política externa festiva e estudantil do Presidente Lula poderá segurar a perspectiva de investimentos novos e poderá impedir que o Presidente cresça de acordo com o potencial de uma economia que tem tudo para crescer em taxas altas, se o quadro internacional se mantiver em estabilidade ou em situação de liquidez.

Voltemos a abordar a reforma agrária. Fala, fala, e fala muito e aplica apenas 22% do pouco que estava reservado para a reforma agrária. Dizia o seguinte

Presidente Lula: “Eu só quero que a gente faça um compromisso: parar de mentir, não é bom mentir. Mentira não é a companheira de ninguém. Recebi o orçamento do Fernando Henrique” – era a tal herança maldita. Foi a expressão mais cretina que já se inventou nos últimos tempos. Então, disse: “Recebi o orçamento do Fernando Henrique”. Mas por que, do orçamento do Fernando Henrique, só aplicou em reforma agrária 22%? Por que não aplicou, pelo menos, 100% do orçamento supostamente medíocre, de herança maldita que recebeu? Foi por que não tem compromisso com a reforma agrária? Foi por que não há gente competente para, de fato, trabalhar a aplicação dos recursos públicos? É porque, de fato, não tem um ministério operacional que não consegue resolver a equação administrativa e, sem isso, não vai impulsionar crescimento econômico nenhum de maneira duradoura, que cresça no próximo ano? Vou dizer-lhes algo que é uma verdade da economia: foi feito um ajuste fiscal. Quanto menos o Brasil cresça este ano, mais crescerá no próximo ano. Parece paradoxo. Mas é verdade. A base será menor, mais medíocre, mais deteriorada. Então, tende a crescer o percentual a mais sobre essa base. Depois é que mais complicado crescer em cima de uma base já recomposta.

Sr. Presidente, encerro meu pronunciamento, dizendo que o Presidente Lula não perde o vazo, nem o mal da incontinência verbal. Acabamos de compor, mais do que com Sua Excelência, para Sua Excelência uma reforma tributária em que pontificou a inteligência do Senador Rodolpho Tourinho e o talento do Senador Tasso Jereissati. Demos o corpo de uma reforma tributária que poderá, a partir de 2007, sobretudo, servir muito ao País. Hoje, Sua Excelência diz que vai golear os adversários. Não sei se está querendo dar uma goleada no Bush. Eu não levo goleada desse time fuleiro. Mas não a levo mesmo em nenhuma hipótese, nem na eleição no meu Estado, onde tive muito mais voto que o Lula, que o Governador, que todo o mundo. Lá não levo goleada, mas Sua Excelência leva goleada minha. Pergunto se esse é o tratamento correto? Se, ao acabar de aprovar uma reforma tributária, deve afirmar: “Agora vou dar uma goleada”. E Sua Excelência usa sempre a linguagem de futebol, linguagem chula, fraca, que não engrandece; enfim, linguagem que não compõe com a imagem e com a majestade do cargo. Sua Excelência só usa a majestade do cargo para oprimir os adversários.

Quero encerrar, Sr. Presidente, dizendo duas coisas mais. Uma que o Ministro Ricardo Berzoini, por exemplo, é a prova da flacidez e da fragilidade do Go-

verno Lula. Ele já não é mais Ministro. Tínhamos de ter a compaixão cristã de dizer: “Ministro, o senhor não é mais Ministro. O senhor ainda está sentado na cadeira, mas Ministro não é mais. O senhor não pode estar em uma fila de um cinema, dar um encontrão em uma pessoa idosa sem querer, pois todos vão pensar que fez de propósito. O senhor já não é mais o Ministro da Previdência”. Se há um cargo bom para o Ministro Ricardo Berzoini, que é duro, inflexível e que demonstra ter coração duro, é a Secretaria Nacional Antidrogas, para ele dar o tratamento que dá aos idosos aos traficantes. Concordo com isso.

Mas S. Ex^a não é mais Ministro. Apenas a falta de pulso do Presidente o mantém em uma cadeira que não pertence mais legitimamente a ele. A falta de pulso que o Presidente tem, graças a Deus, não é acompanhada pela D. Marisa, que recebeu as tais jóias – e legalmente teria direito à elas. Contudo, não seria legítimo a esposa do Presidente ficar aceitando presentes de ninguém –, e rapidamente tomou a decisão de doá-las, e está encontrando a forma de fazê-lo. Peço ao Presidente que siga o exemplo de sua esposa, porque aí Sua Excelência defenderá a postura ética do seu Governo.

Finalmente, Sr. Presidente, hoje há um quadro que é lancinante. O Presidente fala de uma maneira tão eufórica sobre um País que está parado, dando a impressão virtual de que está tudo às mil maravilhas, e um dos jornais hoje noticia – e ainda há pouco eu comentava a respeito com o Senador Antero Paes de Barros – que um desempregado desesperado ateou fogo na mulher e foi impedido de suicidar-se pela filha. Ela dizia a ele: “Pai, o senhor tentou matar a mamãe e eu vou ficar sem você e a mamãe?” Tratava-se de um desempregado desesperado. Ou seja, enquanto nós temos a visão dos áulicos – e o áulico é impressionantemente forte como formador de opinião dos poderosos neste País –, pela qual está tudo bem. O áulico fala: está uma maravilha; não há problemas. E também diz: vamos dar de goleada. Não sei em quem o Presidente vai dar de goleada; não sei se é na Oposição. O Governo dele está levando de goleada no campo da eficiência administrativa, está levando de goleada na fiscalização ética, está levando de goleada na composição de uma política externa sensata. Sua Excelência fala que vai dar de goleada em alguém, logo após a aprovação da reforma tributária, a qual fizemos, redigimos para Sua Excelência, pensando no País. E, no dia seguinte, são publicadas as palavras de um desempregado desesperado: “Não está tudo bem, não. Estou tão enlouquecido pelo desemprego, que coloco fogo na minha esposa; não me mato, porque minha filha não deixa. A minha família está desfe-

ita.” Alguém pode perguntar: já houve esses dramas no passado? Sem dúvida, o desemprego é terrível – e atualmente há o fato do desemprego tecnológico.

No ano que vem, o Presidente Lula não estará dizendo isso. No ano que vem, o País crescerá 4% ou 4,6% – está tão ruim este ano, que vai crescer, sim. Em 2005 ou 2006, não sei. No entanto, o Presidente Lula não está dizendo isso; não sei se o Ministro Antônio Palocci falou isso para Sua Excelência. É bom, Ministro Antônio Palocci, dizer para Sua Excelência que é possível crescer 4,6% no ano que vem, sem aumentar um só emprego neste País, por causa do fator tecnológico. Para que a economia prossiga competitiva, para que se reduzam custos, para que se garanta continuidade de expansão das exportações, o Brasil poderá crescer 4% ou 4,6% no ano que vem, sem agregar um só emprego, porque se vai trabalhar uma economia intensiva de tecnologia, intensiva de capital – **capital intensive**, e não intensiva de mão-de-obra – **labor intensive**.

Portanto, Sr. Presidente, faço um balanço, dizendo que a Oposição está com muita autoridade moral para fazer cobranças ao Presidente, agora que Sua Excelência tem todos os instrumentos que pediu. Pediu a reforma da Previdência? Aí está, contra o meu voto. Pediu a reforma tributária? Com o meu voto, aí está. Com o voto unânime do meu Partido, aí está. Está precisando agir com mais competência no Orçamento. Não quero negar o Orçamento ao Presidente, desde que Sua Excelência não esmague a Oposição e não faça dele um instrumento de perseguição política a Governadores da Oposição. Quero ajudar.

Agora, quero dizer ao Presidente o seguinte: Presidente Lula, o senhor tem compromisso aaprofundar; o senhor está parecendo aquele homem que deve a agiota; o senhor prometeu dez milhões de empregos e, para gerá-los, o senhor tinha que fazer o País crescer 5,5% ao ano e 22% em quatro anos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral) – Senador Arthur Virgílio, ainda há quatro oradores inscritos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Encerrarei em um minuto, Sr. Presidente. Peço desculpas a V. Ex^a.

Não tendo crescido no primeiro ano, teria que crescer 7,3% em cada um dos três anos restantes. Como foram gerados mais de um milhão de desempregados, o País teria que crescer 7,7% nos três anos restantes; crescimento da China, da Malásia, dos Ti-

gres Asiáticos. E estamos vendo uma distância cada vez maior da possibilidade de cumprimento real.

Ou seja, vire-se essa página das reformas, quero, desta tribuna, perguntar cotidianamente: Sr. Presidente, ponha a mão na consciência; o que o senhor está fazendo para cumprir, de fato, as promessas de campanha? Pare de “zanzar”, Presidente. Governe. Sente e governe. O Brasil merece essa demonstração de respeito por parte de Vossa Excelência. O que o Brasil não tolerará, e a Oposição estará vigilante para não deixar que isso aconteça é a reiterada manifestação de desrespeito, porque o Brasil virtual de V. Ex^a se choca com o Brasil real desse desesperado que colocou fogo na mulher e tentou se matar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral) – Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe. V. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

Registro que pretendo encerrar esta sessão, regimentalmente, às 14 horas.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, procurarei ser econômico no uso do tempo, mas tenho alguns esclarecimentos a fazer, que considero fundamentais.

Em função da votação da reforma tributária da última quinta-feira, os jornais de ontem noticiaram que foi aprovada a desvinculação dos recursos, de receitas dos Estados e dos Municípios. Vários jornais noticiaram, ontem, que a Emenda nº 271, que tinha sido aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, também tinha sido aprovada no plenário.

É necessário esclarecer que a emenda foi rejeitada no plenário e que não há desvinculação de receitas de Estados e Municípios. E, neste momento, é importante que a imprensa faça esse esclarecimento, porque este é o momento em os Estados, por meio de suas Assembléias Legislativas, estão aprovando o Orçamento de 2004. Uma informação como essa pode induzi-los ao equívoco de incorporar no Orçamento essa desvinculação que não aconteceu na votação em primeiro turno e tenho convicção de que não ocorrerá, também, em segundo turno. Portanto, Estados e Municípios continuam com seus recursos vinculados, sendo obrigatório tanto aos Estados quanto aos Municípios o gasto de 25% do Orçamento com educação. Também continua a vinculação dos gastos com saúde.

Um segundo ponto que eu gostaria de abordar da PEC nº 77 diz respeito ao controle social e à trans-

parência. Na proposta do Relator, a redação do inciso I do § 21 do art. 40 é a seguinte:

Art. 40.....

§ 21 – A unidade gestora de que trata o § 20 na forma da lei:

I – contará com colegiado, no qual é garantida a participação paritária de representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público (...).

Na verdade, a redação inicial estabelece, para o Conselho Gestor, representantes dos Poderes Legislativo, Executivo, Judiciário. Trata-se da Previdência do servidor público.

Por uma emenda nossa, a redação se modifica no que diz respeito ao controle social, e o restante do parágrafo continua igual:

I – contará com colegiado, no qual é garantida a participação paritária de representantes e servidores dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público.

Com isso, fica garantida a representação dos trabalhadores, dos funcionários públicos e, evidentemente, do empregador, que são os Três Poderes.

Em breve, votaremos a PEC nº 77, e votaremos com esse dispositivo, no Conselho Gestor do sistema previdenciário do servidor público.

No inciso III, também há uma modificação. É a seguinte a redação inicial:

Art. 40.....

.....

III – disponibilizará ao público informações sobre as receitas e despesas do respectivo regime, bem como o critério de parâmetro adotado.

A redação aprovada por nós ficará da seguinte forma:

III – disponibilizará ao público, inclusive por meio de rede pública de transmissão de dados, informações atualizadas sobre receitas e despesas do respectivo regime, bem como os critérios e parâmetros adotados para garantir seu equilíbrio financeiro e atuarial.

É importante que os contribuintes possam acompanhar diariamente, por meio da rede pública, as receitas e as despesas, o que fará com que o sistema não desvie recursos para outras finalidades que não sejam o pagamento de aposentadorias e pensões.

O que queremos garantir é aquilo que nunca houve no sistema: um controle rígido por meio da participação de funcionários públicos e, também, a transparência no uso da rede pública para publicação diária, a fim de evitar situações que tive a infelicidade de viver, quando fui Governador de Estado.

Gostaria de oferecer dados, que são um argumento forte para que haja controle efetivo por intermédio da rede pública da comunicação, instrumento moderno que não existia até poucos anos atrás. Hoje, podemos utilizá-la, para evitar o que aconteceu entre 15 de novembro de 1994 e a data da posse no Governo do Estado do Amapá, em 1º de janeiro de 1995.

Tenho os dados que obtive do balanço do Governo desde 1991 até 2002 – último balanço de que disponho.

Fiz uma comparação entre os investimentos do Estado e o repasse aos Poderes. Em 1994, o Estado do Amapá investiu R\$114 milhões e repassou aos Poderes R\$57 milhões. Em 1995, os investimentos caíram para R\$26 milhões. A diferença de R\$88 milhões foi redistribuída, e, desse valor, R\$64 milhões foram repassados para a Assembléia Legislativa, para o Tribunal de Justiça e para o Ministério Público. Dessa forma, em 1995, os Poderes receberam R\$121 milhões, ou seja, investimentos da ordem de R\$26 milhões e gastos com os Poderes de R\$121 milhões.

Essa situação criada pela transferência absurda e desnecessária de recursos, pois os Poderes já estavam contemplados com recursos suficientes e ainda receberam um acréscimo de R\$64 milhões, fez com que todas as obras em andamento fossem paralisadas, em 1995. E a sociedade não obteve explicação do que estava ocorrendo. Não havia como explicar que todos os recursos destinados àqueles investimentos haviam sido transferidos para a Assembléia Legislativa, para o Tribunal de Justiça, para o Ministério Público e para o Tribunal de Contas. Ou seja, de um ano para outro, mais que dobraram os gastos. Evidentemente, não havia informações, até porque não existia balanço contábil no Estado. Levei dez meses para fazer o balanço de 1994, porque não havia registro. O Estado era governado por meio de saldos bancários, saldos financeiros. Não tínhamos uma contabilidade que registrasse as receitas e as despesas. Tivemos de reorganizar o Estado.

Portanto, para evitar situações desse tipo, é necessário absoluta transparência, principalmente porque se trata de dinheiro público. E, se o dinheiro é pú-

blico, resulta da contribuição do cidadão, no caso, da contribuição dos segurados da Previdência, é necessário que a destinação desse dinheiro seja publicizada diariamente, e hoje não há problema nenhum em fazê-lo. No meu Governo, coloquei na rede pública receitas e despesas, inclusive as contas bancárias.

Ainda há pouco, constatei que a situação financeira do Governo do Amapá este final de ano é dramática, porque os saldos financeiros são muito baixos. Isso modifica completamente a situação que deixei em 2001. Em 2001, deixei um saldo financeiro de R\$53 milhões no meu último ano de governo e restos a pagar de quase R\$22 milhões. Havia um saldo financeiro muito tranquilizador para o Estado do Amapá, cujo orçamento é de pouco menos de R\$1 bilhão de reais.

Veicular informações pela rede pública de comunicação é importante, porque nos permite acompanhar a saúde financeira do Estado e saber exatamente o que nos espera no próximo ano. E o que nos espera ano que vem não é muito agradável, pois crescem enormemente os restos a pagar e há uma queda grande nas finanças do Estado. Mas isso é importante, porque empresários e empreendedores podem se organizar melhor para enfrentar um ano de mais dificuldades.

Queremos essa clareza, essa transparência e visibilidade nas contas públicas do Governo Federal. Na quarta-feira, teremos a felicidade de participar de um evento no Ministério da Ciência e Tecnologia, quando o Ministro vai expor, através da rede pública, os empenhos, as informações importantes, como, por exemplo, os beneficiários desses empenhos e o objetivo desses pagamentos. Isso tudo estará disponível para a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral) – Obrigado, Senador Capiberibe. Obrigado pela economia do tempo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acabei de dizer que o Presidente Lula não cumpre nenhuma de suas promessas. Quanto a isso, quero fazer uma retificação. Hoje, no **Correio Braziliense**, o jornalista econômico Antônio Machado, em sua coluna, publica matéria com o seguinte título: **Embratel é coisa nossa**. Ao final desta coluna, em **'O sonho do médico de Lula'**, diz que, pelo menos uma das promessas de campanha foi cumprida. O cardiologista Roberto Kalil Filho, do Instituto do Coração, de São Paulo, tinha como sonho passear

em um carro oficial com bandeirinhas e batedores. Lá, no Líbano, o Presidente da República o colocou dentro do carro e acabou por cumprir esse compromisso. Ainda fez mais: levou-o para pernoitar no Palácio da Alvorada e – além de carro com bandeirinha – andou de helicóptero.

Quero dizer que, com relação aos trabalhadores, nenhuma promessa foi cumprida, mas com relação ao Dr. Kalil, que é um grande cardiologista, o Presidente cumpriu. Ou seja, quem sabe ele está come-

çando a cumprir a promessa por aí e, daqui por diante, crie os 11 milhões de empregos que está devendo ao País.

Sr. Presidente, peço a transcrição desta matéria.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do
Regimento Interno.)



RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica
Presidência da República

JORNAL

CORREIO BRAZILIENSE

DIA:

13

MÊS/ANO:

Dezembro/03

EDITORIA:

Economia

CADERNO:

1º

PÁGINA:

15

por Antônio Machado

cidadebiz@correioweb.com.br

Embratel é coisa nossa

Se a venda da Embratel dependesse apenas do governo brasileiro, o leilão aberto pela dona da ex-estatal, a americana MCI, sucessora da concordatária WorldCom, já teria vencedor: o consórcio formado pela Telemar, Telefônica e Brasil Telecom, as três operadoras de telefonia fixa do país.

Quem pode estragar a festa é o bilionário mexicano Carlos Slim, controlador da Telmex e da América Móvil, dona no Brasil da Claro, operadora de celular. Slim leva vantagem porque tem créditos a receber contra a WorldCom no valor de US\$ 1,5 bilhão. Mas a parada vai ser dura. O fundo de pensão da Embratel, Telos, junto com executivos da empresa, também está no páreo.

O empenho do governo em fazer a Embratel ficar em mãos nacionais é o maior trunfo do consórcio das três teles. A antiga estatal ainda é a responsável pelo sistema de comunicação por satélite usado pelo governo e pelas Forças Armadas. Além disso, há setores do governo, especialmente no BNDES, que vislumbram uma grande empresa nacional de telecomunicações, com atuação por toda a América do Sul. Foram tais preocupações que levaram os espanhóis da Telefónica — número 1 em telefonia fixa e celular no país — a preferir cerrar fileiras com as duas rivais de capital nacional.

Antigo monopólio estatal de telefonia de longa distância e forte no segmento de rede de dados corporativos, a Embratel é peça essencial na estratégia de expansão do capital nacional em telecomunicações, o que só valoriza a oportunidade única aberta pela desistência da MCI de seguir com suas operações no Brasil.

Uma fina articulação política está em curso para viabilizar este plano, se Slim não for com tanta sede ao pote. O consórcio das três teles já estava esboçado desde o fim do ano passado, quando os americanos aventaram sua saída do Brasil. Faltava combinar com o governo.

O presidente da Câmara, João Paulo Cunha, se interessou pelo assunto e acionou o ministro José Dirceu, que chamou para a negociação o colega Luiz Gushiken, cuja pasta lhe confere dois chapéus: um de comunicação do governo e outro de gestão estratégica, encarregado de pensar o futuro do país. O ministro das Comunicações, Miro Teixeira, também se envolveu nas tratativas com as operadoras e acompanhou o fechamento da proposta.

O presidente da Previ, o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, Sérgio Rosa, foi convidado e aceitou integrar o consórcio, que poderá ter a Petros, fundação de segurança da Petrobras, como outro investidor. Ambos estão no grupo de controle da Brasil Telecom. A Previ é parte da sociedade controladora da Telemar, na qual o BNDESPar, braço de

participações do BNDES, também é grande acionista.

Com tantas credenciais, o consórcio só teme o poder de fogo de Slim, que já deu mostras de estar bem capitalizado e ter forte interesse em crescer no Brasil. Há quem alegue que o empresário mexicano não é a única pedra no caminho da coalizão de pretendentes da Embratel. Ela teria também de contar com a aprovação da Anatel e ser muito convincente para superar o desconforto das instâncias oficiais de defesa da concorrência.

É possível. Mas parece difícil que uma articulação com um pé no Palácio do Planalto seja frustrada pela oposição do Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência. Não só neste caso, como em outros em estágio avançado, por exemplo, entre Varig e TAM, e em fase embrionária, com CSN de um lado e o grupo Usiminas/Cosipa de outro, há a benção do governo para que fusões, aquisições ou acordos estratégicos façam surgir grandes empresas brasileiras, bem nutridas de capital e ambição para competir no exterior.

A tendência é que a legislação sobre concorrência tenha de ser flexibilizada para permitir estes mega negócios, embora com algum ruído, já que em princípio o Ministério da Fazenda não vê com bons olhos o dirigismo que fincou raízes no BNDES. O embate de opiniões só aguarda um negócio concreto para forçar uma decisão de governo. Se não for com a Embratel, será com um dos outros em negociação, e, ao que tudo indica, a posição do BNDES sairá vitoriosa — com ou sem o professor Carlos Lessa na direção do banco.

O sonho do médico de Lula

O cardiologista Roberto Kalil Filho, do Instituto do Coração, de São Paulo, médico particular de poderosos e bacanas, tinha um sonho antigo: passear de limusine oficial, dessas bem compridas, com bandeirinhas no capô, e à frente batedores abrindo o trânsito em motocicletas. Para poder algum dia realizar tal desejo, Kalil passou anos insistindo junto a um de seus clientes para que jamais desistisse eleger-se presidente da República, mesmo com tantas derrotas, três seguidas. Chamava-se Lula.

Ao desembarcar em Beirute, em seu recente giro por países árabes, e se deparar com o aparato que o esperava para se deslocar pela capital do Líbano, Lula se lembrou do sonho do amigo, integrado à comitiva como médico oficial, e não teve dúvida: chamou Kalil para entrar com ele e dona Marisa na limusine do governo libanês. Havia tudo o que o médico sonhava: bandeirinhas dos dois países no capô, batedores em uniforme de gala e até dois helicópteros voando baixo sobre o carro, para proteção contra eventuais ataques aéreos.

Kalil matou o desejo e voltou realizado. Ao desembarcar na Base Aérea de Brasília na madrugada de quinta-feira, o presidente lhe pregou outra surpresa: chamou-o para concluir o sonho voando com ele no helicóptero da Presidência até o Palácio da Alvorada, onde se hospedou antes de voltar para São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral) – V. Ex^a será atendido de acordo com o regimento.

Concedo a palavra ao nobre Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Delcídio Amaral, Sr^a Senadora Lúcia Vânia, Sr^{as}. e Srs. Senadores, estamos em dezembro, mês de festas, mês de comemorações e mês do pagamento do décimo terceiro salário. Entretanto, trago a esta Casa uma preocupação, que é a de boa parte do funcionalismo público estadual e municipal. Estes, como podemos constatar, não terão muito que comemorar neste final de ano. Pelo menos é o que aponta um levantamento feito pela Confederação Nacional dos Municípios.

Dados dessa Confederação apontam que, de uma maneira geral, boa parte das prefeituras deverá atrasar o pagamento do décimo terceiro de seus funcionários neste ano.

Para se ter uma idéia, o levantamento revela que, dentre aqueles Municípios que optaram pelo pagamento em parcela única do décimo terceiro, cerca de 30% deverão ficar inadimplentes com seus funcionários. Com relação àquelas prefeituras que optarem pelo seu parcelamento, os números mostram que nada menos do que 20% devem atrasar a segunda parcela.

De acordo com o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Roberto Ziulkoski, o atraso no pagamento das parcelas do décimo terceiro por parte das prefeituras se dará, basicamente, em função da queda na arrecadação com o ICMS (lembrando que, da arrecadação do ICMS, 25% são constitucionalmente destinados aos Municípios) e também ao menor repasse do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

Com relação ao FPM, o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios diz ser a principal fonte de receita para cerca de quatro mil e quinhentos Municípios. No Brasil, quatro mil e quinhentos Municípios dependem do FPM, o que vem validar nossa preocupação com o não-pagamento do décimo terceiro aos funcionários públicos municipais.

Sr. Presidente Delcídio Amaral, o Governo alega que não houve quedas nas transferências constitucionais formadas a partir da arrecadação do Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados (FPM e FPE), e que não se pode comparar o transferido em 2003 com o transferido em 2002, pois o ano de 2002 foi atípico em termos de arrecadação e distribui-

ção de recursos. De fato, em 2002, houve um incremento da arrecadação em função dos seguintes fatores:

- 1 – o Refis 2000/2001 levou mais pessoas a pagarem impostos;
- 2 – a receita extra do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, por conta dos recolhimentos efetuados pelos Fundos de Pensão que aderiram ao Regime Especial de Tributação;
- 3 – o aumento na arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados decorrentes dos incentivos tributários concedidos pela Secretaria da Receita Federal para o pagamento de débitos fiscais em atraso.

É natural, faça-se justiça, em face dessa conjuntura, que haja um estranhamento ou até um sentimento de indignação quanto à queda das transferências constitucionais em 2003.

Entretanto, o que importa mesmo é que Estados e Municípios não terão condições de pagar esse encargo aos seus funcionários.

Devemos, não resta dúvida, encontrar alternativas de recursos para a devida quitação do décimo terceiro salário como, por exemplo, o aumento extraordinário do repasse do FPE/FPM ou a flexibilização do pagamento das dívidas renegociadas dos Estados e Municípios com a União. Só os Estados comprometem, em média, 13º de suas receitas com dívidas com a União.

Eu mesmo tive a oportunidade de apresentar Emenda à PEC nº 74, de 2003, no sentido de aumentar a participação de Estados e Municípios no fruto da arrecadação do Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados. Acredito que, a curto prazo, a solução para a bancarota de Estados e Municípios poderá ser viabilizada pelo incremento desses repasses constitucionais.

Não podemos esquecer a brutal concentração de receitas tributárias observadas em poder da União, como falou o Senador Mozarildo ainda agora. A carga tributária efetiva, durante o período que tocou o Governo anterior, teve um incremento de mais de 50%, sem que as unidades federadas tivesse sido beneficiadas minimamente. O Poder Executivo da União cuidou, com a complacência do Congresso Nacional, que o aumento se desse por efeito de alterações legislativas nas espécies tributárias, principalmente as contribuições que estão, até agora, fora da regra constitucional da repartição de receitas.

Concedo o aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PPS – RR) – Senador Augusto Botelho, V. Ex^a aborda um tema que, por outro ângulo, abordei hoje em meu pronunciamento, que se refere aos Municípios. E V. Ex^a avança na direção dos Estados, abordando o pagamento do 13º salário e também do salário normal do funcionalismo. Realmente, temos que lutar a fim de modificar o modelo tributário do Brasil, que concentra rendas na União. E o que é a União, o Governo Federal, senão a soma de Estados e Municípios? É nos Municípios e nos Estados que são arrecadados todos os impostos federais e, depois, apenas uma parte desses recursos lhes é repassada. Proporcionalmente, a maior parte fica com a União, mesmo do Imposto de Renda e do IPI. Fora isso, existem as contribuições, como Cofins e CPMF, que não são repartidas com os Estados e Municípios. Precisamos mudar isso, inverter essa ordem, para podermos, de fato, ter um federação no País. Do contrário, ela não existirá, não haverá justiça com relação à repartição do bolo do que se arrecada no País e, portanto, haverá uma malvada realidade de concentração de recursos em Brasília, isto é, no poder central, e os Municípios serão cada vez mais apenados.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente Delcídio Amaral, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste momento, devemos achar uma forma para o pagamento de encargos aos funcionários públicos estaduais e municipais. Devemos ressaltar, no entanto, que o assunto é mais grave, pois estamos falando da falta de sustentação das finanças estaduais e municipais, com o aumento das responsabilidades esses entes sem a devida contrapartida financeira. Estamos falando em desarmonia no pacto federativo, a que se referiu o Senador Mozarildo, a quem agradeço o aparte, embora tardiamente.

Devemos repensar as competências de cada ente federado; devemos revitalizar a economia; reexaminar o comprometimento do pagamento das dívidas estaduais para com a União; aumentar o combate à corrupção com mais rigor.

Sr. Presidente, seja qual for a melhor solução, o importante é que, mais uma vez, grande parte do funcionalismo público municipal e estadual sairá prejudicada. Esses funcionários são, na verdade, vítimas de um modelo de Estado, ou melhor, de Federação, anacrônico e que deve, urgentemente, ser revisto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral) – Muito obrigado, Senador Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, meu caro Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero parabenizar V. Ex^a, Senador Delcídio Amaral, que tão bem preside esta sessão de sábado, quando o Senado Federal cumpre o seu papel institucional, reunindo-se extraordinariamente com o objetivo de vencer os prazos necessários para que possamos votar as reformas ainda neste ano, sem a necessidade de uma convocação extraordinária, tão onerosa aos cofres públicos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como tenho feito nos últimos dias, ocupo novamente esta tribuna para comentar a queda dos índices de popularidade do Governador do meu Estado, Wellington Dias, medida por pesquisa de opinião feita na capital. Neste caso, porém, chama a atenção não apenas o fato em si, mas o instituto que realizou a pesquisa.

Trata-se da Fundação Cepro, que é vinculada ao próprio Governo do Estado. Isso poderia ser uma garantia de isenção, já que a primeira pesquisa feita pela mesma entidade mostrava a popularidade do Governador nas alturas. Mas não é esse o aspecto que quero ressaltar.

O que mais me chama a atenção é o que poderíamos considerar desvio de função. O objetivo dessa fundação é – ou deveria ser – realizar pesquisas de natureza sócio-econômica, como dados sobre desemprego, acesso à educação, saneamento, entre muitos outros.

Uma fundação vinculada ao Governo não pode fazer pesquisas sobre a popularidade do próprio Governo ou do governante. Isso me parece absolutamente claro, cristalino. Como haver imparcialidade, isenção? Qualquer um pode contestar seus resultados. E temos ainda que levar em conta que essas pesquisas são caras. Portanto, o Governo está gastando dinheiro e ocupando pessoal com pesquisas sobre o próprio Governo.

Estou convencido que, se esta atitude fosse tomada em Governos anteriores, o PT estaria fazendo muito barulho, protestando, entrando na Justiça, pedindo o ressarcimento das despesas, questionando a legalidade, a transparência, além das famosas ações populares. Enfim, tudo aquilo que o PT se acostumou a fazer quando era Oposição, agora, no Governo, faz exatamente ao contrário. Realmente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não dá para cobrar coerência dos petistas, com todo o respeito a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O outro aspecto que quero ressaltar são os resultados em si: na pesquisa anterior, a popularidade do Governador Wellington Dias alcançava o patamar dos 60%. Agora, mais de 31% disseram desaproveitar o Governo, contra 48% que o aprovam e, ainda, cerca de 12% que não quiseram opinar, e pouco mais de 8% que não souberam responder. A consulta – são todos dados publicados pela imprensa do meu Estado – foi feita em 18 bairros de Teresina, incluindo a zona rural, entre 24 e 27 de novembro.

Na semana passada, já havia sido divulgada outra pesquisa, que também registrei desta tribuna, do instituto JVC, em que apenas 22% dos entrevistados consideravam a administração estadual boa ou ótima, contra 38% que a consideravam ruim ou péssima e 39%, regular.

Ainda assim, e apesar de todos os pesares, os teresinenses em peso – 76% – esperam ter um 2004 melhor. E é bom que seja assim, Sr. Presidente. Não podemos perder a esperança, embora esta pareça estar sendo, pouco a pouco, derrotada.

Como fiz em outras ocasiões, quero minimizar a culpa do Governador Wellington Dias nesse processo. O Governador tem sido uma vítima da política econômica do Governo Federal, do excesso de promessas não cumpridas, da falta de compromisso do Governo de Lula com o Nordeste.

Sr. Presidente, volto a bater na mesma tecla: o Piauí é o único Estado Governado pelo PT e tem recebido, ao longo deste ano, tratamento de inimigo. Que há insensibilidade do atual Governo para com o Nordeste, o Brasil todo sabe, mas essa indiferença nociva com relação ao Piauí é de se estranhar, porque talvez seja exatamente o Estado que mais recebeu visitas de Ministros, com promessas, infelizmente, não realizadas.

A decepção é exatamente porque todos esperávamos que o Governo Federal olhasse para o nosso Estado com olhos de parceiro. Assim, poderíamos ter uma caminhada vitoriosa, empreendida desde a eleição passada.

Sr. Presidente, antes de encerrar o meu discurso, não posso deixar de fazer um apelo ao Governador Wellington Dias. A bandeira do Partido de S. Ex^a, nos últimos anos, foi sempre a do cumprimento no dia apurado do pagamento do décimo terceiro salário dos servidores públicos.

Senador Augusto Botelho, o comércio está em pânico, os servidores estão desesperados e até o dia de hoje a tabela de pagamentos não saiu. Apelo ao Governador Wellington Dias que resolva imediatamente essa situação e que publique o mais rapidamente possível a tabela de pagamentos dos servidores do meu Estado. Só assim poderão ter algo a comemorar neste final de ano. No Governo que elege-

ram também vão ter, como nos governos anteriores, o direito de receber o décimo terceiro salário no ano em curso.

Faço essa crítica e ressalvo que o Sr. Wellington Dias é meu adversário político, mas não meu inimigo. Na defesa do Piauí estaremos sempre juntos. S. Ex^a tem sido vítima da insensibilidade e da falta de cumprimento das promessas do Governo Federal para com o meu Estado.

Gostaria de poder voltar o mais breve possível a esta tribuna para comemorar com os servidores públicos do Estado do Piauí o pagamento desta parcela salarial tão importante, principalmente às vésperas da festa natalina, quando todos fazem sua programação voltada para o bem-estar familiar, para a compra das pequenas lembranças das confraternizações de fim de ano.

Espero, Sr. Presidente, que, na falta da ceia de Natal, o piauiense não comemore um dia de decepção e de erro cometido baseado nas promessas feitas num passado bem próximo a todos os brasileiros e que estão caindo por terra: a questão do salário mínimo, reforma da Previdência, perseguição aos velhos, decadência da universidade e outras faltas lamentáveis.

Espero que o raiar do Ano Novo seja para o PT o início do cumprimento das promessas que fizeram do ano de 2003 um ano perdido. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 1.695, DE 2003

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, seja inserido em ata voto de pesar pelo falecimento de Ivan Gadelha, e nos termos do art. 221, inciso I, apresentação de condolências à sua família, em especial ao Prefeito de Bonfim, o Sr. Alfredo Américo Gadelha, filho do falecido.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2003. – Senador **Augusto Botelho** – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral) – Os Srs. Senadores Valdir Raupp e Eduardo Siqueira Campos enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o grande poeta Fernando Pessoa já dizia que “Deus quer, o homem sonha, a obra nasce”. De-

pois de longas discussões e debates envolvendo todas as entidades representativas, discutimos hoje, neste Plenário, a votação do Projeto de Lei Complementar nº 293, de 1999, de autoria do Senador Gerson Camata, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo.

Tendo recebido substitutivo de aprimoramento e atualização do Senador Osmar Dias, o PLS 293 se reveste da mais absoluta relevância para a economia brasileira. Todos sabem o quanto é difícil, em nosso País, o acesso ao crédito. O cooperativismo surge, então, como mecanismo ímpar de democratização do crédito e desconcentração de renda, firmando-se como importante instrumento de desenvolvimento e oxigenação de nosso setor produtivo.

Com seus princípios assegurados em nosso Estatuto Magno, o cooperativismo de crédito permite eliminar o intermediário na captação de recursos e concessão de empréstimos, não raro tornando o tomador e investidor a mesma pessoa. Fugindo do implacável e por vezes ardiloso mercado financeiro, o cooperado vê aumentada a sua possibilidade de incremento de produção e renda.

Cooperar é colaborar, é trabalhar em prol da comunidade. E é disso que trata fundamentalmente o presente projeto: incentivar, facilitar e agregar pessoas para a consecução de interesses comuns não somente a determinadas categorias, mas a toda a coletividade nacional.

Sr^{as} e Srs. Senadores, faz-se necessário, portanto, uma regulamentação clara e precisa do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo. Seus números impressionam: no Brasil, estão legalmente constituídas cerca de 1020 cooperativas de crédito, com 1,16 milhão de associados. Na minha querida Região Norte, a Cooperativa Central de Crédito contabiliza, somente nos estados de Rondônia e Acre, **quase dez mil cooperados**.

Não é por outra medida, meus nobres Colegas, que devemos hoje ajudar a fortalecer o cooperativismo creditório nacional, facultando-lhe as prerrogativas necessárias para o seu adequado funcionamento e preservando a essência da atividade cooperativa.

É o que tenho a dizer.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o dia 10 de dezembro é a data em que o mundo inteiro celebra o aniversário de um dos documentos mais importantes da história da humanidade: a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Neste ano de 2003, a Declaração Universal dos Direitos Humanos completa 55 anos. Desde seu surgimento, ela tem servido de estandarte a todos os

que lutam por transformações que resultem num mundo com mais igualdade e mais inclusão social.

De fato, a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi o primeiro documento da história a estabelecer, em âmbito global, o princípio que, hoje, nos parece tão óbvio: o de que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.

Uma rápida incursão pelo passado nos revela que os documentos precursores da Declaração Universal, não obstante sua relevância histórica, sempre falharam no que se refere à concepção efetivamente universal dos direitos humanos.

Como exemplo, temos a “Bill of Rights” inglesa, de 1689, que estabeleceu, entre outros, o direito à liberdade natural para os cidadãos britânicos. O documento, contudo, não estendia essa mesma liberdade aos povos então dominados pelos britânicos em suas colônias na África e no Novo Mundo.

A própria Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, proclamada pela Assembléia Geral francesa no ano da Revolução, em 1789, exclui de seu âmbito uma série de direitos que, hoje, nos parecem essenciais, como os direitos femininos.

Como último exemplo, menciono a Constituição norte-americana, que, não obstante o tratamento moderno que dá à questão dos direitos e garantias, só proibiu a escravidão por meio de sua 13ª Emenda, em 1864.

O advento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, portanto, foi um marco para a universalização da igualdade e da liberdade a todos os povos e indivíduos do mundo. Ela passou a ser o ponto de referência de todas as nações comprometidas com a luta constante pelos direitos básicos de suas populações.

O Brasil, felizmente, é uma dessas nações. Vários artigos de nossa Constituição expressam, claramente, nosso compromisso com os princípios expostos na Declaração Universal.

Os preâmbulos da Declaração Universal e da Carta Magna brasileira, por exemplo, são bastante similares. A diferença é que o constituinte brasileiro estendeu ainda mais a relação de princípios, enfatizando os direitos sociais e incluindo expressamente a preocupação com o desenvolvimento.

O mesmo ocorre em outros trechos de nossa Lei Maior. Nossa Constituição abraçou todos os preceitos contidos nos artigos 1º e 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, distribuindo-os, principalmente, por seus artigos 1º, 3º e 5º.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao falar de direitos humanos, seria hipocrisia não mencionar, igualmente, a flagrante inobservância desses direitos mundo afora, inclusive no Brasil.

O sonho de um Brasil em que os direitos humanos sejam plenamente respeitados esbarra, ainda, em flagelos como o trabalho infantil, a falência de nosso sistema penitenciário, as discriminações de todo tipo e a miséria ocasionada pela péssima distribuição de renda.

O dia 10 de dezembro, portanto, é mais uma data em que, além de comemorar os avanços, devemos refletir sobre o muito que ainda resta a ser conquistado e sobre as inúmeras ações que ainda devemos empreender para oferecer um Brasil mais justo para as gerações futuras.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral) – A Presidência lembra às Sr^{as}. e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se na próxima segunda-feira, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

Às 15:30 horas

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2003
(*Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.611, de 2003 – art. 336, II*)

Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2003 (nº 7.209/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a Taxa de Fiscalização dos Produtos Controlados pelo Exército Brasileiro – TFPC e altera dispositivos do Decreto nº 24.602, de 6 de julho de 1934, que dispõe sobre instalação e fiscalização de fábricas e comércio de armas, munições, explosivos, produtos químicos agressivos e matérias correlatas.*

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, dependendo de leitura, Relator: Senador Marcelo Crivella, favorável.

Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2003
(*Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.612, de 2003 – art. 336, II*)

Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2003 (nº 3.285/92, na Casa de origem), que *dispõe sobre a utilização e proteção da ve-*

getação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.

Dependendo de pareceres das Comissões de Constituição Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais.

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 94, DE 2003
(*Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.620, de 2003 – art. 336, II*)

Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2003 (nº 1.661/2003, na Casa de origem), que *dispõe sobre os depósitos judiciais de tributos, no âmbito dos Municípios, e dá outras providências.*

Parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, dependendo de leitura, Relator: Senador Luiz Otávio, favorável.

Dependendo de parecer da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 77, DE 2003
(*Votação nominal, se não houver emendas*)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003, que *altera os arts. 40, 144, 149, 194, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.817 e 1.818, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator, Senador Tião Viana, 1º pronunciamento: favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Magalhães, César Borges, Demóstenes Torres, José Jorge, Arthur Virgílio e Jefferson Péres; 2º pronunciamento: favorável, nos termos da Emenda nº 5-CCJ (Substitutivo), que oferece, e pela prejudicialidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 92, de 2003.

5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 702, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 702, de 2003 (nº 500/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos sobre

Isenção de Vistos em Passaportes Comuns, celebrado em Brasília, em 23 de dezembro de 2000.

Parecer favorável, sob nº 1.821, de 2003, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Aelton Freitas.

6**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 760, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 760, de 2003 (nº 682/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Emenda ao Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Partes do Mercosul, assinada em Buenos Aires, em 5 de julho de 2002, que modifica o Protocolo de Las Leñas, promulgado no Brasil pelo Decreto Federal nº 2.067, em 12 de novembro de 1996.

Parecer favorável, sob nº 1.822, de 2003, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

7**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 761, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 761, de 2003 (nº 613/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Vistos entre os Estados Partes do Mercosul, concluído em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000.

Parecer favorável, sob nº 1.823, de 2003, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador João Alberto Souza.

8**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 762, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 762, de 2003 (nº 2.408/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Imposto de Renda, Prevenir e Combater a Evasão Fiscal e sobre Matérias Aduaneiras, celebrada entre o Governo da República Fede-

rativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, em 20 de setembro de 2000.

Parecer favorável, sob nº 1.824, de 2003, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flávio Arns.

9**MENSAGEM Nº 264, DE 2003**

Votação, em turno único, da Mensagem nº 264, de 2003 (nº 662/2003, na origem), de 26 de novembro último, pela qual o Presidente da República solicita a retirada da Mensagem do Senado Federal nº 3, de 2003 (nº 1.207/2002, na origem), submetendo à apreciação do Senado o nome da Senhora Vera Pedrosa Martins de Almeida, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Dinamarca, exercer o de Embaixadora do Brasil junto à República da Lituânia.

10**REQUERIMENTO Nº 1.139, DE 2003**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.139, de 2003, do Senador Jorge Bornhausen, solicitando ao Ministro da Fazenda informações a respeito dos processos instaurados pelo Banco Central do Brasil sobre o Banco do Estado de Santa Catarina S/A – BESC e seus ex-administradores, identificados pelos números 0001026454, 0001036485, 0101097253 e 0001021357.

Parecer favorável, sob nº 1.825, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

ORDEM DO DIA

Às 15:30 horas

1**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 74, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2003 (nº 41/2003, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.860, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Romero Jucá, oferecendo a redação para o segundo turno.

2

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 77, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº77, de 2003 que altera os arts. 40, 144, 149, 194, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.866, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tião Viana, oferecendo a redação para o segundo turno.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 54 minutos.)

**ATA DA 156ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA,
EM 5 DE NOVEMBRO DE 2003**

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 182, de 6 de novembro ^{de} 2003)

RETIFICAÇÃO

1) À página nº 35452, 1ª coluna, referente ao Parecer nº 1.623 de 2003, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2001 (nº 2.958/2000, na Casa de origem), que institui o Programa Voluntário de Vacinação – PVV Relator: Senador Augusto Botelho,

Onde se lê:

“PARECER Nº 1.623 DE 2003

“Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2001 (nº 2.958/2000, na Casa de origem), que institui o Programa Voluntário de Vacinação – PVV
Relator: Senador Augusto Botelho”.

Leia-se:

“Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2001 (nº 2.958/2000, na Casa de origem), que institui o Programa Voluntário de Vacinação – PVV
Relator: Senador Augusto Botelho”.
Relator Ad Hoc: Senador Eduardo Azeredo.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney	PT	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	João Tenório
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PTB	Duciomar Costa	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Eurípedes Camargo
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PFL	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Moraes		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PPS	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta**

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

**Desfilou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 15.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL –DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB – SC)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1. João Batista Motta** (PPS)*
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

**Desfilou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 02.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO
TEMPORÁRIA**

(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT – PA)

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL – BA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Moraes
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS**

**TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges (PFL – BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB – RN)
Relator: Senador Ney Suassuna**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
João Batista Motta**	(vago)

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

**Desfilou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 02.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO

TEMPORÁRIA

(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL – BA)

Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT – SP)

Relator: Senador Romero Jucá (PMDB – RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou -se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfilou- se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. (vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

Atualizada em 14.08.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS**(7 titulares e 7 suplentes)****Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)****Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)****Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE**(7 titulares e 7 suplentes)****Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)****Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)****Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)

Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessare nko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Eurípedes Camargo	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Morais
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 09.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo

Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa

Telefone: 3113972 Fax: 3114315

E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO

**(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati
Vice-Presidente: Pedro Simon
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Morais	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfilou -se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br .

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

PERMANENTE

9 (nove) titulares

9 (nove) suplentes

(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO

PERMANENTE

7 (sete) titulares

7 (sete) suplentes

(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE

PERMANENTE

7 (sete) titulares

7 (sete) suplentes

(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)

Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
(vago)	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata*	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Antonio Carlos Magalhães	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT –PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB – DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2.Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS
PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL –PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB – SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2.Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Morais	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

7 (sete) titulares

7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella

Vice-Presidente: Senador João Capiberibe

Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

7 (sete) titulares

7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres

Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou -se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente

Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa

Telefone: 3114607 Fax: 3113286

E – Mail: cantony@senado.gov.br .

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: (JOÃO ALBERTO SOUZA) ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
Eurípedes Camargo ⁸	DF	2285	3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁹					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ^{7 e 14}	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹	RJ	5077
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 03.12.2003)

Notas:

¹ Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleitos em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁸ Eleito na Sessão realizada no dia 03.12.2003 para a vaga de Titular, em substituição ao Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) que se desligou do Conselho em 8.5.2003.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (PL) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador Juvêncio da Fonseca até 01.10.2003, quando passou a ocupar vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003.

¹² Eleita na Sessão do SF de 18.9.2003, em substituição ao Senador **Renildo Santana**, que ocupou a vaga de 19.3 a 15.9.2003, quando retornou a titular do mandato.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** que renunciou ao cargo em 25.09.2003

¹⁴ Indicado para ocupar a vaga de titular pelo PDT, conforme comunicação lida na Sessão do dia 01.10.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefone: 311-4561
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

Senador Eurípedes Camargo¹	Bloco de Apoio ao Governo
Senador Demóstenes Torres¹	PFL
(aguardando indicação)	
(aguardando indicação)	
(aguardando indicação)	

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF do dia 25.09.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko ⁴

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior ⁴

PMDB
Senador Papaléo Paes ⁸
PFL ⁶
Senadora Roseana Sarney (MA) ¹
PT ⁵
Senadora Serys Slhessarenko (MT) ¹
PSDB ⁶
Senadora Lúcia Vânia (GO) ¹
PDT
Senador Augusto Botelho (RR) ³
PTB ⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS) ⁷⁻⁹
PSB ⁵
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) ²
PL ⁵
Senador Magno Malta (ES) ¹
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) ¹

Atualizada em 14.10.2003

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Vaga ocupada no período de 26.2.2003 a 10.10.2003 pelo Senador Papaléo Paes, que na Sessão do SF de 7.5.2003 comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

⁸ Designado na Sessão do SF de 14.10.2003, conforme indicação da Liderança do PMDB lida na Sessão da mesma data. A vaga do PMDB foi ocupada no período de 26.2.2003 a 1º.08.2003 pela Senadora Íris de Araújo, cujo exercício do mandato encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Maguito Vilela.

⁹ Designado na Sessão do SF de 10.10.2003, em substituição ao Senador Papaléo Paes.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefone: 311-4561 - sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato¹: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Tião Viana (PT/AC)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado Zulaiê Cobra (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Nota:

¹ De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	(VAGO) ²
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em agosto de 2003

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

² Vago em decorrência da renúncia do Suplente CARLOS ROBERTO BERLINCK, que ocupou o cargo até 04.08.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPPLY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB – PL) ⁽²⁾	
IDELEI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) ⁽⁶⁾
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL ⁽³⁾	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB ⁽³⁾	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) ⁽⁷⁾	Vago ⁽⁸⁾
PPS ⁽⁴⁾	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS/CE) ⁽¹¹⁾

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) ⁽⁵⁾	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR) ⁽¹⁰⁾	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT) ⁽¹⁰⁾
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP) ⁽⁹⁾
PPS ⁽⁴⁾	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Notas:

⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

⁽²⁾ O **Bloco de Apoio ao Governo** foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

⁽³⁾ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁽⁴⁾ Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

⁽⁵⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁶⁾ Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁷⁾ Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁸⁾ Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.

⁽⁹⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Edson Ezequiel até 08.09.2003, conforme indicação da Liderança do PSB lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹⁰⁾ Vagas ocupadas pelos Deputados Welinton Fagundes (titular) e Neucimar Fraga (Suplente) até 30.09.2003, conforme indicação da Liderança do Bloco PL/PSL lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹¹⁾ Vaga ocupada pelo Senador João Batista Motta, que desligou-se do PPS e passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 02.10.2003.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPPLY ¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador TIÃO VIANA (PT ² - AC)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPPLY (PT ² -SP)

Atualizado em 07.11.2003

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta n° 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X -- Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 90 PÁGINAS